

REPRESENTAÇÃO URBANA : O CASO

DE BRASÍLIA

por

ORLANDO PILATI

Tese de Mestrado
de Pós-Graduação em Antropologia
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

AGRADECIMENTOS

A pesquisa desenvolvida entre julho e setembro de 1975, e a elaboração deste trabalho só foram possíveis graças ao apoio da Universidade Federal do Paraná, através da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisas e do Departamento de Psicologia e Antropologia (DEPAN). Nossos agradecimentos especiais à Professora Cecília Maria Vieira Helm, chefe do DEPAN.

Creditamos os eventuais méritos do presente trabalho ao Prof. Klaas Woorthmann, paciente orientador, e à atenção do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira, bem como ao incentivo dos colegas do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Brasília, julho de 1976.

INTRODUÇÃO

Os estudos antropológicos na área urbana tem crescido muito nos últimos anos, tanto nos países industrializados como nos chamados países em desenvolvimento. Todavia os tópicos de preípuo interesse antropológico, bem como as abordagens adequadas não tiveram ainda uma definição sendo tomados como objeto vários níveis da realidade social e sob diversas orientações teóricas e metodológicas.

Inicialmente a Antropologia Urbana se preocupou, de um modo geral, com grupos em processo de adaptação e não com o sistema urbano (como a rede de cidades ou a influência sobre os urbanitas dos processos gerais de grande escala - ou seja a influência dos processos políticos, ideológicos e econômicos). A tendência em ver as populações urbanas a luz das experiências rurais conduziu a uma menor atenção àqueles grupos residentes na area urbana há mais tempo. Até ha pouco os urbanitas haviam recebido pouca atenção por parte dos antropólogos (Foster e Kemper 1974:2). Ao se voltar para as areas urbanas, a Antropologia se preocupou com a análise da organização e transformação social e cultural de grupos migrantes, marginalizados ou de minorias étnicas (Cohen 1974), ou do processo de adaptação de grupos indígenas a um "sistema de classe tipo urbano", como o estudo pioneiro no Brasil de R.C. de Oliveira sobre a urbanização dos Terena (1960). Mas ultimamente tem surgido o estudo das representações com relação ao cotidiano da vida urbana, como a análise do sistema de classificação dos moradores de um edifício (G.Velho 1971) ou a representação de um bairro, como meio de entender porque o bairro de Copacabana tinha uma carga positiva paraos que nele moravam ou pretendiam morar (G.Velho 1973).

O tema proposto não é um estudo sobre o processo de urbanização propriamente dito (migração rural-ur-

banas, adaptação e mudança social e cultural), mas visa a apreensão da representação construída por determinadas pessoas a respeito de "cidade e modo de vida urbano". Portanto, neste nosso trabalho, nos preocupamos com a "representação urbana" enquanto relacionada com a definição socialmente construída de cidade e de modo de vida urbano, ou seja, com a formulação ideológica ou cultural desse conceito.

A pesquisa sobre este tema da representação urbana foi desenvolvida em Brasília, Distrito Federal. A escolha deste local justifica-se por varias razões.

Em primeiro lugar, a construção e consolidação de Brasília como centro administrativo do país atraiu uma grande massa de trabalhadores. O mesmo tem acontecido em várias partes do mundo, quando a construção maciça e planejada, desenvolvida graças a decisões governamentais e a auxílios internacionais para investimentos em obras grandiosas (Eames e Goode 1973 : 120). Além desta migração de pessoas em busca de trabalho nas construções ou em serviços de toda espécie, anualmente tem sido transferidas para Brasília as unidades administrativas federais, arregimentando novos funcionários além dos antigos. O resultado é que a maioria dos cidadãos acima de 20 anos, digamos, e que atualmente residem em Brasília, tiveram que estruturar sua percepção da nova realidade urbana em que foram inseridos. Esta nova realidade se manifesta em termos físicos (plano urbanístico e elementos arquitetônicos diferentes dos encontrados na maioria das cidades brasileiras) e em termos sociais (as contingências forçando o estabelecimento de novas relações sociais com outros grupos e tipos de pessoas). Disto resultou que a situação se apresentava (ou ainda se apresenta) como crítica para os usuários de Brasília. Pareceu-nos, então, que este era um caso em poderia haver uma quebra ou negação de uma situação tida como ideal ou típica, na forma em que era concebida e/ou almejada pelo usuário, fato que propiciaria o desvendamento do que esse usuário entendia por "cidade" e por "modo de vida urbano", da mesma forma que uma situação crítica (não-normal e que exige uma interpretação e decisão) nas sociedades comumente

estudadas pelos antropólogos pode revelar ao observador as normas que regulam as relações sociais ou as idéias sobre como deveriam ser essas relações ou de como "é" o mundo.

Em segundo lugar, Brasília tem sido apresentada como cidade moderna, planejada segundo as técnicas urbanísticas mais avançadas e, por outro lado, e alvo de interpretações contraditórias pelos seus usuários, as quais variam desde o ódio a panegíricos ufanistas. É possível que estes discursos tivessem origem em dois fatos. Primeiro, o poder que criou Brasília - e a continua criando - procura apresentá-la referindo-se a imagens da vida social que justifiquem e efetivem a obra (p.ex.: desenvolvimento e criação de uma vida moderna). Os urbanistas e arquitetos teriam, então, pretendido usar uma linguagem espacial que contivesse esse simbolismo. Em segundo lugar, os usuários, a partir de sua experiência urbana presente, bem como de seu "habitus" (a cultura enquanto sistema internalizado pelo indivíduo. P.Bourdieu 1974), podem perceber essa realidade de um modo que nem sempre coincidira com aquela perspectiva. Por exemplo, parecia haver uma atitude bastante generalizada de questionamento da cidade como um todo que poderia estar relacionada com uma definição de cidade elaborada pelo usuário a partir de sua experiência urbana anterior e com a impossibilidade de se atualizar fim Brasília esse padrão de cidade e vida urbana.

De um lado, parecia que se apresentava uma interpretação mítica, no sentido de que a construção de Brasília significava o início de uma nova era para a sociedade brasileira. Mas sob outra perspectiva, a experiência cotidiana levaria a interpretações contraditórias, já que não se efetivava um modo de vida urbano desejado pois não eram atendidas as necessidades "materiais" e "não-materiais", face a falta de meios por parte dos usuários ou a falta de condições da cidade para propiciar essa satisfação. Parecia que o estilo de vida urbano percebido, ou a imagem da vida urbana ideal, tinha como referência as grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, decorrendo daí uma imagem negativa de Brasília já que não se conseguia efetivar na "praxis" cotidiana os elementos positivamente valorizados do ur-

banismo.

Em vista disto decidimos desenvolver uma análise do discurso "oficial" sobre Brasília, sendo dada especial atenção as categorias contidas no Plano urbanístico e as justificativas da construção da cidade. Considerávamos oficial o discurso expresso pelos urbanistas e arquitetos que planejaram a cidade e pelos que nela intervêm como administradores e políticos. Mas a atenção especial estaria voltada para o discurso dos técnicos planejadores de Brasília e principalmente ao texto de Lúcio Costa expondo o Plano Piloto (Parte II).

Por outro lado, decidimos entrevistar um grupo homogêneo de usuários de Brasília, conforme está definido na Parte III. Estas entrevistas deveriam abranger a experiência dos mesmos nesta nova situação urbana e a apreciação resultante.

Mas antes desta tarefa, cumpria a observação da realidade urbana do Distrito Federal como um todo. A familiarização com esta realidade, em nosso entender, facilitaria a análise e o trabalho de campo desenvolvidos na segunda e terceira parte, respectivamente. Daí a elaboração da Parte I.

Com relação a parte III, pretendíamos realizar uma extensa etnografia, com a apresentação pormenorizada das entrevistas para melhor apreciação crítica dos dados por parte do leitor. Mas as disponibilidades financeiras impediram que assim se fizesse, o que exige maior crédito as nossas sínteses e deduções.

Finalmente, enfatizamos o caráter exploratório deste trabalho que, antes de resolver, levanta questões para investigações posteriores.

PARTE I

A CONSOLIDAÇÃO DE BRASÍLIA

1.1 - Crescimento e distribuição da população

Hesta primeira parte pretendemos verificar o crescimento populacional de Brasília, a composição desta população em termos de ocupação e a sua distribuição no espaço do Distrito Federal, objetivando estabelecer o cenário para o tema-central do trabalho.

Pode-se dizer que a interiorização da capital do país foi defendida desde o século XVIII, sendo que esta idéia foi várias vezes levantada nos séculos posteriores, José Bonifácio encaminhou a Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823, uma "Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova Capital", sugerindo explicitamente a região de Paracatu (Minas Gerais) para a sua localização e propondo os nomes de Petrópole ou de Brasília. A revolução pernambucana de 1824 (Confederação do Equador) inclui entre as exigências para se efetuarem as negociações com o governo imperial a instalação da Constituinte no centro do país. Ainda no século XIX o historiador Francisco Varnhagen elaborou vários documentos defendendo a necessidade da interiorização. No período republicano, a mudança da Capital para o centro foi consignada nas Constituições de 1890, 1891, 1934, 1946, e ainda a de 1937 previa a mudança de maneira implícita.

A campanha "Rumo ao Cesto" , lançada por Getúlio Vargas em 1940, e as disposições contidas na Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946 (providenciando a nomeação de uma comissão de técnicos para a realização de estudos para a delimitação da arca do novo Distrito Federal e estabelecendo a responsabilidade do Congresso para delimitá-la e incorporá-la a União bem como marcar a data da transferência) foram desembocar no sancionamento, por Café Filho, da lei que estabelecia a área, em 5 de agosto de 1955 sendo que em dezembro do mesmo ano instalou-se a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal. Logo depois de assumir a presidência, Juscelino Kubitschek de Oliveira encaminhou ao Congresso a "Mensagem de Anápolis" (18/04/1956) que, entre outras coisas, propunha a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e o nome de Brasília. A Comissão Julgadora do Plano Piloto de Brasília escolheu o projeto vencedor, entre 26 concorrentes, no dia 16 de março de 1957.

Pode-se dizer que a aprovação pelo Congresso desta Mensagem e a sua transformação na Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956, significavam o sinal de partida para as correntes migratórias rumo ao Planalto Central e para o local onde se inicia a construção da nova cidade.

Para termos uma idéia do crescimento populacional realmente espantoso bastaria considerarmos que o Censo Escolar realizado em junho de 1975 pela Secretaria de Educação do Distrito Federal acusou 760.642 habitantes, sendo que há 18 anos, em julho de 1957, a população da área era de 12.700 habitantes.

O quadro abaixo sugere com mais detalhes o crescimento referido:

QUADRO I

DISTRITO FEDERAL - Evolução da População

1957/1975

ANOS	1.CC0 HAD,
1957 (julho)	12.700
1958 (março)	28.804
1959 (maio)	64.314
1960	
1965 (dez.)	366.700
1970 (dez.)	556.900
1975 (junho)	760.642

Fonte IBGE, 1972, p.31
 CODEPLAN, Indicadores junho/74
 SEC/CEPLAN-DF, 1975

O presente quadro demonstra um crescimento populacional muito grande, mas da idéia, à primeira vista, de um crescimento constante mais ou menos igual. Todavia, se considerarmos dados mais recentes e que parecem ser mais seguros, pode-se constatar que os fluxos migratórios sofrem grandes variações de ano para ano. Assim, se em dezembro de 1967 o crescimento atingiu uma taxa altíssima de 13,9% (em 1966 subiu 12,0% e em 1965 desceu a 9,3%), ele

caiu bruscamente no ano seguinte para 8,5% e ainda mais em 1969 quando atingiu o índice mais baixo de 3,7% apenas.

Todavia em 1970 houve uma recuperação subindo para 5,8% e voltou a atingir a altíssima taxa de 12,5% no ano de 1971. Mas nos anos de 1972 e 1973 ficou estabilizada, em 6,6% (CODEPLAN - Indicadores - junho/1974). O processo de transferência dos órgãos da administração federal que continua até hoje, passando por períodos de maior e menor intensidade não provocaria isoladamente o grande crescimento verificado nem essa marcante oscilação do fluxo migratório. Evidentemente que tanto o crescimento populacional como a oscilação do fluxo migratório verificado em Brasília são reflexos de uma série de fatores a nível nacional que não serão aqui analisados. Todavia os números do crescimento sugerem que a pressão migratória gera uma série de problemas percebidos pela própria população, ou seja, o não atendimento de necessidades anteriormente usufruídas ou pretendidas. Isto significa que diferentes grupos podem vir a perceber dificuldades ou satisfações com relação a transporte, habitação, lazer, trabalho e assistência.

Outra questão que surge quando observamos esse grande crescimento e dado pela pergunta: - para onde vai toda essa gente? Isto é, onde e como se distribui essa população dentro do Distrito Federal? Com alguns dados disponíveis podemos elaborar o seguinte quadro.

= QUADRO II =

DISTRITO FEDERAL - População por localidade

	1960	1970	1973	1975
1. Brasília.....	92.761	277.005		287.174
1.2. Plano Piloto	71.728	152.165	182.594	196.691
1.3. Guara I e II.		24.073	53.731	64.469
1.4. N.Bandeirante	21.033	11.268		15.855
2. Gama.....	811	75.914	86.235	111.053
3. Taguatinga.....	27.315			250.880
3.2. Taguatinga...		109.452	164.779	145.350
3.3. Ceilândia.....		84.205	100.289	102.675
4. Brazlândia....	734	11.595		17.148
5. Sobradinho.....	10.217	43.255		55.565
6. Planaltina.....	4.651	22.016		36.272
7. Paranoá.....	3.576	2.240		1.672
8. Jardim.....	1.677	2.398		2.878

Fontes - IBGE (1972) e CODEPLAN

1) - população das "invasões"

A população de Taguatinga (Taguatinga mais Ceilândia) parece ter sofrido um decréscimo de 14.188 habitantes entre 1973 o 1975, fato que julgamos bastante difícil de ter ocorrido. Apesar de que "invasores" transferidos para a Ceilândia as vezes tornam a se instalar em outras "invasões", proferimos acreditar numa falha dos dados apresentados pelo Censo Escolar de 1975 ou pela CODEPLAN. De qualquer forma, Taguatinga e Ceilândia, mais o Gama, são os

três núcleos que se equiparam ao Plano Piloto em termos de população, principalmente se excluirmos deste a população do Cruzeiro. Isto é importante para ser levado em conta porque, muitas vezes, quando se fala em Brasília, visualiza-se imediatamente o Plano Piloto, sendo que uma população quatro vezes maior está situada fora dele, num meio onde as condições urbanísticas e o nível sócio-econômico estão de um modo geral, numa posição de violento contraste com algumas áreas do Plano Piloto (setor monumental, a maioria das superquadras da Asa Sul e a Península Sul). A longo prazo esta distribuição da população não se modificará. Por exemplo, supondo-se que existem cerca de 600 projeções vagas nas Asas Sul e Norte, com uma média de 36 apartamentos por projeção (mínimo de 24 e máximo de 48), teremos 21.600 apartamentos para mais 108 mil pessoas, total que somado a população atual ultrapassara um pouco a faixa dos 300 mil habitantes. (Correio do Planalto - 12/8/75). As Penínsulas Norte e Sul estão em grande parte desocupadas mas não abrigarão grande contingente populacional devido ao sistema de mansões e casas com grandes áreas livres, Desse modo, a diferenciação entre Plano Piloto e cidades satélites será reforçada, tanto em termos de volume da população como em termos de nível sócio-econômico e de padrões urbanísticos.

Outra característica interessante do Distrito Federal e que a população rural, ou seja, a população que mora no meio rural e se dedica às atividades agropecuárias e bastante reduzida, segundo se pode inferir do quadro

abaixo.

= QUADRO III =

DISTRITO FEDERAL - População Rural e Urbana

	1970			1975		
	TOTAL	urbana	rural	TOTAL	urbana	rural
1. Brasília...	277.005	277.005		287.174	277.015	10.159
2. Gama.....	76.884	72.405	4.479	111.053	107.361	3.692
3. Taguatinga..	110.622	107.347	3.275	250.880	248.025	2.855
4. Brazlândia	11.595	9.592	2.003	17.148	14.613	2.535
5. Sobradinho	43.255	39.458		55.565	49.305	4.260
6. Planaltina	22.016	18.508	3.508		31.823	4.449
7. Paranoá...	2.240	-	2.240	1.672	-	1.672
8. Jardim....	2.398	-	2.398	2.878	-	2.878
D.F.	546.015	524.315	21.700	760.642	728.142	32.500

fontes:- IBGE 1972 e Censo Escolar de 1975

A tendência, portanto, parece ser uma diminuição da participação relativa da população rural no total da população do Distrito Federal. Isto pode ser reforçado pelo fato de que, embora o número de estabelecimentos agropecuários terem aumentado de 273 em 1960 para 1.912 em 1970 (7 vezes), o pessoal ocupado cresceu de 2.510 para 7.516 indivíduos (3 vezes) (Com base em dados do IBGE - Sinopse de 1973). A população rural efetivamente dependente do trabalho na terra bem como o montante de sua produção, com certeza, não alcançarão grande importância dentro da economia do Distrito Federal.

O próprio governo federal e do Distrito, segundo notícias veiculadas pelos órgãos de divulgação, parecem estar interessados em incentivar as atividades agropecuárias nas proximidades do Distrito Federal, mas já no estado de Goiás ou até mesmo em Minas Gerais, talvez como parte da política de barreiras para contenção ou desvio das levas migrantes em direção à capital (Jornal de Brasília 02/03/75 e 12/03/75). Acrescente-se a isso a intensificação de loteamentos com unidades reduzidas que estão sendo vendidas para os habitantes urbanos de classe média e superior para a instalação de "idílicas chácaras para se passar um agradável fim de semana", conforme anunciam as propagandas. Estes loteamentos proliferam, em geral, nas vizinhanças do DISTRITO FEDERAL (Luziânia, Formosa, Descoberto) e se caracterizam como investimentos face a expectativa de formação de importantes núcleos urbanos nas vizinhanças de Brasília e não como incentivo ao surgimento de estabelecimentos agropecuários produtivos.

Dessa forma, embora a densidade demográfica do Distrito Federal esteja por volta de 132 hab/Km², não significa que haja uma dispersão da população pelos 5.771 Km² do Distrito Federal (CODEPLAN - Resenha abril 1975), mas sim uma grande concentração em núcleos determinados. Com base nos dados fornecidos pelo Censo escolar de 1975, podemos dizer que 60% da população do Distrito Federal está localizada em cinco cidades satélites (não considerando Ceilândia à parte, pois esta pertence à Região Administrativa de Taguatinga, nem Paranoá e Jardim que não possuem núcleos urbanos).

Outros 10% estão nos núcleos de Guará I e II e no Núcleo Bandeirante, os quais poderiam ser colocados na mesma categoria de cidades-satélites já que o censo comum assim as classifica (como pudemos observar em nosso trabalho de campo) e já que estão na mesma posição que as demais em termos de dependência do trabalho, fato que esclareceremos mais adiante. Podemos dizer, então, que 70% da população do Distrito Federal está localizada nas cidades satélites, enquanto 25% está no Plano Piloto (Asa Sul e Norte, Península Sul e Norte mais os Cruzeiros) e apenas 5% na zona rural.

= QUADRO IV =

DISTRITO FEDERAL - Distribuição da população

LOCALIDADE	%	
-Cidades Satélites:- Gama, Taguatinga (Ceilândia), Brazlândia, Sobradinho, Planaltina.....	60	70
-Núcleos:- Guará I e II, Núcleo Bandeirante.....	10	
-Plano Piloto (Asa Sul e Norte, Penínsulas Sul e Norte, Cruzeiro).....		25
-Zona Rural		5
	100%	

Fonte - elaborado com base no Censo Escolar de 1975.

1.2 - Estrutura ocupacional e relação entre os núcleos urbanos

Verificados o crescimento e a distribuição espacial da população do Distrito Federal perguntamos o que fazem, ou seja, em que aplicam a força produtiva de seu trabalho para conseguirem o necessário à sobrevivência. Apelando ainda para as estatísticas oficiais e selecionando os 10 principais setores de atividade, constituímos o seguinte quadro:-

= QUADRO V =

DISTRITO FEDERAL - Estrutura ocupacional - %

SETOR DE ATIVIDADE	participação relativa - %	
	1970	1972
1. prestação de serviços.....	20,41	23,99
2. indústria de construção civil	19,79	16,45
3. administração pública.....	18,14	18,65
4. serviço social.....	11,87	11,12
5. comércio de mercadorias.....	9,53	10,25
6. transporte, comunicações e ar mazenagem.....	5,04	4,81
7. indústria de transformação...	4,25	4,62
8. atividades agrícolas.....	5,92	2,86
9. profissão liberal.....	1,01	1,21
10. serviço industrial de utilida de pública.....	0,91	1,00
OUTROS.....	5,12	5,04
T O T A L	100,00	100,00

Fonte:- ordenado com base no quadro elaborado por economistas da CODEPLAN in Indicadores Conjunturais, - junho/1974, p. 79

NOTA - 1. prestação de serviços: Alojamento, alimentação, higiene pessoal, confecções sob medidas, conservação e reparação do vestuário, conservação e reparação de máquinas e veículos, diversões, rádio, jornalismo, televisão, serviços domésticos e conservação de edifícios;

3. administração pública: poderes legislativo, judiciário e executivo federais e do GDF, autarquias, forças armadas e segurança pública;

4. serviço social: ensino público e privado, assistência médico-hospitalar pública e privada; limpeza pública e conservação de jardins e gramados; previdência social, assistência e beneficência; culto e atividades auxiliares; instituições culturais e sindicatos e associações de classe.

Note-se que os cinco primeiros setores empregam cerca de mais de 80% da mão-de-obra do Distrito Federal. Por outro lado, os setores mais dinâmicos parecem ser o de prestação de serviços, o de comércio de mercadorias, o de administração pública e o de indústria de transformação. No caso de administração pública o aumento da participação talvez se deva à transferência de órgãos federais que ainda se processa e a ampliação do quadro de servidores de várias repartições e autarquias. Mas, os funcionários públicos, cuja presença deve justificar a cidade e cuja mentalidade predomina (Epstein 1973:104), talvez venham a perder terreno para os componentes de outros setores que inicialmente aqui se instalaram em função do funcionalismo e dos órgãos públicos. Se considerarmos a indústria de construção civil, mais os setores de prestação de serviços, comércio de mercadorias, transporte e comunicação, indústria de transformação, constatamos que eles absorvem a significativa

porcentagem de mais ou menos 60% da mão-de-obra, fato que tira a primazia absoluta do funcionalismo como elemento característico e único do Distrito Federal. Isto significa que a maioria da mão-de-obra e da população do Distrito não dependeu de transferência por órgãos públicos para se fixar e permanecer nele e para cá veio em busca de trabalho. Em que medida Brasília e as cidades satélites ainda continuam sendo a capital e sede administrativa do país? Mesmo a centralização de todos os órgãos federais e autarquias, a razão inicial da cidade, não permitirá mais que ela venha a ser o que se pretendia que fosse inicialmente: isto é, a capital, a sede dos órgãos do governo federal, completada pela residência dos funcionários e chefes de governo, mais a parcela da população destinada a oferecer os serviços requisitados por essa população.

Acompanhando o processo de urbanização específicos do país, é possível que continue sendo um foco de atração de correntes migratórias face ao grande peso dado pela possibilidade de multiplicação dos serviços em geral para atender a demanda de trabalho.

Esta situação aponta outro aspecto interessante quando analisamos as relações entre os diferentes núcleos populacionais do Distrito Federal em termos de atendimento da mão-de-obra distribuída pelos diferentes setores. Vejamos o quadro abaixo.

DISTRITO FEDERAL - Ativos por localidade e por ocupação

A T I V I D A D E	PP	GM	TG	BZ	SB	PL
1.prest. de serviços..	22.468	3.682	6.836	396	1.858	812
2.indústria.....	20.982	8.115	8.361	1.086	3.644	2.026
3.Adm. pública.....	24.540	1.885	3.444	127	1.610	422
4.serviços sociais....	12.802	1.930	5.868	215	1.620	491
5.comércio de mercad..	8.809	1.586	5.080	188	860	321
6.transporte/com./arm.	4.189	1.021	2.839	122	487	256
7.atividades agric....	1.679	822	1.142	648	706	1.009
8.outras.....	7.285	1.032	2.435	79	862	254
	102.754	20.083	34.005	2.861	9.647	5.591

Fonte: IBGE - Censo DF 1970

Por aí se vê que no Plano Piloto estão localizadas as instituições que absorvem quase 60% dos ativos do Distrito Federal. Além disso, as atividades nele instaladas o distinguem das cidades satélites. Assim, nele a atividade de maior importância é a administração pública, seguida de perto pela prestação de serviços e indústria, e, depois, pelos serviços sociais (o peso do fun-

cionalismo público aumenta se considerarmos que grande parte dos serviços sociais são prestados por órgãos públicos, bem como parte do setor de prestação de serviços). Em Taguatinga, Gama e Sobradinho a indústria e a prestação de serviços são as mais importantes, sendo que em Taguatinga o comércio de mercadorias é bastante relevante.

Fica patente, portanto, que grande parte dos ativos não é absorvida pelas cidades satélites. Barbosa e Pavianni (1974: 46) demonstram que as cidades satélites ocupam perto de 42% do total da força de trabalho do Distrito Federal, apesar de abrigarem mais de 60% da população da área como vimos anteriormente (Quadro IV). Disto decorre o alto grau de dependência destas localidades em relação ao Plano Piloto quanto às oportunidades de trabalho. Planaltina, talvez devido à distância e antiguidade, absorve mais a sua força de trabalho local (48,5%). Mas Taguatinga, apesar de absorver 44,6% de sua força de trabalho e de ter o maior número de empregados residentes na própria área, além de ser a mais bem equipada, é também a que mais contribui com força de trabalho para o Plano Piloto.

Segundo a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, esta cidade satélite, "mais Ceilândia, constituem o maior potencial de mão-de-obra disponível no DF, num total de 300 mil homens (!!). Mas é também a região de mais baixa renda Per capita" (Correio do Planalto 12/8/75). A partir desse caso, o contraste entre emprego/residência aumenta para as outras localidades. Sobradinho atende 40,2% de sua força de trabalho, o Gama atende 28,4% e Brazlândia absorve 28,1%. Se tomarmos os núcleos mais próximos como os do Guará, a dependência do Plano Piloto aumenta, pois estes atendem só 20,4%.

Além disso, segundo mostram os mesmos autores Barbosa e Paviani (1974: 47), as cidades dependem do Plano Piloto também para a compra de mercadorias ou consumo, com exceção dos gêneros de primeira necessidade.

Disto tudo podemos concluir que a interação maior se realiza entre as cidades satélites e o Plano Piloto, quase inexistindo entre elas mesmo. Desta forma, o que ocorre é uma concentração da população na periferia (70%), contraposta por uma forte dependência (trabalho+consumo) do Plano Piloto, o polo central.

Gostaríamos de acrescentar ainda, além dos dados quantitativos a respeito da distribuição pelos diferentes setores e da absorção pelos diversos núcleos da mão-de-obra, uma referência aos mecanismos de transferência de uma parcela do excedente para assegurar a sobrevivência da força de trabalho não absorvida pelo mercado (aliás, a antropologia social pode contribuir para o conhecimento desses mecanismos observando a passagem de pessoas de setores não capitalistas para setores capitalistas urbanos ou estudando comunidades economicamente fechadas no meio urbano). Embora não tenhamos dados estatísticos, a observação de campo sugere que, em Brasília, esses mecanismos de transferência parecem ser essenciais para a sobrevivência de grande parte da população, por exemplo, da Ceilândia e do Gama, ou de invasões ou favelas situadas distantes do Plano Piloto. Grande parte da força de trabalho dessas aglomerações parece constituir um "exército industrial de reserva", pois, não estando diretamente absorvida pelo sistema econômico capitalista, em geral consegue a transferência do excedente através do trabalho individual.

É o caso das empregadas domésticas (cozinheiras, arrumadeiras, babás), trabalhadores ocasionais ou biscateiros, ambulantes em geral (vendedores de frutas e verduras que passam pelas superquadras todas as manhãs e fins de semana ou que tem pontos fixos, compradores de garrafas, "bombeiros" e concertistas, vendedores de "churrasquinhos" e de outras comidas em pontos próximos a obras em construção ou locais onde haja aglomeração de "gente pobre como a gente" como o 1º HDB e pontos de ônibus, engraxates, lavadores e guardadores de carro, etc.). Os recursos auferidos por estes indivíduos ou por aqueles que em geral desenvolvem trabalhos não especializados são, de alguma forma redistribuídos para aquela população "marginalizada" em termos de trabalho e de consumo. Essa população só pode encontrar moradia barata ou gratuita nas cidades satélites ou favelas, onde os níveis extremamente reduzidos de consumo são preenchidos pela baixa renda.. Isto então vem, mais uma vez, caracterizar a situação de dependência das cidades satélites com relação ao Plano Piloto.

Se analisarmos a relação dos núcleos quanto à distribuição de renda, veremos também que o Distrito Federal não foge à tendência brasileira de concentração da renda em termos sociais e espaciais. Assim, somente no Plano Piloto se encontra grande parte da população (41%) com quatro ou mais salários mínimos (Bastos e Gonzales 1973: 111). Se considerarmos a distribuição relativa da população pelos diferentes núcleos, segundo a renda, temos o seguinte quadro:

= QUADRO VII =

DISTRITO FEDERAL - Distribuição relativa da população por renda e local

	A - 305,00 -	B 610,00 -	C 1.220,00 -	Outros + 1.220,00
Plano Piloto..	7,10	17,96	32,00	42,94
Cruzeiro.....	36,49	39,64	18,02	5,85
Taguatinga....	32,08	36,50	24,17	7,28
Ceilândia.....	59,53	28,79	8,48	3,20
Gama.....	56,18	33,16	8,68	1,98
Planaltina....	48,66	34,27	13,84	3,13
Sobradinho....	36,49	39,64	18,02	5,85
Guará.....	34,00	38,00	21,00	7,00
N. Bandeirante	21,88	35,32	31,25	13,55

Bastos e Gonzales 1975: 42

Embora este quadro se refira apenas à população amostrada pelos pesquisadores Maria Inês Bastos e Élbio N. Gonzales, podemos generalizar, sem medo de errar que a situação do Plano Piloto (principalmente se excluirmos dele o núcleo do Cruzeiro), quanto à distribuição de renda, e completamente inversa a situação dos demais núcleos do Distrito Federal. Isto é, 74% (dos que trabalham) ganham quatro ou mais salários mínimos no Plano Piloto, enquanto que em outros núcleos populacionais a maioria ganha menos de dois salários mínimos (A e B no quadro VII), como no Gama (89%), na Ceilândia (88%), Planaltina (82%), Sobradinho e Cruzeiro (76%), Taguatinga (68%), Guará (72%) e Núcleo Bandeirante (55%).

Como dissemos, tais dados referem-se à amostragem feita pelos pesquisadores mencionados acima, apenas. Apesar de que as atividades comerciais e industriais tenham aumentado nestas cidades satélites ou tenham se transferido para essas áreas pessoas que auferem maior renda e possível que o contraste entre o Plano Piloto e as cidades satélites continue tão marcado como o expresso pelos números acima. Além deste contraste em termos da composição da população dos diferentes núcleos urbanos em função da renda, há um contraste quanto a concentração da renda, quando considerada a população do Distrito Federal. Assim, como no Plano se concentra a população com maior renda, e como a maior parte da sua população e que incorpora essa renda, mais uma vez se mostra porque a abundante força-de-trabalho das cidades satélites depende do Plano, como por exemplo prestando serviços em geral, indispensáveis para a manutenção do estilo de vida das classes média e alta. (Epstein 1973: 16).

1.3 - Distribuição da população na área do Plano Piloto

Visto o crescimento e distribuição contrastiva da população do Distrito Federal e importante nos voltarmos com um pouco mais de detalhe para a população do próprio Plano Piloto, onde verificaremos que este escalonamento se repete, embora com traços menos marcantes.

Assim, de um modo geral, a falta das quadras quatrocentos parece abrigar pequenos funcionários públicos (contínuos, motoristas, auxiliares administrativos,

professores do nível médio...). Estas quadras só podem comportar edifícios de três andares. Em geral tem acabamento menos sofisticado, sem elevador (com exceção de alguns na 416 sul), ou até mesmo sem pilotis, como exigem as normas (é o caso dos chamados JK das quadras 411/415 sul, com apartamentos de um quarto). Outro indicador é o nível de aluguel: em agosto de 1975 o aluguel de um apartamento de três quartos entre a 206/208 girava em torno de C\$ 3.000,00 e C\$ 3.500,00, enquanto na faixa das 400 estava entre C\$ 2.200,00 e C\$ 2.500,00, segundo pude verificar em cinco imobiliárias. Ainda na Asa Sul, enquanto um apartamento de um quarto na quadra 103 ia de C\$ 1.500,00 a C\$ 1.900,00 num JK das 400 o aluguel variava de C\$ 1.000,00 a C\$ 1.200,00, ou até menos. O aluguel está relacionado não só ao acabamento e qualidade dos edifícios e apartamentos mas também ao tipo de pessoas que tendem a se concentrar nas diferentes quadras, por imposição do próprio governo, que as distribuiu segundo o escalão a que pertencem na administração federal. É significativo observar que até pouco tempo grande parte das quadras 400 não eram "urbanizadas" (ajardinamento, quadras de esporte, estacionamentos etc.), parecendo haver uma certa relação entre o tipo de pessoas com maior ou menor poder e prestígio para solicitar ou exigir os serviços urbanos e a sua efetiva realização. Pode-se alegar que isto não ocorre no governo do Distrito que assumiu em 1974, face ao plano de obras objetivo que dispõe, mas o fato é que existia até agora esse escalonamento, mesmo em termos de aparência física (urbanização).

Essa oposição entre as 400 e as demais quadras do Plano ocorro nas duas Asas, mas no início da faixa na Asa Norte (403 - 406) há o agravante de muitos blocos estarem condenados pela engenharia (rachaduras, piso cedendo), sendo que a ocupação de alguns deles ainda não estava regularizada - até novembro de 1975. Estes apartamentos são de propriedade do INPS, mas administrados pela CODEBRAS. Esses apartamentos eram funcionais (pagamento de taxa de ocupação) e começaram a ser habitados em 1965. Constatados os defeitos, a Codebrás interditou diversos blocos, exibindo dos moradores o seu reparo. Alguns moradores se transferiram para hotéis ou cidades satélites e os apartamentos vagos foram invadidos. Mas a interdição continuou, oficialmente, embora o INPS tivesse autorizado a venda dos mesmos aos seus ocupantes em outubro de 1974, desde que fossem reparados por estes (Ver Jornal de Brasília, 18/11/75). Estas quadras e as demais 400 da Asa Norte, abrigam uma população de pequenos funcionários públicos ou militares, com raras exceções.

Em cima desta realidade, aparecem valorações, expressas pelos habitantes do Plano, havendo uma relação entre o local (quadra) em que se mora e a posição social. Por exemplo, há o caso de um pequeno funcionário do IBC que, na falta de outro apartamento adequado ao seu nível, foi transferido de um apartamento alugado da 415 sul para um apartamento funcional enorme da 312 sul. Várias pessoas, principalmente da quadra 415 comentaram que este senhor tivera "uma sorte muito grande indo morar naquela quadra fina" ou então que "achavam que ele tinha subido na vida".

Mas, além deste contraste não muito forte como aquele entre o Plano Piloto e cidades satélites, existe uma outra oposição bastante evidente dentro do próprio Plano Piloto: Asa Sul versus Asa Norte.

Em primeiro lugar, desde a inauguração até o presente havia uma clara diferença entre a ocupação das projeções distribuídas pela Asa Sul e Norte. Em junho de 1974 era seguinte a situação:

=QUADROVIII=

DISTRITO FEDERAL - Projeções vagas nas superquadras 100, 200, 300 e 400

FAIXAS	Q. 100	Q. 200	Q. 300	Q. 400	TOTAL
ASA SUL	12	30	18	35	95
ASA NORTE	94	153	113	101	461

Fonte: CODEPLAN - Indicadores - junho/74 : 77.

De um total de 1.534 lotes para edifícios previstos nas duas asas do Plano Piloto, 556 (36, 3%) ainda estavam vagos em julho de 1974, sendo que 58,5% estavam ocupados e 5,4% em construção. Dos 461 lotes vagos que havia na Asa Norte, 360 destinavam-se a blocos de seis pavimentos e 101 para blocos de três andares, ou seja, o total dos lotes vagos das quadras 400. (CODEPLAN - Indicadores, junho - 1974).

Mas aí não estão relacionados os lotes destinados a instalações comerciais e para outros fins, nem as quadras 700, destinadas a casas térreas. Na Asa Norte não há uma entrequadra comercial com todos os lotes ocupados. Na entrequadra

dra 410 e 411 há cinco blocos comerciais construídos, concluídos neste ano, mas apenas dois estão com todas as lojas ocupadas, dois outros tinham apenas uma loja cada, e o quinto estava inteiramente vago, na época da pesquisa. Na faixa das 400, a mais movimentada e frequentada é a 404/5, seguida da 410/11. Todos os grandes supermercados particulares estão na Asa Sul, bem como as maiores lojas. A W-3 Norte começou a ser ocupada com a transferência obrigatória de parte do comércio sediado no Núcleo Bandeirante, durante a gestão do prefeito Paulo de Tarso. (Epstein 1973:76). A partir de 1970 o Governador Hélio Prates da Silveira, depois de alguns prazos dados, tomou medidas drásticas (corte de água, corte de luz) e conseguiu tirar da área do traçado os barracos daqueles que haviam sido transferidos do Núcleo. Terminada a construção das duas pistas da W-3 Norte (com estacionamentos laterais e não centrais como sua congênere da Asa Sul), seguiu-se a construção de grandes lojas de automóveis e oficinas, e algum pequeno comércio. A configuração atual das margens da W-3 Norte é bastante diferente do caso da W-3 Sul: tem estabelecimentos comerciais dos dois lados; no lado das quadras 500 os prédios estão sendo construídos com gabarito diversificado, sendo cada um independente do outro; no lado das quadras 700 o comércio está sendo instalado em três fileiras paralelas, sendo que a da frente é semelhante ao padrão das 500 sul, e a Segunda e terceira tem construções com um ou dois pisos; esta terceira fila daria a frente para uma via não prevista, chamada pelos moradores de "W-3 e meio". Caso to-

do o espaço estivesse ocupado, teríamos uma avenida estritamente comercial com lojas e oficinas distribuídas ao longo da W-3 Norte, numa reprodução das tradicionais ruas ou avenidas das grandes cidades onde se concentram as atividades comerciais. Mas, em termos de consumo, ainda continua a dependência da população da Asa Norte em relação ao que oferece a Asa Sul (grandes lojas, butiques, diversão - bares, boates, cinema, teatro).

Outro dado complementar é com relação à população. Enquanto na Asa Sul residem 106.105 pessoas, na Norte moram 49.106, segundo o Censo Escolar de junho de 1975.

Fatos como esses, aliados ao processo descontínuo de ocupação das quadras, deu um caráter de isolamento aos primeiros habitantes das quadras 411/412 e 312. Isto, aliado às características da cidade, tornavam inaceitável a vida em Brasília para os primeiros moradores dessa área. O isolamento, a falta de comércio, a falta de urbanização das quadras impedia que ali fossem instalados os funcionários públicos mais categorizados (pelo menos no início). Desse modo, a Asa Norte foi de certa forma, estigmatizada como um local desabonador para se morar, enquanto que morar na Asa Sul significava prestígio e ascensão social. Daí as afirmações: "quem mora na Asa Norte é pobre", "a Asa Norte é o primo pobre de Brasília", "a Asa Norte é o lado que os turistas não podem ver", "asa da morte" (trocadilho com asa norte), e outras expressões que opõem a Asa Norte à Asa Sul mas sempre em termos de inferioridade. Esta oposição se repete, mas com maior veemência, entre Plano Piloto e cidades satélites, principalmente quando se consideram os núcleos de população mais pobre, como Ceilândia e Gama.

Esta apreciação "subjetiva" por parte dos moradores do Distrito Federal, corresponde ao nosso ver, àquela situação evidenciada pelos nossos dados apresentados acima. Mas antes de chegarmos ao aprofundamento deste ponto estabeleceremos algumas conclusões com base no que vimos, e que podem ser importantes na medida em que traçam o quadro ou cenário onde iremos trabalhar.

1.4 - Conclusão

a - Em primeiro lugar, "esse espaço que parece homogêneo, que parece dado de um bloco em sua objetividade, em sua forma pura, tal como constatamos, é produto social", (II. Lefebvre, in Luzelle 1972:115). Isto significa que a atual não concordância do Plano proposto com a situação real do mesmo (para não considerarmos as cidades satélites que fazem parte do dito projeto) não poderia ser vista apenas como "distorção" mas como resultado das relações inerentes a uma sociedade como a brasileira. Por exemplo, nas sociedades contemporâneas latinoamericanas tem-se notado a existência de uma categoria de pessoas excluídas do mercado de trabalho dominante. Estes mecanismos de exclusão atuam tanto na cidade como no campo, e os excluídos de um setor o são também de outros. O crescimento demográfico incrementou a manifestação dessa exclusão nos países latino-americanos de hoje, sendo que se torna fisicamente impossível ignorar a massa dos marginalizados de todos os setores da economia, principalmente nas cidades, onde o sistema de habitação impede que os mesmos se localizem em qualquer lugar, determinando a sua concentração em áreas específicas (Quijano 1973 : 142). Nas cidades da América Latina a estratificação das zonas de localização de diferentes grupos ou classes se faz em função da qualidade das habitações e dos serviços urbanos, ou seja, de certa forma "a la estratificación residencial corresponde una forma cualquiera de estratificación social" (Quijano 1973 : 152). Isto também é válido para grande parte da população do Distrito Federal, localizada nas cidades satélites.

Os sociólogos e economistas podem detectar processos como esse da marginalização pois se tratam de fenômenos macro-estruturais de sociedades complexas contemporâneas, cujos sistemas totais são costumeiramente estudados por estes cientistas sociais (Wolf 1966 : 01). Assim, nosso encargo não é descrever e analisar esses processos com relação a Brasília onde, certamente, ocorrem fenômenos semelhantes aos das demais cidades latino-americanas. Recorremos, então, ao que constata Bastos e Gonzalez (1973: 62), para os quais "Brasília parece ter canalizado parte de um fluxo que já estava se movimentando através do Brasil". Por essa mesma razão, segundo estes autores, 86% dos migrantes em Brasília são originários de outros centros urbanos sendo muita reduzida a percentagem daqueles que provém diretamente de arcas rurais das diversas regiões brasileiras¹. Brasília, como outros centros metropolitanos, serve "de etapa final para grande parte da população migrante e expulsa outra em razão da grande oferta de força-de-trabalho e da limitada capacidade de expansão do mercado ocupacional"(Bastos e Gonzalez 1973 : 55-56)².

1 - Ver J. PASTORE 1969 : 64-66, o qual também verifica que a "migração não é um fenômeno novo para a população de Brasília", já que 70% dos migrantes viviam antes em áreas, urbanas e 50% tivera experiência em agricultura, o que revela uma "migração-por-etapas".

2 - Segundo o SENAI/DF, em fins de 1973 e início de 1974 teria ocorrido um êxodo de operários de Brasília para São Paulo e Rio de Janeiro, onde o setor de construção tivera uma momentânea escassez relativa de mão-de-obra e por isso oferecia salários maiores. Por outro lado, nesse período teriam também aumentado as construções no Distrito Federal, atendendo principalmente as necessidades do Governo Federal e uma diminuição do fluxo migratório. Todavia, o próprio estudo do SENAI/DF mostra que os empresários da construção civil não se preocupavam com a possível falta de mão-de-obra mas apenas com a "baixa qualificação profissional" e com o alto preço do material de construção (Jornal de Brasília 24 7/74). Isto significaria que a mão-de-obra disponível e abundante e que a sua parte não qualificada profissionalmente estaria sempre sujeita a expulsão do mercado de trabalho, o que nem sempre resultaria numa locomoção espacial para outros centros, mas na fixação no Distrito Federal, através do acionamento de mecanismos que permitam o mínimo necessário à sobrevivência no meio urbano.

Acreditamos que grande parte dos migrantes que se movimentaram em direção a Brasília era constituída por elementos "marginalizados" das atividades agropecuárias e de outros setores, atraídos pelas possibilidades de trabalho acenadas pela intensa atividade construtiva ou até pela esperança que a proximidade ao poder central do país permitisse auferir benefícios. Portanto, não podemos explicar a "marginalização", espontânea ou forçada, dos migrantes desempregados ou de baixa renda em áreas comuns e distantes daquelas melhor aparelhadas, ou escalonamento social das superquadras do próprio Plano Piloto como meras distorções de um Plano urbanístico. Isto significa, de um lado, encobrir as verdadeiras causas de uma tal situação e, de outro, atribuir utopicamente ao conteúdo do plano urbanístico os poderes de superação de todas as contradições de uma sociedade, o que vem a dar no mesmo. Em resumo, concluímos, em primeiro lugar que a situação atual da população do Distrito Federal, sendo a maioria disposta fisicamente em núcleos satélites de um centro e também situada socialmente numa relação de dependência, conforme a observação e os dados estatísticos nos habilitam a inferir, nos apresentam um espaço socialmente produzido, isto é, estratificado segundo uma estrutura social específica da sociedade brasileira que, resumidamente, comporta grandes desníveis econômicos e sociais de um modogeral.

b - Em segundo lugar, o espaço socialmente produzido em Brasília passa a veicular determinados significados

conteúdo político pretendido pelo poder que o executou, num primeiro passo, e o foi retocando em etapas sucessivas, bem como as organizações e soluções técnicas apresentadas pelos planejadores urbanísticos. Por outro lado, a estruturação espacial dos diferentes grupos sociais e o manuseio diário dessa situação urbana leva a que se estruture uma percepção da realidade urbana nem sempre idêntica àquela pretendida pela organização e significado propostos no plano. Assim como em outras cidades, também em Brasília o "prestígio residencial" pode ser um dos símbolos usados para a avaliação da posição social e grau de poder, da mesma forma que outros padrões de consumo (vestuário, automóvel...) são símbolos de conteúdo idêntico. Desta forma se manifestaria a relevância da estrutura física urbana para o estudo da representação¹. Como diz Halbwachs, "a imagem do meio exterior e as relações estáveis que mantém com ele passam ao primeiro plano da idéia que o indivíduo faz de si mesmo" (N.Halbwachs 1950: 132), ou seja, do indivíduo enquanto membro de um grupo,

1 - É ponto pacífico e óbvio que todas as cidades possuem um "espaço diferenciado e que tal diferenciação tem relação com a estrutura social". Seria interessante que se desenvolvessem estudos antropológicos sobre o que esse espaço diferenciado urbano transmite aos seus usuários diversos ou como por eles é explicado e interpretado. Por exemplo, a marginalidade possui uma dimensão ecológica que, para o cientista social, pode manifestar a segregação residencial do espaço urbano e também a incapacidade do sistema de produção de habitações adequadas às necessidades sociais quando esta demanda não é lucrativa (Castells 1973 : 15). Todavia poderia ser indagado também se esta marginalidade ecológica não é também "estruturante", no sentido de que constitui um mecanismo de "reforço" da condição de marginalidade (Quijano 1973 : 152), acentuando a consciência que os indivíduos tem de sua posição no sistema social urbano, e portanto a consciência que tem deste último.

pois é o grupo que, de certa forma está submetido à influência da natureza material. "Cada detalhe e aspecto de um lugar tem um sentido compreensível apenas pelos membros do grupo porque todas as partes do espaço por ele ocupado correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ou pelo menos aquilo que ela tem de mais estável" (N. Halbwachs 1950:133).

Vimos, pelos dados apresentados acima, que diferentes grupos ou classes sociais tendem a ocupar áreas diversas do espaço urbano, como tem ocorrido em outras cidades contemporâneas e por razões que não buscamos aqui aprofundar. Entendemos que estas diferentes áreas recebem atributos valorativos distintos bem como significados próprios (como nos exemplos citados a respeito da Asa Norte). Entendemos também que a apreciação de Brasília e da sua forma concreta corresponde ora a um modelo cultural possuído pelos usuários que varia segundo sua experiência urbana anterior, ora a outro modelo ao qual se referem os que a planejaram ou que inter-veem sobre ela.

O que nos interessa, portanto, é o estudo da representação da cidade, e não o estudo da cidade em si. De um lado visualizaremos o discurso oficial (no caso o próprio Plano, principalmente) e de outro o discurso do usuário (ou pelo menos de algum tipo dele). Mas como esse estudo se refere a uma situação específica, buscamos construir um quadro sumário da situação atual da realidade urbana do Distrito Federal como um todo, através da descrição acima a respeito do crescimento populacional de Brasília, da distribuição espacial dos diferentes grupos que compõem esta população e da relação entre os diferentes núcleos que abrigam esta população.

PARTE II

AS CATEGORIAS IDEOLÓGICAS E A "MITICIDADE" DO
PLANO PILOTO

Vimos a efetivação dos núcleos urbanos do Distrito Federal, mostrando o crescimento de sua população, a sua composição em termos dos diferentes setores de atividades econômicas e a sua distribuição. Passaremos agora ao tema da pesquisa, propriamente dito, começando pela análise do discurso através do qual o Plano é proposto, buscando desvendar as principais categorias com que se trabalha e o conteúdo delas.

2.1 - O estudo antropológico da representação espacial

A Antropologia não se tem mostrado alheia aos problemas da relação sociedade/espço, principalmente no que diz respeito aos aspectos culturais (simbólicos). De um modo geral, pode-se dizer que os antropólogos tem demonstrado que o espaço, natural e criado, sempre é "social" na medida em que sua organização e representação estão relacionadas com cada sistema social (incluindo nesta expressão os elementos culturais, as relações sociais e as relações econômicas).

E. DURKHEIN e N. MAUSS foram, provavelmente, os primeiros a introduzir na Sociologia e na Antropologia a noção de espaço social.

A abordagem durkheimiana costuma distinguir os níveis empírico e cognitivo das relações sociais. Assim, ao nível empírico, descreve o padrão de organização local das sociedades primitivas na medida em que ele é influenciado pelo suprimento sazonal de alimento. Em seguida desenvolve o exame das classificações do universo pelos primitivos, tendo como objetivo final a construção de uma teoria geral do conhecimento. Conclui, então, que a classificação era um fenômeno universal, porém de origem social, porque derivava das representações coletivas da sociedade. Desse modo, inclusive as idéias a respeito do tempo e do espaço estariam diretamente ligadas à respectiva organização social (Durkheim e Mauss 1969 : 88).

De certa forma, estes dois níveis presentes na análise durkheimiana tem continuidade em trabalhos posteriores.

RADOLIFFE-BROWN prende-se à análise empírica das organizações espaciais. Assim para ele "cada sociedade humana tem algum tipo de estrutura territorial. Podemos encontrar comunidades locais claramente definidas, mas ligadas a uma sociedade maior, da qual são segmentos. Esta estrutura territorial dá o embasamento, não só para a organização política, qualquer que ela seja, mas também para outras formas de organização social, tais como a econômica" (Radoliffe-Brown 1940 : XIV). Por isso, o "aspecto espacial da estrutura social" passa a ser considerado um importante elemento que possibilita superar a fluidez do conceito de "sociedade" porque permite definir as unidades sociais com que o cientista social esteja trabalhando, facilitando a

comparação de sociedades humanas (Radcliffe-Brown 1952: 193).

Já EVANS-PRITCHARD desenvolve uma análise espacial ao nível cognitivo no seu estudo sobre os nuer. Trata-se de uma análise estrutural formal da interação entre unidades territoriais (modelo estrutural-funcional de Durkheim), enfatizando os aspectos culturais (ideacionais) do espaço social. Assim distingue três níveis: - a) o espaço físico; b) o espaço ecológico - a relação entre as comunidades em termos em densidade e distribuição; c) e o espaço estrutural ou seja, o conjunto de relações entre grupos e pessoas expresso em valores (Evans-Pritchard 1940 : 190-210). A partir de então começa a se fazer a distinção entre os arranjos espaciais ou disposição física dos elementos num espaço, e a classificação de tais arranjos feita pelo grupo estudado, bem como a interpretação final elaborada pelo pesquisador. Estas distinções são claramente seguidas por LÉVI-STRAUSS (1970 : Caps. VII, VIII e XV).

Mas antes de verificarmos as colocações deste autor, é interessante observar a abordagem cultural de MALINOWSKI, a qual diferia um pouco das linhas enunciadas, já que considerava o tempo e o espaço como elementos essenciais, de cada contexto cultural. Sua etnografia clássica demonstra como cada povo estudado por ele utilizava e interpretava o espaço, tanto no cultivo como na construção e no intercâmbio comercial. Assim, cada local era analisado como parte de cada instituição, sendo que cada instituição tinha aspectos religiosos, sociais, políticos e econômicos. De certa forma esta sua orientação incentivou os muitos estudos de significação simbólica do espaço (v.g. Turner, 1969).

Todavia LÉVI-STRAUSS lamenta a sua indiferença pela morfologia da aldeia Omarakana, nas ilhas Trobriand, a qual apresentava UM "complexo sistema de oposições entre o sagrado e o profano, cru e cozido, celibato e casamento, masculino e feminino, central e periférico" (Lévi-Strauss 1970 : 153), semelhantes a outros sistemas de sociedades da Ásia e América (baduj, minangkabau, winnebago e bororo). Estes sistemas opõem aspectos do mundo físico, grupos sociais e atributos morais e metafísicos, esboçando assim uma concepção que os indivíduos tem de sua própria sociedade, e que pode ou não corresponder à estrutura verdadeira.

Na análise de LÉVI-STRAUSS o espaço (e o tempo) assumem grande importância porque "é impossível conceber as relações sociais fora de um meio comum que lhe sirva de sistema de referência. O espaço e o tempo são os dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais, conjunta ou isoladamente" (Lévi-Strauss 1970 : 313). Aqui o espaço e o tempo são considerados apenas em sua dimensão social, ou seja, enquanto portadores daquelas propriedades dos "fenômenos sociais que a povoam". Isto significa que as diversas sociedades conceberam esta dimensão social de modos específicos, correspondentes a suas estruturas particulares (Lévi-Strauss 1970 : 313).

A interpretação fenomenológica de Lévi-Strauss sugere que o estudo de fenômenos espaciais específicos (como a distribuição circular das aldeias Jê ou dos acampamentos Sioux, ou mesmo o plano das cidades, o traçados das estradas e a localização dos templos do império inca), "permite entender a idéia que os indígenas fazem de sua estrutura

social, e, pelo exame das lacunas e contradições, a estrutura real, esta muitas vezes diferente daquela". Isto é possível porque nestas sociedades a dimensão espacial é impregnada por fenômenos sociais, ou seja, os Jê, Sioux e Incas escolheram "projetar conscientemente no espaço um esquema de suas instituições". (Lévi-Strauss 1970 : 354).

No entanto, segundo ele, a correlação entre a configuração espacial e a estrutura social de uma sociedade nem sempre é óbvia. "Não pretendo que a configuração espacial das aldeias reflète sempre a organização social como um espelho, nem que a reflète inteiramente". Demonstrou antes (1970 : Caps. VII, VIII) "que o plano da aldeia Bororo não exprime a verdadeira e inconsciente estrutura social, mas um modelo presente na consciência indígena, ainda que ele seja de natureza ilusória e contradiga os fatos" (Lévi-Strauss 1970 : 316).

Dessa forma, as configurações espaciais são manifestações objetivas e cristalizadas (assim como a dança, o ritual etc.) de fenômenos sociais e mentais. Em consequência, estes fenômenos podem ser estudados através destas manifestações. (Lévi-Strauss 1970 : 316-317). O arranjo espacial de uma vila, assim como a forma ritual do casamento ou de uma dança, constituem uma linguagem, no sentido de que podem ser reduzidos a um conjunto de normas abstratas expressas em diferentes modelos.

LÉVI-STRAUSS procura deixar claro que a sua colocação, ao contrário do que criticava G. GURVITCH, não era uma "confusão lamentável da estrutura com a superfície exteriormente perceptível da realidade social situadas em

extensões conceitualizadas em espaços morfológicos" (Gurvitch, in Lévi-Strauss 1970 :353). Assim num primeiro nível buscava-se estudar os fenômenos da distribuição espacial e, em seguida, a representação qualitativa que os homens fazem deste espaço (bem como as relações dessa distribuição e representação com o sistema social). Segundo LÉVI-STRAUSS, era exatamente esta "confusão lamentável" uma das principais contribuições da escola sociológica francesa, sendo o ponto central dos estudos do DURKHEIN e MAUSS (De quelques formes primitives de classification) e de MAUSS (Les variations saisonnières dans les sociétés eskimo) (L. Strauss 1970:354).

Todavia os estudos das configurações espaciais nestas perspectivas propostas por LÉVI-STRAUSS não são possíveis apenas em sociedades indígenas que projetem de modo "consciente" a sua estrutura social, e nem apenas nas sociedades indígenas. Isto porque "mesmo quando a sociedade se mostra indiferente ao espaço, ou a um certo tipo de espaço (como o espaço urbano, quando não planejado), tudo se passa como se as estruturas inconscientes aproveitassem, se é lícito dizer, esta indiferença, para invadir o domínio vacante e afirmar-se aí de modo simbólico ou real, quase como as preocupações inconscientes utilizam a "vacância" do sono para se exprimirem sob a forma de sonho, como ensinou Freud. Esta segunda constatação vale ao mesmo tempo para aquelas sociedades ditas primitivas que são aparentemente indiferentes à expressão espacial, e para as sociedades mais complexas que professam a mesma atitude: é o caso das cidades contemporâneas, a maior parte das quais depende de es-

truturas espaciais que podem ser reduzidas a alguns tipos somente, e fornecem certos indícios sobre a estrutura social subjacente" (Lévi-Strauss 1970 :355)¹.

De fato, a cidade não existe "in abstracto", nem é apenas uma realidade física. Ela é, antes de mais nada, um produto social. Isto não impede, ou melhor, é exatamente por isto que se torna possível investigar os símbolos e valores evidenciados nos arranjos espaciais, bem como desvendar as representações que os membros de diferentes grupos e classes tem de um espaço e de uma vida urbana estruturados historicamente.

2.2 - O estudo antropológico do discurso como veículo da representação.

Uma análise destes discursos pode ser feita segundo a análise mítica realizada pelo estruturalismo. O procedimento estruturalista constitui uma verdadeira teoria que suplanta as divagações e hipóteses anteriores a respeito do mito com uma análise restrita aos elementos de um discurso determinado. O primeiro passo na análise de um discurso mítico, por exemplo, é constituído pelo processo seguinte: reúnem-se os elementos ou unidades constitutivas

1 - Exemplos de estudos de representação espacial, em sociedades modernas: Paul-Henri STANL, 1973 - 'L'Organisation magique du territoire villageois roumain', in L'HOMME, XIII :3: 150-162; Colette PETCNET 1972 - "Espace, distance et dimension dans une société nusulmane", in L'HOMME, XII : 2: 47-84; Claude KARNOOUN, 1972 " L'Étranger ou le faux inconnu: essai sur la définition spatiale d'autrui dans un village lorrain", in EHTNOLOGIE FRANÇAISE, 2:1-2: 107-122; Gilberto VELHO, 1973, A Utopia Urbana, Rio de Janeiro: Zahar Editores; etc. - Pierre BOUDIEU, 1973 - "The Berber House" in M. Douglas (Ed), Rules and meanings, Penguin Education.

(mitemas), estabelecem-se as seqüências desses elementos, elaboram-se as relações que formam as estruturas. Depois disso compõe-se a interpretação, a qual surge na própria análise estrutural pois aparece nas relações reveladas pelas correlações, sem a necessidade de divagações e correlações exteriores ao mito.

Mas realizada a análise clara e lógica das relações entre as unidades constitutivas de um discurso mítico persiste o problema da função mítica, isto é, os mitos não parecem se esgotar em si mesmos. A análise estrutural está feita, mas a função do mito permanece inexplicada, ou seja, "o antropólogo encontra-se perante a questão do poder dos mitos, da sua utilização pelo conjunto cultural: serão transposições de um real econômico, a sua função será ocultar, equilibrar, ou simplesmente refletir?" (Backes-Clément 1974 : 312), além de outras questões que não podem ser solucionadas por uma simples análise formal. Tal fato manifesta a limitação da análise estrutural. Contudo a própria obra de LÉVI-STRAUSS mostra alguns exemplos de solução do problema da função mítica através de várias leituras diferentes do mito.

Uma dessas leituras é aquela em que procura a ligação entre a mitologia e as estruturas sociais que lhe dão as condições de existência. Assim, nessa perspectiva uma função do mito surge como sendo a de dissimular as contradições econômicas e sociais. Um exemplo disto é dado pela análise da mitologia dos Bororo. Esta sociedade concebe a sociedade dividida em dois grupos básicos: os "ceras" (norte da aldeia) e os "tugarés" (sul da aldeia). Um homem sem-

pre deve se casar com uma mulher de outra metade e para lá deve se transferir(especialmente). Poderes , qualidades divinas e humanas são divididas entre as duas metades. Neste caso, além de significar, o mito também estrutura, pois regula a vida dos Bororo, desde o plano da aldeia, o casamento, a morte e a troca de bens e serviços. E conclui L. STRAUSS "Para atestar estas verdades e se alimentarem nestas convicções, os seu sábios elaboraram uma cosmologia grandiosa; inscreveram-na no plano das suas aldeias e na distribuição das moradias" (Tristes Tropiques : 256). Todavia esta dualidade metafísica expressa pela mitologia dos Bororo é contrariada pela constatação de uma outra divisão real das metades em clãs e em sub-grupos inferiores, médios e inferiores (definidos em termos econômicos e políticos). Esta hierarquia é vivida e constitui a estrutura social real, mas não está presente no mito. Em outras palavras, o mito aparece como a negação das relações sociais existentes entre três grupos sociais. "Sob o disfarce das instituições fraternais, a aldeia bororó reduz-se, em última análise, a três grupos, que se casam sempre apenas entre si. (...) Por mais que os Bororo tivessem desenvolvido o seu sistema numa prosopopéia falaciosa, não conseguiram mais que os outros desmentir esta verdade: a representação que uma sociedade concebe da relação entre os vivos e os mortos reduz-se a um esforço para esconder, embelezar ou justificar, no plano do pensamento religioso, as relações reais existentes entre os vivos" (Tristes Tropiques : 256). Isto porque "as representações sociológicas dos indígenas (teoria indígena sobre sua orga-

nização social) não são apenas uma parte ou um reflexo de sua organização social, mas podem, como nas sociedades mais avançadas, contradizê-la completamente, ou ignorar alguns de seus elementos". No caso analisado, "as representações indígenas do Brasil central e oriental e a linguagem institucional pela qual se exprimem, constituem um esforço desesperado para situar em primeiro plano um tipo de estrutura: metades ou classes exogâmicas, cujo verdadeiro papel é muito secundário, quando não completamente ilusório. Atrás do dualismo e da simetria aparente da estrutura social, adivinha-se uma organização tripartida e assimétrica mais fundamental..." (Lévi-Strauss 1970 : 147). Tal qual outras manifestações da vida cultural, portanto, o mito também pode desempenhar uma função que tem duas faces: dissimular e resolver. Dissimular as contradições reais e resolvê-las através dessa dissimulação. Nesta perspectiva apresentada o mito faz parte das superestruturas e, por isso mesmo, tem sua causa real nas estruturas sociais (hierarquia econômica e política dos Bororo).

Mas assim como as relações entre os níveis da organização tripartida não são menos ou mais verdadeiras por estarem fora do mito (isto é, por serem inconscientes), também as relações ceras/tugarés não são menos verdadeiras por fazerem parte do mito. Desse modo continua em aberto o problema da função do mito. Uma outra leitura, então, é dada pelo modelo da análise do mito de Édipo (Lévi-Strauss - 1970 : cap.XI). No mito edipiano a análise estrutural revela uma contradição, não resolvida pelo mito, entre a crença na autoctonia do homem e o fato de cada homem nascer de um

homem e de uma mulher, e que não está relacionada às condições sócio-econômicas da sociedade em questão. Nesta leitura, o sentido do mito é procurado na maneira pela qual os elementos se encontram estruturados (Lévi-Strauss 1970 :230). A verdade das relações entre os elementos do mito está na sua lógica interna.

No caso do nosso estudo, também teríamos que optar por um desses dois tipos de leitura do discurso, embora não estejamos exatamente preocupados com o estudo das relações entre uma configuração espacial determinada e a estrutura de uma sociedade, através do discurso mítico a respeito dessa sociedade e desse espaço. Levamos em conta a situação "sui generis" de Brasília, que não é uma cidade "natural", com um espaço, estruturado no correr do tempo por uma população dada. Antes de mais nada ela foi uma proposta, um plano elaborado segundo princípios técnicos, mas não neutros, no sentido em que o discurso desse plano comporta categorias que exprimem (ou pretendem exprimir), tanto o significado da nova capital do país como os conceitos a respeito de como deve ser a estrutura física das cidades e o próprio modo de vida urbano. As linhas mestras desse plano foram inscritas no espaço geográfico disponível. Isto significa que, ao contrário de outras cidades brasileiras, cujo nascimento, crescimento e desenvolvimento foi espontâneo, fruto das relações sociais, a execução parcial do Plano Piloto de Brasília criou, aprioristicamente, um meio físico infraestrutural, oferecendo uma estrutura própria (superquadras, áreas residenciais, arcas comerciais, blocos residen-

ciais segundo um tipo básico, etc.) e alguns serviços considerados indispensáveis a um meio urbano (rede viária, distribuição de energia elétrica, rede de água e esgotos, rede de captação de águas pluviais etc.). Em suma, a companhia estatal NOVACAP (assim como outras grandes companhias fazem pelo mundo afora) criou um meio físico que, pelo menos em parte, segue os critérios técnicos, racionais e científicos previstos no Plano ou elaborados por ela própria seguindo as recomendações do mesmo. As pessoas transferidas para esse meio não criaram, portanto, uma estrutura espacial segundo suas concepções a respeito de cidade ou de vida urbana, ou mesmo segundo suas relações que mantêm com o sistema social: devem submeter-se a um meio que lhes é apresentado como sendo o melhor em matéria de urbanismo. No caso do grupo de pessoas observado, a sua condição, ou melhor, posição no sistema sócio-econômico lhes dá ainda menos oportunidades de intervir criadoramente nesse espaço, ao contrário de outros grupos que tem um maior grau de liberdade ou de poder para imprimir alguns elementos que atendam seus interesses (como no caso de empresários, comerciais e industriais). Em vista desta situação, reforça-se nosso interesse, não pela configuração espacial urbana existente, mas, primordialmente, pela proposição de uma forma urbana e de um modo de vida correspondente. Teríamos a vantagem de vislumbrar com maior facilidade as categorias desse discurso "mítico" que pretende dar um significado a cidade enquanto capital e enquanto meio físico propício a um modo de vida característico. Chamamos de "mítico" este discurso na medida em que

pretende apresentar um meio urbano ideal e um modo de vida correspondente, mas só possível de ser elaborado em função de padrões culturais e da situação de uma sociedade determinada, esclarecemos ainda que, na segunda etapa do trabalho, pretendemos analisar o discurso de um determinado tipo de usuário da cidade a respeito do novo espaço urbano em que foi inserido, buscando levantar as categorias relevantes, espontaneamente expressas nesse discurso. É possível que as categorias dos dois discursos expressem representações contraditórias da mesma realidade, ou mesmo contenham categorias diferentes que não se relacionam (o primeiro caso seria semelhante ao que ocorre entre os Winnebago, onde os "manegi" opõe uma leitura estrutural concêntrica à leitura estrutural-diametral dos "wangeregi", mas da mesma forma circular, estando relacionadas as duas leituras à posição estrutural, das duas metades e a consequente visão da sociedade por elas).

Da mesma forma que foras os estudos antropológicos que nos despertaram para este tipo de preocupação a respeito das sociedades urbanas, também supomos que o instrumental antropológico atenderia as necessidades teóricas e metodológicas para o estudo destas representações. Assim, se Brasília é, antes de mais nada um fato social, ela nos interessa enquanto "representação" de uma realidade vivida por quem a propôs e por quem a usa. O modelo da análise não é um formalismo rígido mas apenas privilegia os discursos do planejador e do usuário, tentando captar algumas categorias que explicitem conceitos sobre o meio e o modo de vida urbanos. Por essas razões todas, o tipo de leitura dos mesmos é aquele em que se relacionam as categorias expressas com as condições sociais específicas, como no caso da leitura lévistraussiana da mitologia bororo.

2.3. - Análise do "Plano Piloto"

As sociedades industriais são essencialmente urbanas, pois a maioria de sua população é concentrada num "meio técnico", traduzido em zonas urbanizadas, que está relacionado a um gênero de vida característico (este meio técnico e gênero de vida correspondente estaria baseado no desenvolvimento industrial a partir das revoluções industriais iniciadas no século XVIII na Inglaterra e efetivadas na Europa no século XIX - ver G. Friedman 1968 : 76-93).

Este processo de urbanização, que inclui não só a concentração da população em cidades ou zonas urbanizadas, mas também o desenvolvimento de um "modo de vida" específico, tem se difundido a todas as sociedades e vem se intensificando sempre mais. No Brasil, a participação relativa da população urbana cresceu de 36,16% em 1950 para 55,92% em 1970, ocasionando de um lado a metropolização (concentração populacional em cidades maiores já existentes) e a multiplicação dos núcleos urbanos, primeiro em volta desses centros maiores e depois numa rede de penetração por todo o território, os quais dobraram o seu número (1950 : 1.888 cidades; 1970 : 3.952 cidades) (IBGE 1973).

Principalmente a partir do século XIX as sociedades industriais começam a se preocupar com os problemas urbanos e, nesta tentativa de organizar o espaço urbano, surgem os especialistas do século XX, os quais, além de or-

ganizar e controlar o espaço físico, pretendem também (conscientemente ou não) influir nos aspectos sociais e culturais. É interessante notar que a nova capital brasileira se efetivava através da ação desses especialistas que passa a ser reconhecidos dentro e fora do país, o que também coincide com o período de grande crescimento econômico do país, principalmente industrial, entre 1947 e 1961 (a taxa média anual de crescimento é de 4,6 para a agricultura, 9,6 para a indústria e de 6,1 para o PBI - ver Castro 1972: 102). O ápice do crescimento industrial que já vinha se processando foi simultâneo à construção da capital, entre os anos de 1956 à 1961, quando o setor industrial cresceu 10,3% a.a., sendo acompanhado pela agricultura a uma taxa de 5% a.a., intensificando-se a industrialização desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, segundo o modelo de substituição de importação. Nestes anos o crescimento rápido do setor industrial implica também numa alteração da sua própria estrutura, passando a ter grande peso os produtos metálicos, maquinaria, equipamento elétrico, equipamento de transporte e produtos químicos, além da produção de bens de consumo duráveis que caracterizam o modelo. A esta tendência do desenvolvimento econômico, se adapta o estilo de planejamento setorial, tentando eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia que entravam o crescimento já em processo. Daí a ênfase governamental, por exemplo, nos setores de energia e transporte. Para conseguir isto ampliam-se os incentivos aos investimentos de origem externa, implanta-se um sistema de taxas que pretendia beneficiar a importação de bens de capital e a desfavorecer a importação de bens de consumo duráveis, cresce a atividade esta-

tal no processo de desenvolvimento. A crescente atividade governamental em alguns setores baseia-se no conceito de "ponto de germinação" (elaborado ainda no governo anterior, o de Getúlio Vargas, pela Comissão Mista Brasil-EUA), segundo o qual a oferta de uma infra-estrutura provocaria atividades produtivas, justificando-se, assim, as metas como a transferência da capital, a construção de rodovias e de hidroelétricas. O plano de Metas fora dividido em cinco setores (energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação), contendo as famosas trinta notas, completadas pela meta síntese : a construção de Brasília (Kubitscheck de Oliveira 1975: 9 e 92). Essa política adotada pelo governo a partir de 1955 correspondia a uma nova fase do capitalismo nacional, tendo como característica a expansão interna e a integração de importantes setores industriais no circuito internacional de capital (através de investimentos diretos e principalmente de empréstimos) (Singer - 1972). A interiorização e integração nacional, enquanto política, refletem a necessidade de diminuir a pressão populacional sobre os grandes centros, de absorção do excedente de mão-de-obra e de expansão do mercado interno. A própria "modernização" seria um mecanismo utilizado pelo sistema industrial para aumentar o consumo interno (Toscano 1973 : V). Entre outras maneiras, Brasília é justificada, oficialmente, como um "ponto de germinação" que forçaria o investimento no setor de transportes e provocaria a ocupação e desenvolvimento do centro-oeste-norte do país, por exemplo (Lafer 1975 : 35).

Em termos de política econômica, pode-se dizer

que a ideologia desenvolvimentista se constitui num sistema de proposições que, de um lado, encampa a ideologia nacionalista presente no período anterior e, por outro, incrementa uma atitude favorável à modernização, à expansão do mercado interno, à aceleração da industrialização pela entrada do capital internacional, e as obras infraestruturais que visassem a expansão do mercado e aceleração da industrialização. O governo juscelinista assume e expande essa ideologia conseguindo mobilizar, através dela, as forças necessárias para a execução do projeto de desenvolvimento nacional e legitimação do mesmo. Assim é que

1) - os trabalhadores, percebendo as propostas concretas, o ativismo característico daquele governo e as promessas um futuro imediato que atenderá suas aspirações, aplica suas forças para produzir um volume de trabalho maior necessário para a acumulação de capital e para produzir mais bens de produção, mais artigos de exportação, para construir hidroelétricas, rodovias e Brasília (Singer 1972);

2) - o empresariado se tranqüiliza quanto à intervenção estatal, entendendo que o ritmo de desenvolvimento se intensificaria com a política de vultosos investimentos estatais em obras básicas (além de serem os beneficiados diretos pela aplicação do capital público e capital privado subsidiado), com a rápida substituição de importação de bens de consumo duráveis e intermediários e com a entrada de capital estrangeiro (principalmente para o caso das atividades industriais que exigiam grande volume de capital inicial);

3) - por sua vez, o próprio governo se beneficia

do caráter nacionalista do desenvolvimento, o que incluía a exaltação do *Estado* e do Poder, permitindo e justificando a "hipertrofia do Executivo", traduzida pela "manipulação dos ministérios, autarquias, empresas e conselhos, além de todos os instrumentos regulares e excepcionais de política financeira, fiscal, tarifária, cambial e salarial". A utilização das instituições tradicionais ligadas ao executivo e desta chamada "administração paralela" conferem novas dimensões ao Poder Executivo, exercendo o Presidente da República a maior parcela do poder (Ianni 1971 : 178).

E Brasília, como entra nesse esquema? Ela é apresentada como a "Meta Síntese". Ou seja, entendemos que, na medida em que sua proposta é aceita, sua função real parece ser a de catalizadora de todo o processo desenvolvimentista desencadeado pelo governo juscelinista. Nesse sentido, é interessante chamar a atenção para a retomada do mecanismo de semantização do fato político através de categorias do espaço, conforme demonstra Esterici (1972). O espaço é tomado como uma categoria constituída por uma série de segmentos heterogêneos e particularizadas por atributos ligados a fatos reais ou imaginários ocorridos na história (Esterici 1972 : 49). Novamente aparece a oposição entre litoral e interior (sertão mais planalto). Brasília é associada à conquista bandeirante (por isso brasileira, nacional) do espaço interno e, simultaneamente, de uma nova era. A localização da nova capital revolucionária no planalto central traduz concretamente a idéia contida nas cadeias opostas do discurso nacionalista : "interior = mobilidade-ordem-centralização-integração" em contraposição a "lito-

ral = estagnação-desordem-descentralização-desintegração"; de um lado o "litoral = cultura tradicional e contaminada pelo exterior" e de outro lado "planalto - bandeirante e cultura transformada" (Vejam-se o discurso de Juscelino Kubistcheck e de Israel Pinheiro na Primeira Semana Nacional Mudancista, em São Paulo).

Estas considerações tem o objetivo de, em primeiro lugar, frisar que a proposição para a transferência da capital e sua efetiva construção talvez não pudessem ser realizadas num período anterior ou imediatamente posterior (o quinquênio 1962/67) a este febril crescimento industrial e efetiva intervenção estatal com seu Plano de Metas. Em segundo lugar, sua função catalizadora depende de sua integração no discurso ideológico desenvolvimentista. Julgamos que tais condições foram propícias para a criação e execução de um plano urbanístico característico cujo conteúdo certamente estaria relacionado com as mesmas condições que o tornaram possível.

Gostaríamos de esclarecer ainda outro ponto com relação ao nosso trabalho. Os planos urbanísticos e arquitetônicos executados são objeto de constantes controvérsias entre os próprios especialistas a respeito de quais seriam as soluções mais apropriadas para cada caso. A respeito de Brasília, por exemplo, isto tem acontecido repetidamente. No entanto não pretendemos contribuir para as polêmicas desenvolvidas criticando a monotonia arquitetônica ou elogiando as soluções urbanísticas apresentadas. Nossa análise se concentra sobre as idéias ou conceitos

que fundamentam a solução urbanística e arquitetônica. Não abordamos o espaço em si, mas - como um conjunto urbanístico ou um edifício foram antes um "projeto", um plano, uma concepção - acreditamos que podem estar ligadas a categorias culturais, tais como o conceito de cidade ou modo de vida urbano. Para nosso objetivo, a própria definição de um plano ou programa é também um fato social (e por isso cultural, na medida em que depende de "conceitos" ou padrões culturais e respeito do problema que pretende resolver). A prática urbanística e arquitetônica é condicionada pelos sistemas sócio-econômicos e suas respectivas ideologias, portanto¹.

2.3.1 - A nova cidade como nova capital

"És tu juvenília 'non urbs sed civitas',
o centro da Cruz Tempo-Espaço,
plantada no teu quadrilátero,
com as suas quatro hastes que são quatro
séculos,
e são quatro pontos cardeais
são quatro ciclos de ação:
o da Descoberta, o do Bandeirismo,
o da Independência e o da Integração.
Feita do fluxo e refluxo das forças que
dão o poder,
centrípetas para se tornar centrífugas".

(Guilherme de Almeida - trecho de "Prece
Natalícia de Brasília", declamada pelo
autor no dia da inauguração - Silva 1971 : 214)

1 - Além do plano de Lúcio Costa havia outros 25 planos concorrentes. A comissão Julgadora destacou os trabalhos das equipes: - 2) - Nilmann, Rocha e Gonçalves; 3) - Lévi, César e Franco; 4) - M.N.M. Roberto. Caso se tivesse acesso a estes trabalhos seria útil uma análise comparativa do seu conteúdo representativo.

Estas palavras do poeta, codificadas e aparentemente vazias para o leitor mais desavisado, contem toda uma simbologia repetida nos pronunciamentos políticos e religiosos, por ocasião da inauguração, e certamente tão necessárias para a efetivação da nova capital quanto as racionalizações técnicas e econômicas. Umas e outras são tão importantes e reais, ao nosso ver, quanto as explicações míticas de alguma sociedade indígena brasileira a respeito de sua maloca ou de sua aldeia, pois podem ser mecanismos eficientes para a legitimação de decisões tomadas pelo poder ou como ilustração e justificação de propostas urbanísticas.

Brasília, antes de mais nada, interessava ao poder que decidiu criá-la como "monumento". A monumentalidade é aqui entendida como sendo a qualidade que deverá anunciar a transcendência da nova cidade: embora expressando-se por elementos como altura, profundidade e amplitude de espaço, vai além destes limites materiais (H.Lefebvre 1972: 46). Como monumento, deveria ser um espaço institucional onde o Estado se projeta.

Dessa forma, o Júri designado para a seleção do projeto da nova capital estabelecia como critério básico a categoria monumento:

uma CAPITAL FEDERAL, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, DEVERÁ SER DIFERENTE DE QUALQUER CIDADE de quinhentos mil habitantes. A CAPITAL, cidade funcional, deverá, além disso, ter expressão arquitetural própria. Sua principal característica é a função governamental (Relatório de Júri, in Silva 1971 : 117 - grifos originais).

O urbanista está impregnado por esta visão, já que também para ele a cidade deve ser construída levando-se em conta que ela será uma

" 'civitas', possuidora dos atributos inerentes a uma Capital, e, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental" (L. Costa, Relatório do Plano Piloto - in Silva 1971).

Assim, num primeiro passo, o urbanista consciente de sua responsabilidade deve inserir-se numa atmosfera sacral, gesto ritual necessário para apreensão da transcendente soberania e majestade do Estado e expressá-la segundo os padrões conhecidos ou possíveis da monumentalidade.

Mas em que consiste a categoria monumento? Em que forma ela pode ser traduzida? Era primeiro lugar, enquanto "locus" do poder central, enquanto monumento que atesta este poder, a cidade deve ser única em sua forma, diferenciando-se de alguma maneira patente das demais cidades de uma nação. Em segundo lugar, a monumentalidade deve "decorrer naturalmente de um traçado simples e funcional" (L. Costa 1962: 281) de todo um conjunto espacial e não apenas de unidades sem nexos com o contexto, e muito menos de detalhes arquitetônicos dessas unidades. A forma de expressão dessa monumentalidade pode ser a utilização de terraplenos, "técnica oriental milenar", que eleva a Praça dos Três Poderes da área circunvizinha, dá uma unidade ao conjunto e "lhe confere uma ênfase monumental imprevista"; pode ser o traçado de um eixo monumental, ou seja, um complexo de vias, espaços abertos e unidades arquitetônicas, como o existente entre a Praça dos Três Poderes e a sede do governo distrital, composto por unidades diversas (esplanada dos ministérios, rodoviária - ponto que marca a

passagem da esfera federal para a distrital e o acesso para os setores da "urbs", mas sem seccionar a continuidade monumental - setor esportivo e de diversões, torre, praça e edifício do governo distrital), mas todas integradas num "diálogo monumental". Assim, a monumentalidade parece ser expressa pelo urbanista através de unidades verticais isoladas ou agrupadas, mas sempre integradas num espaço amplo e profundo, destacando do contexto urbano. "O monumento, no caso de uma capital,... é o próprio da coisa em si, e ao contrário da cidade alheia que deseja inscrita discretamente na paisagem, a cidade-capital se deve impor e comandá-la. É o que ocorre em Brasília". (L.Costa 1962: 307).

O Eixo Monumental é uma solução urbanística que também pretende ser, mas antes de tudo, um "eixo simbólico" ao longo do qual se manifesta a própria estrutura estatal (Ministérios, Congresso Nacional, Poder Judiciário, Presidência). O Eixo Monumental é, assim, um espaço ritual por excelência que necessariamente deve ter uma expressão monumental. Sob este aspecto, Brasília é uma exaltação do Estado. Por isso o Eixo Monumental se opõe ao resto da cidade enquanto "centro ritual estatal" contraposto a sua periferia, onde se desenvolve a vida cotidiana.

A categoria monumento neste caso, assim como em outros, parece a expressão apropriada do Estado que, desde sua origem, sempre se expressou "pelo vazio: os espaços abertos, as enormes avenidas, as praças gigantes, próprios para os desfiles espetaculares" (H.Lefebvre 1972: 115). O próprio urbanista explica que a Praça dos Três Poderes, elemento essencial do setor monumental, onde parte e pa-

ra onde converge tudo, corresponde "em termos de espaço e de intenção a Versailles", com a diferença de que sua "majestade" é outra, pois esta é a "Versailles do Povo!" (L. Costa 1962: 344). É interessante notar, todavia, que em Versailles o castelo e as instalações do poder real se distanciam do restante da cidade, no centro de uma extensa área, simbolizando o absolutismo do poder real secular. Inspirado nessa solução o urbanista esclarece que "o centro de Brasília não está no centro propriamente dito, mas num extremo da composição urbanística, onde ficara para sempre. De modo que a Praça dos Três Poderes... ficou e ficará para sempre, essa Praça onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido que é a Esplanada dos Ministérios. É idéia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do "Plano de Brasília" (L. Costa 1974: 23-24). Mas como se tratava de uma democracia havia necessidade de se diferenciar a solução, destacando-se plasticamente o "locus" do Congresso Nacional e apresentar a modéstia da Presidência da República. A distribuição destes poderes, mais o judiciário, pelos vértices de um hipotético triângulo equilátero, pressupunha uma distribuição equilibrada do Poder, apesar do destaque urbanístico e plástico dado ao local dos representantes do povo, verdadeira fonte do poder, segundo o modelo de um sistema democrático clássico. É importante realçar a sintonia do arquiteto com estas preocupações do urbanista em termos de monumentalidade, traduzida em formas simples, em espaços amplos. Assim, a composição do Palácio do Congresso foi

formulada em função "das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e especialmente da intenção de se lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras e geométricas" (O. Niemeyer 1961 : 50).

Poderíamos falar, então, de uma preocupação pela dimensão democrática do monumento, na medida em que devia traduzir a presença de um poder democrático. O urbanista parece imbuído de um conceito clássico de democracia. Quanto a isso é necessário esclarecer que esse conceito implica na participação direta e plebiscitária, segundo demonstram as condições históricas que originaram o conceito e a prática democrática (cidade-estado grega). No estado liberal moderno desenvolveu-se um conceito de participação democrática através da representação. Atualmente persistem esses elementos da "cultura democrática", mas sob uma forma mítica ou ideológica, ou seja, como ideais a serem atingidos ou como atestação de uma situação "teoricamente" existente. Aqui parece se revelar uma ilusão do urbanista pelo fato de justificar uma proposição urbanística segundo princípios democráticos que podem ser partilhados pelo conjunto da população, mas sem determinar as relações sociais reais. Da mesma forma que a mitologia bororo a respeito do plano da aldeia e das metades, não correspondia a situação hierárquica real dos diferentes estratos, embora essa representação mítica não fosse menos real e verdadeira para os indígenas, também a solução urbanística e arquitetônica podem pretender traduzir o "espírito democrático"

através de um espaço estruturado e de formas próprias que dão um efeito "emocional" e tem um poder retórico para traduzir esse espírito, mas sem contribuir para a efetivação de uma situação democrática real ou sem corresponder a uma situação real. Como monumento esse arranjo pode propiciar uma condensação de valores políticos, podendo ser manipulado de modo diferente, conforme os interesses de grupos específicos.

O essencial da categoria monumento parece ser portanto, a sua relação com o Poder e, para o urbanista, o caráter monumental da proposta deveria decorrer naturalmente do traçado simples e funcional. Como se explica isso? Em primeiro lugar, "Gropius e Le Corbusier sempre foram favoráveis a Brasília" (L.Costa 1962: 346). Ora, para o urbanismo progressista o espetacular ou monumental da cidade deve provir de um espaço composto geometricamente, pré-existente as unidades nele dispostas. Nesta linha de concepção, o urbanismo (e a arquitetura) é colocado sob a ditadura ortogonal e geométrica, onde a estética (traçado simples, despojamento) e eficácia (funcionalidade) devem andar juntas. O alinhamento ortogonal das unidades e do conjunto do setor monumental e a perspectiva geométrica atendem a estas exigências estéticas e funcionais, e exprimem uma racionalidade que só pode provir de uma instituição suprema: O Estado. O arcabouço espacial predeterminado, definitivo, nítido, revelam a presença autoritária de um poder político, dissimulada por uma terminologia democrática. Através da "escala monumental" enfatiza-se a dimensão pública, cria-se um lugar simbólico que expressa a unidade e a perenidade de um Estado-Nação.

Esta racionalidade urbanística, onde lógica e beleza coincidem (funcionalidade e estética), se coaduna perfeitamente com a vontade de um Estado que se integrava decisivamente num processo de mudança o crescimento, assumindo uma forma de intervenção "racional" (Plano de Metas) nesse processo¹. A esse Estado interessava uma execução imediata das tarefas imediatas para o alcance das metas desenvolvimentistas, e principalmente das obras ligadas a meta-síntese.

1 - Com a revolução industrial, um certo racionalismo (Ciência e técnica) se afirma como a forma de resolver os problemas surgidos na relação dos homens entre si, ou deles com o mundo, sendo dominado pelas idéias de progresso e de otimismo com relação ao futuro. Isto se repete no Brasil, exatamente pela época da construção da nova capital. Veja-se o que constata um economista, analisando essa fase: "No período imediato à II Guerra Mundial, o avanço da industrialização nos países periféricos exigia a realização de profundas transformações em estruturas econômicas constituídas em função da exportação de produtos primários. Caberia ao Estado participar amplamente deste processo, através da realização de obras de infra-estrutura, do lançamento de novos setores produtivos etc. Tais transformações deram ensejo ao surgimento de novas funções: havia que diagnosticar macroproblemas, conceber e encaminhar sua solução. Tudo isto supunha um consumo sem precedentes de estudos e análises e implicava na tomada de decisões de amplo alcance. Incumbidos das novas funções surgiram e se afirmaram no cenário político - mais precisamente no comando das novas instituições com que o setor público passava a fundamentar sua atuação na esfera econômica - os técnicos e intelectuais do desenvolvimento. (...) A precipitação de grandes transformações... e as responsabilidades assumidas no processo em curso transmitiam a sensação de que a evolução econômica passava a ser efetivamente conduzida. A história seria, então, entendida como obra de engenharia e nela teriam atribuições máximas as novas instituições (e seus membros) diretamente responsáveis pela "promoção do desenvolvimento econômico". Acreditaram e fizeram crer (técnicos e estudiosos) que o conhecimento e proposição de soluções eram fatores decisivos na superação de quaisquer problemas e, por conseguinte, na orientação do processo histórico. Sua postura "neo-iluminista" encontra expressão máxima no deslumbramento racionalista de certos textos de "planificação". (Castro 1972: 12-14). Na verdade, completa o autor, o desenvolvimento seguia uma "lógica não intencional", no sentido de que passaram do "papel a realidade aqueles programas e proposições sugeridos pelas próprias dificuldades encontradas pelo sistema econômico em evolução" - necessidades concretas do sistema de estradas, energia, etc.

A rápida expansão do capitalismo interno determinava isto. Por essas razões, Brasília "teve que nascer como Minerva, já pronta" (L. Costa 1962: 347). Assim sendo, "o traço de estilo cartesiano tornou a tarefa exequível, mas impôs a execução imediata das obras" (L. Costa 1962: 346). Se para o urbanista o "estilo cartesiano" exigia a efetivação de seus elementos infraestruturais básicos, para o Estado era indispensável marcar definitivamente a sua presença no processo de expansão interna do país. O novo estilo de traçado urbano, segundo os princípios do urbanismo progressista, atende as necessidades de dar o caráter monumental de uma obra que cristaliza a presença de um novo Poder que pretendia estar intervindo racionalmente no processo de desenvolvimento global do país.

A categoria monumento, portanto, ocupa uma posição primordial no pensamento do urbanista para determinar as soluções apropriadas à cidade-capital, implicando em determinados valores da cultura urbanística ocidental, aliados ao racionalismo recente do urbanismo "progressista".

Com os recursos da teoria urbanística contemporânea, criou-se um lugar simbólico (monumento) no qual a idéia de Nação pudesse se expressar plenamente, com a grandeza e perenidade do Estado. O urbanismo progressista, que determina a forma e o traçado dos espaços monumentais (aliança entre eficiência e estética), responde satisfatoriamente ao programa ideológico do poder político vigente. Os clássicos valores democráticos ocidentais são revividos numa capital de uma sociedade que inicia um rápido desenvolvimento econômico e industrial, sob um sistema que tenderá a um cercea-

mento concreto e real daqueles valores políticos. Enquanto monumento, a cidade-capital é definitiva, atemporal. Enquanto plano ou esquema urbanístico, predetermina uma rígida estrutura espacial, estabelecendo, inclusive a ornamentação da cidade e a forma básica das construções destinadas à habitação pretendendo superar a anarquia das cidades industriais ou dos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento. No entanto esta ordem urbana proposta é assegurada por um poder paternalista ou então autoritário, num e noutro caso dissimulados por uma terminologia democrática. Como símbolo coletivo e uma ideologia traduzida na elaboração urbana alegórica de uma ordem política imutável em seus princípios, de agora em diante, apesar das rápidas transformações ocasionadas pelo desenvolvimento econômico. Enquanto cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e outros pólos, importantes como centros populacionais, industriais e econômicos, serão os agentes do desenvolvimento, Brasília encarnará a imutabilidade daqueles princípios (unidade da federação, ordem política democrática). Face a este destino, um urbanismo progressista (estrutura e formas geométricas: razão e beleza) dá uma escala desmedida ao "setor monumental" e à cidade como um todo, sem elaborar sofisticadamente o particular, pois o que interessa é a dimensão pública, a presença perene do Estado. Anunciavam-se, através destas medidas, os princípios do desenvolvimento brasileiro que se quer ordenando, mas também determina-se a raiz perene da Nação: a cidade-capital não se esgota na aparência física mas, como monumento, e também um não-lugar (u-topus) o qual não está sujeito ao tempo, é po-

sitivo e anti-dialético.

Portanto, aqui se revela uma outra dimensão da categoria monumento, traduzida pela sua perenidade ou atemporalidade presente nos traços "racionais" (geométricos), claros e definitivos. "A cidade foi concebida em termos de Brasil definitivo, feita para permanecer e traduzir com dignidade... um Brasil que continua voltado para o futuro" (L. Costa 1974:28). Apesar de fruto do desenvolvimentismo, a nova cidade-capital, enquanto monumento, deverá ter uma continuidade supra-histórica, expressando a continuidade da Nação.

É interessante notar que o Plano, quando apresentado a população, é assimilado exatamente em seu aspecto monumento. Também a primeira parte construída e terminada até a inauguração é a do setor monumental, com os respectivos palácios e praças. Em seguida, serão as unidades deste setor que passam a simbolizar a capital do país como um todo (Congresso Nacional, Esplanada dos ministérios, Palácio Alvorada, Palácio do Planalto, Itamarati).

Resumindo, a categoria monumento se revela importante no pensamento do urbanista ao formular e justificar o plano da cidade-capital. A sua expressão física está associada a algumas formas características presentes na cultura urbanística ocidental, tais como a rigidez no alinhamento das unidades, os amplos espaços, as largas avenidas, as praças enormes, geralmente não apropriadas as atividades cotidianas mas apenas as funções específicas do Estado. Estas dimensões físicas do monumento são, por sua vez, associadas aos conceitos de Estado, de Poder, de perenidade deste Poder e da Nação.

2.3.2 - A cidade como expressão do desenvolvimento

A leitura do texto descritivo do Plano Piloto proposto e das justificativas aventadas pelo poder que resolveu criar a nova capital, revela uma nova categoria informativa de soluções: o desenvolvimento. Fundar a nova capital significa criar uma "nova era" do país, representa um "ato coletivo" de uma nação que toma consciência do desenvolvimento e sua antecipação. "O que era Brasília senão a alvorada de um novo dia para o Brasil?" (Kubitschek 1975: 93). Mas se é apresentada como o símbolo necessário desta nova era, é também justificada como tendo sido assumida por uma vontade democrática que se decide pelo "desenvolvimento": "O povo, ao qual nunca havia sido proporcionado uma participação era qualquer das opções nacionais, sentia-se de súbito, responsável por aquela. Brasília deixara de se converter num empreendimento do governo para se converter numa cruzada nacional" (Kubitschek 1975: 168). Por isso é que, ao modelo urbanístico do absolutismo europeu da Versailles de Louis XIV são introduzidas as dimensões democrática e progressista.

O urbanista se revela impregnado por esse espírito "desenvolvimentista" e planeja a cidade "para permanecer e traduzir com dignidade uma nova fase do Brasil" (Kubitschek 1974: 28).

Assim sendo a estrutura da nova capital é extremamente relevante, devendo abranger o que havia de mais moderno nos modelos da cultura e prática urbanística contemporânea. O urbanista mitiza a criação do plano, todavia,

através de uma imagem feliz e bem brasileira, afirmando que ele nasceu "de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz" (L.Costa 1974: 318), querendo dizer com isso que a solução de Brasília "ocorreu, surgiu, por assim dizer, sem querer" (L.Costa 1962: 342). Na verdade, como veremos, trata-se de uma tradução das idéias do urbanismo progressista e uma tentativa de utilização das potencialidades técnicas apropriadas pelo estágio de desenvolvimento da humanidade. Por essa razão, segue os ditames de planejamento e urbanismo vigentes na época (ver Le Corbusier 1971: 70 ss). Por outro lado, a justificativa de que o plano nasceu "do sinal da cruz" constitui uma imagem forte apreensível pelos brasileiros (Cruzeiro - Terra da Santa Cruz: sinal de posse) e que corresponde às idéias desenvolvimentistas de posse das riquezas nacionais e de sua exploração, de ocupação das áreas menos exploradas, de novas fronteiras de expansão da economia nacional, já que a última frente localizada no Paraná acabava de se completar.

Havia, evidentemente, um programa ideológico que colocava a construção de Brasília como síntese do programa de desenvolvimento nacional. O Presidente da República não poderia ser mais claro quando falava no próprio pólo industrial do país:

1 - Bem Brasileira porque se pode fazer uma correlação entre a expressão usada pelo urbanista e a seguinte imagem presente na tradição cultural brasileira: "Cruzeiro plantado pelos descobridores + primeira missa = tomada de posse de um novo mundo que viria a ser uma grande nação". O mesmo esquema ritual seria agora retomado pela ideologia desenvolvimentista.

"A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira. Já vos disse, creio, que não se trata apenas de uma retificação puramente geográfica. O choque da mudança operará uma transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros, despertando-os, tornando-os mais atraídos pelo empreendimento privado, inspirando-lhes um desejo maior e mais acentuado de melhorar os índices de nossa produtividade" (J.Kubitschek de Oliveira 1957 - Discurso na 1ª Semana Nacional Mudancista, em São Paulo, 9-16 de março/1957). A imagem de Brasília é divulgada como uma antevisão do futuro moderno e desenvolvido para onde devia caminhar o Brasil. Quando folheamos a revista publicada pela Cia. NOVACAP, antes e depois da inauguração da nova capital encontramos expressões que praticamente se repetem: "Brasília - o brado de 'terra à vista': a redescoberta do Brasil"; "Brasília é a cidade do futuro"; "Com Brasília, novo Brasil"; "Brasília de hoje, Brasil de amanhã" etc.

Na verdade ocorria a expansão do capitalismo nacional, com o grande crescimento industrial processado na mesma época em que se decide a transferência da capital. O acelerado processo de industrialização segundo o modelo de substituição de importações, conforme apontamos antes, o ingresso de investimentos estrangeiros (indústria automobilística etc), se defrontam com problemas de expansão do mercado interno, necessidade de ampliação de matéria prima, ocupação do excedente de mão-de-obra, pressão populacional nos centros urbanos e industriais maiores do país, os quais geram uma política de "conquista do oeste" brasileiro e de integração das diferentes áreas do país através de um sistema viário. Portanto,

como já anunciamos antes, Brasília é parte de um fenômeno mais amplo: assim como a abertura das rodovias, a colonização etc. Brasília também é uma forma de interiorização e de expansão interna e talvez a menos importante em termos práticos, mas com uma carga principalmente simbólica bastante grande, que passa a ser explorada: "O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível do progresso - provar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante" (J.Kubitschek de Oliveira 1975 : 8-9). Oficialmente, Brasília passa a ser a Meta-Síntese dos 30 itens do Programa de Metas.

1 - É interessante notar a semelhança estrutural catalizadora entre Brasília e outra obra mais recente, a Transamazônica. No período correspondente a primeira, a propaganda desenvolvimentista empregava, simultaneamente, slogans "50 anos em 5", "integração", "pioneirismo" que são repetidos ou enriquecidos no novo ciclo de crescimento ("Brasil grande", "integração", "pioneirismo", "milagre brasileiro"). No período 1968/73, há uma retomada do desenvolvimento retardado no quinquênio 1962/67 através da atividade estatal que visa concentrar recursos através da elevação da receita pública, diminuição do déficit orçamentário e inversões públicas diretas ou sob a forma de crédito, bem como através do incentivo à exportação de produtos manufaturados, principalmente de produtos das multinacionais que no período JK se voltavam apenas para o mercado interno (Singer 1972). Num e noutro caso a acumulação é conseguida, entre outras formas, pela redução do salário mínimo real, aumento da taxa de concentração de renda. Num e noutro caso a mobilização convergente dos diferentes setores e acompanhada de uma campanha desenvolvimentista sintetizada numa obra que pretende ser catalizadora do processo

As condições haviam se tornado propícias para a efetivação da idéia de interiorização da capital, (ver 2.3.0) que vinha desde os tempos coloniais, tomando corpo no decorrer dos séculos: determinação da área no Planalto Central pela Constituição de 1891, lançamento da pedra fundamental em 1922 por Epitácio Pessoa, criação da Comissão de Localização da Nova Capital, em 1953. Mas só agora as transformações políticas e econômicas em processo viabilizam e justificam a sua construção.

No entanto, é interessante observar que o uso da cidade-capital como instrumento de desenvolvimento esteve sempre presente na tradição ibérica, embora talvez com menos ênfase no caso brasileiro. O plano regular das cidades na América espanhola eram "simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado", não sendo por acaso que impera nessas cidades o traço retilíneo, que caracteriza as primeiras cidades "abstratas" construídas nesta área (Holanda 1963: 87). Na colônia portuguesa, só no terceiro século depois da descoberta é que há uma entrada maior terra a dentro e as cidades não eram precedidas por um plano seguido até o fim, segundo um traçado geométrico, mas "obedecendo as sugestões topográficas" (Holanda 1963: 104-105). Todavia se pode dizer que na América Latina de um modo geral, e não só na hispânica, a cidade foi sempre o ponto de partida da colonização e exploração da terra (Morse 1962). No momento que se desenvolve o crescimento interno da sociedade brasileira, acompanhada de sua expansão também espacial, reafirma-se o uso da cidade-capital como instrumento de desenvolvimento, surpreendendo-se Morse com a semelhança dos argumen-

tos de um magistrado real que, em 1699, propunha a transferência da capital de Santo Domingo para um ponto central do país (Morse 1971: 193). Mais tarde a Constituição Dominicana de 1858 estabelece a mudança da capital para o centro, da mesma forma que as Constituições do Estado brasileiro de 1891, 1934 e 1946 estabelecem o planalto central como o futuro local da capital do país. Além desta idéia revitalizada por diversas personalidades no decorrer da história, as motivações aparentes para a efetivação de Brasília na década de 1950 são a criação de uma nova sede administrativa longe dos problemas de uma cidade que "inchava", e a indução do desenvolvimento através dela, segundo o conceito de "ponto de germinação", apontado acima. Neste último sentido assemelha-se ao caso de um pólo colocado a tutela direta do poder central, como Ciudad Guayana, na Venezuela, para desencadear um processo acelerado de desenvolvimento. Em suma, o projeto de Brasília inseria-se numa política desenvolvimentista com pretensões de criar uma sociedade moderna e progressista.

1 - "A Coste é a imagem da terra, e assim como ela deve estar localizada virtualmente no centro, assim também a justiça e assistência poderão ser dispensadas com maior uniformidade e brevidade... Os territórios não são administrados efetivamente pelas capitais situadas na periferia, como portos, guarnições e postos fronteiriços". (Com a localização central) "a Igreja, Tribunais e Comunidades atraem tudo para eles. Mercadores, estudantes... cruzam as estradas; suas viagens aumentam o bem-estar de muitos; os lugares vizinhos beneficiam-se com o consumo de seus produtos e o Tesouro Real lucra com as numerosas hospedarias e mercados" - In Morse - 1971. No Brasil desenvolveram-se idéias semelhantes desde antes da Inconfidência Mineira (1789), passando por Hipólito J. da Costa (Correio Braziliense, Londres, 1813, 1818, 1822), José Bonifácio de A. e Silva (1821, 1823), Confederação do Equador (1824) e o historiador Francisco A. de Varnhagen (1849, 1850, 1877). (Cf. IBGE 1972 e Silva 1971).

Tais idéias se firmam graças ao deslumbramento racionalista surgido com o desenvolvimento industrial brasileiro, quando ganham prestígio os técnicos e intelectuais do desenvolvimento. A ciência e a técnica passam a ser consideradas elementos decisivos na orientação do processo histórico (Castro 1972: 12-14). Da mesma forma, o urbanista está convencido de que "serão eles (os homens da ciência e, de um modo geral, os donos da tecnologia) que levarão afinal a humanidade de volta ao 'paraíso perdido'" (L.Costa 1962: 329).

Esta concepção credencia o urbanista, enquanto técnico e homem de ciência, a propor as soluções que julgar mais adequadas para a população em termos técnicos ou até científicos, independentemente do que esta população possa pensar e desejar. "As próprias populações interessadas ignoram tanto os princípios gerais nos quais se funda essa nova concepção urbanística, quanto as soluções de conjunto e por menor que a técnica contemporânea oferece para resolver o problema da habitação, o desconhecendo-os não estão em condições de antever com a necessária objetividade e clareza o estilo diferente de vida, equilibrada e serena que ela enseja" (L.Costa 1962: 239). As proposições segundo estes critérios são as mais adequadas porque a lógica intrínseca e fatal do desenvolvimento científico e tecnológico "é sempre a favor e não contra o homem" (L.Costa 1962: 329).

Assim sendo, a categoria desenvolvimento, composta pelas dimensões de modernidade, de intervenção técnica e científica, definirão as soluções propostas para a nova cidade e não o traçado accidental de uma "cruz" no papel (o termo modernidade refere-se, no caso, à busca das soluções "mais

novas e avançadas" dos países desenvolvidos ocidentais em termos de arquitetura e urbanismo).

Esta categoria implica num urbanismo racionalista que preconiza a exploração radical dos recursos da técnica e da indústria, conjugando soluções utilitárias e estéticas. Dessa forma, o urbanista teria pretensamente de desenvolver tarefas práticas (técnicas e estéticas) desfocando seu interesse pelas estruturas econômicas e sociais. Este racionalismo resultará no estabelecimento de uma ordem-tipo, deduzida segundo critérios científicos, a qual pressupõe a concepção de um homem-tipo, portador de necessidades humanas universais, traduzidas por quatro funções fundamentais (habitar, trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito), conforme estabelece a Carta de Atenas (ver Le Corbusier 1971: 39 e 109). O meio urbano deve ser ordenado de modo a atender estas funções eficazmente. A eficácia é conseguida segundo os métodos de estandarização e mecanização da indústria.

Assim, como técnico, o urbanista entende que não pode predominar o pensamento liberal segundo o qual os elementos urbanos se ajustam automaticamente conforme as leis do mercado (equilíbrio no uso dos solos estabelecido pelo mercado imobiliário, por exemplo). Para ele as atividades urbanas devem ser tratadas globalmente, tendo as decisões efeitos a longo prazo. Estas decisões técnicas atendem, em primeiro lugar a um nível específico da eficácia: o da atividade produtiva. Pretende-se dar uma ordem rigorosa a cidade, do mesmo modo que se organiza um processo técnico de produção, racionalizando-se a desorganização artesanal em função de um

sistema objetivo. A cidade, assim, deve ser um instrumento de trabalho, o que implica na distribuição de funções por diferentes áreas especializadas. Daí a existência do setor burocrático, comercial, hoteleiro, industrial, de abastecimento, ou dos setores de rádio e televisão, de diversões e cultural, mais o setor residencial. De certo modo, pretende-se dispor os elementos urbanos como se dispõe racionalmente os diferentes departamentos de uma empresa. E a serialização das atividades urbanas.

Interessante notar que o sistema de circulação é uma função colocada à parte das demais, constituindo um sistema independente que integra e articula os setores diversos. Além disso, a circulação é ordenada segundo as determinações do veículo automotor, dando-lhe um espaço autônomo, mas permitindo aproximar-se do local de residência (bem como dos demais setores), pois "o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família" (L.Costa 1971: 127). Tais colocações eram viáveis face às perspectivas oferecidas pela nascente indústria automobilística nacional, favorecendo a aplicação dos "princípios francos da técnica rodoviária" (eliminação de cruzamentos, pistas de velocidade, pistas de tráfego local, interligação dos diferentes setores) (Costa 1971: 125). Esta solução, aliada a disposição dos setores independentes, irá marcar de tal modo a cidade que se dirá que o brasiliense é formado de "cabeça, tronco e rodas".

A eficiência deve se manifestar também ao nível do cultivo do corpo"(saúde), através da disposição de amplos espaços verdes e arborizados, preenchendo funções estéticas

e de lazer, possibilitando exercício do lazer e passeio, sombra e ar puro. São exigências da higiene, reduzindo a poluição, o ruído e o movimento caótico de pessoas e de atividades concentradas num espaço reduzido. A eficiência deve existir também ao nível da habitação, através de edifícios protótipos (gabarito máximo determinado e sobre pilotis)¹ completados pelos serviços próximos que atendem as necessidades cotidianas. Estas medidas farão com que a cidade seja "acolhedora e íntima, bucólica e urbana, lírica e funcional" (L.Costa 1971: 139).

Enquanto técnico, o urbanista tem, assim, o direito de apresentar um modelo de cidade, que além de aproveitar as possibilidades de técnica e de forma oferecidas pelo desenvolvimento técnico e industrial, propõem também um modelo de vida urbano racional, ordenado, tranquilo. Ao contrário da cidade tradicional brasileira que é densa e em bloco coeso, apresenta-se uma estrutura urbana composta por unidades dispersas num espaço pré-estruturado. São Paulo, Rio de Janeiro, e outras grandes cidades do mundo são as formas anti-téticas do modelo proposto. De certa forma, denuncia-se a grande cidade século vinte de um modo geral, a qual não é

1 - O novo conceito de "unidade de habitação", ou seja, o princípio geral da concentração residencial em altura... é uma aquisição da técnica industrializada moderna... Enquanto nas casas mínimas suburbanas os interesses contraditórios próprios das várias idades... e a falta de espaço vital... criam fatalmente o clima de irritação familiar,... na habitação conjunta a alta concentração residencial permite a construção de locais planejados para atender a essa diversidade de interesses e atividades (L.Costa 1962: 230-232).

adaptada ao automóvel, nem atende a necessidade de eficácia moderna. Isto não se consegue apenas com a utilização de materiais novos que permitem inovações em escala e forma. Há necessidade de racionalização das formas e da estrutura urbana segundo as necessidades típicas ou universais.

Em parte, o caráter inovador e desenvolvimentista da nova capital e traduzido pelos seus elementos unitários, os quais correspondem em sua forma arquitetônica o geometrismo urbanístico. É interessante observar que o caráter revolucionário da forma do Palácio Alvorada (ou Palácio do Congresso), bem como a forma que foi apresentado à nação ("preocupava-me, fundamentalmente, que esses prédios constituíssem qualquer coisa de novo e diferente que fugisse a rotina..." Niemeyer 1961: 14) tenham contribuído para que fosse "lido" como expressão do "desenvolvimento", da "modernização", da capacidade progressista do país. Brasília, por assim dizer, se materializa através desta unidade (e dos demais palácios). Através dessas unidades se mitiza a cidade como expressão do poder inovador e progressista e do desenvolvimento real.

Como já vimos, outro procedimento pelo qual se pretende traduzir o caráter inovador do Plano e a adaptação da nova cidade ao automóvel, um produto industrial por excelência. As necessidades do automóvel são tomadas como básicas e devem ser atendidas, já que ele é considerado um determinismo econômico e cultural gerado pelo desenvolvimento industrial, enquanto não são previstas soluções adequadas ao transporte coletivo de massa, na suposição de que a nova cidade abrigaria uma sociedade bastante igualitária a ponto de cada unidade familiar possui o carro assim como outras

utilidades domésticas¹.

2.3.3 - O socialismo urbano.

Comenta um arquiteto que "em seus trabalhos (não só de Lúcio Costa mas também de Le Corbusier e Niemeyer) a luta por um padrão socialista da sociedade continua a existir. E é a sua visão de sociedade que tem modelado suas arquiteturas..." (Janveja 1966: 4). De um modo geral, acredita-se que o urbanista pretendeu dar a cidade as condições que permitissem a todos os seus habitantes o acesso igual a todas as "benesses" da vida urbana moderna.

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal já havia proposto em 1956 o chamado "regime de enfiteuse" de acesso à terra, segundo a qual não haveria posse de terra propriamente dita. Os princípios básicos deste regime seriam: a terra é pública, as benfeitorias e a produção pertencem aos seus produtores (Silva 1971: 98-102).

1 - Antecipando uma crítica pode-se dizer que o urbanista, quando resolve o problema da circulação e do automóvel, acredita estar intervindo sobre as coisas, ou seja, sobre instrumentos apenas, ilusão que encobre o fato de que problemas de circulação e/ou transporte, assim como de habitação etc., podem ser manifestações de contradições sociais. Por essa razão a sua ação extrapola os limites físicos e técnicos das suas propostas urbanísticas. Assim, por um lado, seu plano veicula "conceitos" de espaço urbano ideal e de modo de vida urbano ideal, mas, por outro lado, não resolve contradições sociais manifestadas por problemas como o de transporte, habitação etc. Aqui, então, começa a se revelar o que se entende neste trabalho por caráter "mítico" do plano da cidade de Brasília.

Também para o urbanista, não deve haver "venda de lotes, mas a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito". Esta medida teria como finalidade principal permitir a livre atividade do Estado, ou seja, "não entrar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras" (L. Costa 1971: 137-138) pretende-se também, com isto, impedir a "indesejável estratificação", resultante da propriedade fundiária particular.

Não resta dúvida que a utilização quase exclusiva da habitação coletiva nas superquadras (blocos residenciais) constitui uma inovação no sistema de uso tradicional do solo urbano. A posse pelo Estado do solo urbano e a "unidade de habitação" permitem uma distribuição mais igualitária dos serviços urbanos e respectivo usufruto, bem como liberam mais espaço próximo às residências para atender as diferentes necessidades de lazer.

Para o urbanista, o agrupamento das superquadras, "de quatro era quatro, propicia, em certo grau, a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação". Mas o urbanista não é ingênuo a ponto de esquecer a estratificação social real e por isso trata de amenizá-la. "A gradação social poderá ser dosada facilmente, atribuindo-se maior valor a determinadas quadras, como, por exemplo, as quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas... No outro lado do eixo-rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do

regime vigente... E, seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos tem direito. Elas decorrerão apenas de maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte de acabamento. Neste sentido, deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural." (L.Costa 1971: 134-135). Desse modo, o urbanista pretende superar o problema da gradação social através do "conforto social", ou seja, do agenciamento urbanístico, da construção de blocos residenciais mais ou menos iguais e pela efetivação de serviços urbanos essenciais dentro das quadras, usufruídos igualmente. Tais medidas eram elementos fundamentais, em função dos objetivos sócializantes: "... do ponto de vista social a característica fundamental do plano era permitir em cada área de vizinhança, constituída por quatro superquadras, a conveniência de pessoas de padrões econômicos diferentes, e isto sem mútuo constrangimento porquanto cada quadra teria apenas moradores de um determinado padrão. Diluídas assim as diferenças do "status" econômico ao longo de todo Eixo Rodoviário-Residencial, a cidade não ficaria estratificada em áreas rigidamente diferenciadas e se teria demonstrado, na prática, como resolver, no regime capitalista, o problema social da coexistência urbana das classes" (Costa 1974: 289).

Mas a socialização do espaço urbano não se resume às áreas habitacionais. Assim, por exemplo, "evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim

de preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana"(Costa 1971: 136).

A categoria "socialismo urbano" que inspira as soluções que pretendem constituir uma cidade moderna e igualitária, parece ser uma manifestação da ideologia da igualdade. Ou seja, esta concepção ideológica da igualdade parece trazer alguma dificuldade ao urbanista pois é forçado a reconhecer o princípio da "igualdade entre os desiguais". De um lado, tende a querer estabelecer este princípio de igualdade através do "conforto social urbano" distribuindo equitativamente, mas não pode deixar de reconhecer a desigualdade de posições sociais, de poderes e de privilégios que acabam se refletindo na ocupação e distribuição da população dentro do espaço urbano (veja-se a primeira parte). Esta ilusão de igualdade pretendida pelo urbanista e a manifestação concreta de uma contradição social importante: pretende racionalizar o espaço numa sociedade onde as garantias fundiárias são plenas. Embora a propriedade do solo, em Brasília, tenha algumas limitações, a verdade é que existem garantias plenas quanto a posse particular de imóveis, mas de uma forma que o encargo do proprietário diminui e as responsabilidades do poder público aumentam (nas superquadras, por exemplo, todo espaço externo aos blocos residenciais e comerciais esta sob a jurisdição do governo do Distrito Federal). O próprio urbanista se surpreendia que as projeções (lotes) destinadas à construção dos blocos fossem vendidas (Costa 1974: 289), ao contrário do que fora previsto (Costa 1971: 137). Com rela-

ção a isso é interessante notar, como observa Geiger, que Brasília surge na época em que a indústria de construções se torna importante no cenário da economia brasileira, bem como a especulação imobiliária atinge altos níveis (Geiger 1965: 425).

Resta ao urbanista, com suas proposições arrojadas promover um futuro de uma realidade urbana socializada: a programação ambiental na qual se inserem as formas físicas "visa criar um meio que propicie o aumento da felicidade humana. O plano da cidade, formulado em termos técnico-científicos, na verdade é proposto num nível utópico ou, se quisermos, mítico, no sentido em que apresenta uma cidade ideal que atenderia às necessidades universais básicas do homem e abrigaria uma comunidade equilibrada, onde todos estariam em condições semelhantes para usufruir daquele "conforto urbano" que o urbanista julga essencial. Cai na ilusão de que a original proposta urbanística das "superquadras" promoveria automaticamente uma harmoniosa convivência, inclusive com a superação das diferenças de classe, ou pelo menos com a atenuação dessas diferenças.

Como não havia a promoção do futuro também em termos de um projeto social correspondente restava ao urbanista conceber e construir a cidade "com decisão e com fé num Brasil diferente e num mundo melhor - a sua arquitetura e o seu urbanismo exprimem essa confiança - e isto, no final das contas, é o que importa" (Costa 1962: 347).

Portanto, a categoria que dominamos "socialismo urbano" parece informar, consciente ou inconscientemente, as soluções urbanísticas como as "unidades de habitação" padronizadas quanto a sua estrutura básica (blocos sobre pilotis de 3 a 6 andares), "áreas de vizinhança" dotadas de alguns elementos básicos como escolas, playgrounds, comércio local etc., disponibilidade de áreas "bucólicas" às margens do lago, seja com pretensões a permitir e moldar um novo estilo de vida urbano, seja como uma forma de denúncia às diferenças de acesso a estes elementos existentes nas cidades tradicionais, ou melhor, contemporâneas.

1 - O socialismo urbano de Lúcio Costa e em parte traduzido pela aplicação no plano do conceito de "unidade de vizinhança" desenvolvido por alguns urbanistas. O inglês Ebenezer Howard ("Garden Cities of Tomorrow" - 1902) parece ter sido o primeiro a propor a criação de Cidades Jardins, as quais teriam um máximo de 30.000 habitantes e seriam subdivididas em unidades de 5.000 pessoas, as quais representariam todos os níveis sociais. Estas unidades seriam centradas na escola primária e teriam um governo local e rodovias de acesso. Em resumo, o conceito de vizinhança refere-se a uma área delimitada cuja população usufrui dos serviços básicos acessíveis para um trajeto a pé. O conceito era uma espécie de protesto contra a grande cidade industrial e pretendia reviver os contatos face-a-face, a lealdade local, estimular o sentimento de identidade e de segurança, além de introduzir uma ordem física no caótico e fragmentado agregado urbano. Esse conceito urbanístico (e ao mesmo tempo "social", porque pretende implantar um sistema de relações sociais) foi aplicado nas "New Towns" inglesas e em outros casos dispersos pelo mundo como Vallingby (Suécia), Sputnik (URSS), Reston (Virginia, USA - a qual visitei em 1971) e Radburn (New Jersey USA). (Cf. Keller 1968: 125) Esta última, planejada por H. Wright e C.S. Stein é a primeira que abandona a "rua-corredor", orlada de casas, optando pela superquadra, planejada em torno da escola, playground, piscina (Mumford 1961:433). Após esta experiência particular o governo americano incentivou, em 1934, a criação da cidade Greenbelt (Maryland), mais ou menos nos mesmos moldes (Mumford 1961: 448. Há ainda o caso de Frankfurt-Römerstadt, uma das primeiras aplicações da "ordem biotécnica" de que fala Mumford, com superquadras não interferidas pelo sistema de tráfego, espaços verdes e abertos, edifícios de apartamentos de 4 andares etc. (Mumford 1961: 449). Portanto, estes conceitos e exemplos de sua aplicação, bem como as recomendações e projetos de Le Corbusier (1971) se constituíram em precedentes que provavelmente influenciaram a proposição do Plano Piloto de Brasília.

2.4 - Conclusão

As categorias a que chamamos "monumento", "desenvolvimento" e "socialismo urbano" manifestam-se, portanto, como conceitos importantes para a compreensão da proposta urbanística de Brasília.

Através da categoria "monumento" o urbanista manipulou concepções conhecidas na cultura ocidental a respeito de espaço urbano e formas que traduzem a "monumentalidade", na tentativa de construir um sistema semiológico que correspondesse a necessidade de manifestação concreta do Estado e do Poder, de sua presença dominante e de sua perenidade. A natureza da cidade-capital só poderia ser manifestada através da "monumentalidade" e esta, para ser percebida, deveria ser expressa através de códigos conhecidos. Em outras palavras, apesar dos espaços e formas - que se pretendiam monumentais - terem sido criados segundo as leis técnicas e estéticas vigentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, eles não foram assimilados em seu aspecto monumental apenas por força de suas propriedades formais. Na verdade foi preciso que uma "autoridade pedagógica" designasse e consagrasse certos objetos e formas arquitetônicas como dignos de serem apreciados e portadores de significados, o resultado é que a "educação", na medida em que interioriza o arbitrário cultural, também mascara o arbitrário das significações inculcadas e das condições de sua inculcação (P. Bourdieu 1974: 269.ss). Veja-se o caso dos Palácios.

O Palácio Alvorada, por exemplo, através da publicidade¹ (agente pedagógico) é tomado como portador de significados, tais como "moradia do poder" e "modernidade e desenvolvimento do país", inerentes às formas.

Através da categoria "desenvolvimento" justificava-se um modelo racionalista de procedimento, o qual possibilitava ao técnico agir segundo princípios "lógicos e racionais", próprios de uma sociedade industrial que se expandia pelo mundo e adequados às proposições desenvolvimentistas de um governo que se apresentava como "inovador" e "progressista". Além disso, este modelo racionalista permitia a apresentação de conceitos a respeito de um espaço urbano organizado logicamente, atendendo às necessidades humanas básicas universais, ou necessidades "tipo" características do "homem-tipo" (conforme ensinava Le Corbusier, "todos os homens tem os mesmos organismos, as mesmas funções, as mesmas necessidades" - 1971: 109), o que implicava, conseqüentemente, na apresentação de um modelo urbano que subentendia um modo de vida rigorosamente ordenado segundo essas funções.

A categoria "socialismo urbano" compreende as idéias a respeito da igualdade de direitos no usufruto dos benefícios oferecidos pela estrutura urbana, fato que

1 - Apesar da oposição, a publicidade sobre "a capital mais moderna do mundo", "a cidade do futuro", o símbolo de um "Brasil novo" e da capacidade desenvolvimentista de seu povo, foi intensa. A própria imprensa (veja-se Manchete, N° 1.201/75) testemunha seu papel "pedagógico" no decorrer da construção da capital. É interessante notar que, apesar dos problemas existentes e frequentemente discutidos, principalmente as rádios e os anúncios publicitários retomam sempre os mesmos temas, tanto às empresas públicas como as privadas (veja-se Jornal de Brasília, Edição Especial de 21/22 de abril de 1975, com relação aos anúncios publicitários).

caracteriza um modo específico de vida urbana. Esta igualdade teoricamente, seria possibilitada pelo próprio agenciamento urbanístico proposto.

Todavia, até agora não deixamos claro porque pretendíamos tratar toda a proposição do plano urbanístico de Brasília como sendo um "discurso mítico".

Em primeiro lugar o urbanista se apresenta como um técnico que desempenha uma tarefa prática, o que, no modo de ver ocidental, parece isentá-lo de qualquer "ideologia" ou "miticidade" (no sentido da leitura feita por Lévi-Strauss da mitologia bororo, como vimos acima; Parte II, item 2). No entanto, "a ilusão mitológica", em nosso entender se apresenta exatamente no fato de que, como técnico, o urbanista pode reduzir a problemática urbana a uma problemática apenas técnica. Assim, entre outras coisas, vimos que o urbanista considera a reconquista do "paraíso perdido" uma tarefa exclusiva dos "técnicos" ou dos que dominam a técnica. Em vista disto entende que as soluções urbanísticas encontradas através dos princípios técnicos possibilitará um modo de vida ideal para os futuros habitantes da cidade proposta (ou para os habitantes em cuja o urbanista-técnico intervir). Na realidade, existem razões para que a técnica de um modo geral, e para que a técnica do planejamento urbano, de modo específico, se imponha aos que pretendem intervir nos processos urbanos: basta citar, por exemplo, as transformações do sistema produtivo que exigem o controle daquilo que antes se harmonizava paulatinamente (assim como a produção artesanal foi substituída pela produção industrial, assim também a "desorganização" e espontaneidade ur-

baña deve ser organizada segundo princípios técnicos ou racionais, sob pena de que aquela própria atividade produtiva seja afetada). O urbanista não pode assumir, pela sua condição, uma posição liberal, pois como técnico tem condições de atender "melhor" a "diversidade de interesses e atividades" humanas (Costa 1962: 232-329), bem como não pode acreditar na capacidade das leis do mercado imobiliário em possibilitarem um equilibrado uso do solo (Costa 1971: 137). Mas o resultado é que, com base nas necessidades fundamentais do homem universal (homem-tipo), o urbanista, mais engenheiro do que arquiteto, planeja a cidade de modo semelhante a um processo técnico de produção (o "zoning", distribuição de atividades por setores específicos, traduz bem esse fato), ou seja, constrói um sistema pretensamente objetivo, "racional", só possível de ser elaborado por especialistas.

Em vista disso, o urbanista acredita estar intervindo e organizando as coisas que estão a serviço do homem (casa, automóvel, local de trabalho, equipamentos urbanos em geral), mas na realidade interfere nas relações sociais, seja porque pretende impor um modo de vida que considera o ideal: como as habitações coletivas e as unidades de vizinhança, por exemplo, que abrigariam comunidades que parecem semelhantes a "gemeinschaft" de Töennies, onde as pessoas se integrariam a unidades familiares e a vizinhança, constituída por aqueles que residem numa área física determinada, ao contrário da vida fragmentada das grandes cidades industriais ("gesellschaft"); ou seja por que os problemas que pretendem resolver tecnicamente (habitação, circulação...) são também expressão de contradições sociais, as quais podem tornar

ineficiente qualquer solução urbanística proposta, o que não é levantado pelo urbanista em seu discurso. Aqui estaria o primeiro aspecto "mítico" do discurso do urbanista, em nosso entender.

Em segundo lugar, já num outro nível, o discurso do urbanista apresenta uma outra dimensão mítica quando traduz em imagens (prospectos, descrição do plano, maquetes, isto é, quando apresenta o plano enquanto plano) que, por assim dizer, concretizam ou "materializam" a idéia de cidade. Assim sendo, por um lado, o urbanista não distingue claramente a distancia existente entre o seu Plano (formulação de um ambiente e de formas físicas ideais que permitem um modo de vida urbano ideal) e a sua efetivação material. Por outro lado, o Plano é apresentado de tal forma que aparece como sendo uma obra elaborada apenas graças a iniciativa particular do urbanista, isto é, este não percebe o processo que levou a decisão da construção da nova capital e à elaboração de seu plano pois, embora imbuido do "espírito desenvolvimentista", não o percebe como produto de um sistema político-econômico, além de ser resultado da aplicação de princípios técnicos e estéticos mais "modernos" existentes no mundo "desenvolvido".

Isto se explica, em parte, porque o urbanismo é entendido pelo senso comum como a ciência das "boas formas urbanas", através das quais se modela o espaço com fins de melhorar a vida urbana, isto é, acredita-se que através da modelação do espaço se pode, inclusive, transformar a própria sociedade. Por exemplo, Lúcio Costa espera que as soluções urbanísticas que apresenta, tais como área de vizinhan-

ça, a ordenação racional das atividades em espaços específicos, as amenidades bucólicas e o agenciamento urbanístico global possibilitará o surgimento de uma sociedade urbana igualitária e o desenvolvimento de um modo de vida excelente, Assim, enquanto urbanista-arquiteto, parece acreditar que a problemática urbana (bem-estar urbano, habitação, circulação etc) é problema de espaço. O resultado é a elaboração de um espaço urbanístico descrito em termos de produto final, acabado correspondente à imagem da cidade "futura" idealizada pelo urbanista, conforme conclui o texto descritivo de seu Plano: "É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora é íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamento, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução..." (Costa 1974: 338).

Assim, focado o urbanismo desta maneira, a distância entre plano e realização é minimizada e o mecanismo social que gera tanto os problemas urbanos como os consequentes planos e as realizações - ou malversões dos mesmos - é aqui "dissimulado" (no sentido em que fala Lévi-Strauss sobre o papel da dissimulação do mito, como apontamos acima). A cidade descrita como produto final e, então, na verdade, uma utopia (um não-lugar).

Todavia este "não-lugar", ou seja, a cidade criada pelo Plano, existe num nível que chamamos de mítico. O espaço urbano concreto é configurado pelo sistema social e pelas práticas sociais geradas por esse sistema, conforme su-

gere Lévi-Strauss quando diz que as estruturas espaciais "fornecem indícios sobre a estrutura social subjacente" (Lévi-Strauss 1970: 355). Isto é válido também para Brasília, como dá a entender nossa descrição da distribuição espacial da população do Distrito Federal e da relação entre núcleos e áreas urbanas. No entanto, independentemente do que tenha sido "materializado" (executado) conforme estabelecia o Plano para a cidade de Brasília, ela continua sendo apreendida também pela sua condição de cidade "futura", ou seja, em sua condição mítica que pode ter pouco ou nada a ver com a cidade real (relação semelhante à existente entre a descrição mítica da aldeia bororo e a sua configuração real). Vejamos algumas declarações do urbanista que demonstram a sua surpresa quando constata a não efetivação das determinações contidas no Plano e a não percepção do porque da distância entre Plano e realidade.

Coletamos as seguintes declarações. 1)- Observação com relação ao problema da proliferação das cidades satélites: "invertia-se, portanto, a ordem natural das coisas. As condições do concurso estabeleciam que a cidade deveria ser planejada para uma população de cerca de 500.000 habitantes; atingido este limite, ela se desdobraria em cidades satélites devidamente planejadas. O arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio, e as pseudo-satélites cresceram estimuladas por essa balda retrógrada segundo a qual o trabalhador deve e mesmo morar longe" (Costa 1974: 290; carta de 21/6/71 à Comissão do Distrito Federal do Senado Federal). 2) - As transformações geradas pelas atividades empresariais e por seus interesses: "A pis-

ta central (do Eixo Rodoviário-Residencial) continua praticamente isolada e vazia resultando daí a sobrecarga das vias locais e principalmente na Via W-3(Sul), tanto mais assim porquanto não existindo ainda o centro da cidade, que agora vai aos poucos surgindo ao longo da Plataforma Rodoviária, o comércio e a atividade urbana concentram-se indevidamente ali..." (Costa 1974: 291; idem). 3) - Com relação ao que pretendia o "socialismo urbano" declara: "a preocupação - ilusória - de tornar o empreendimento autofinanciável e a visceral descrença na viabilidade de qualquer solução que encarasse de frente o problema social, sempre visualmente relegado para os bastidores urbanos, levou, porém, as autoridades a adotar critério de venda previa de projeções dos blocos residenciais das superquadras e a não obrigar naquelas cedidas aos Institutos, o respeito daquilo que o plano determinava, impedindo portanto, de saída, qualquer veleidade de inovação de caráter econômico-social e desperdiçando a oportunidade única de transformar a capital do País numa cidade verdadeiramente modelo" (Costa 1974: 289; ibidem). Observa ainda que "chocou-me o fato deles (os moradores das redondezas de Brasília) não terem acesso à orla do lago" (Costa 1974: 280; carta de 19/8/74 à mesma Comissão do Senado). 4) - E arremata suas considerações do seguinte modo: - "Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser - derramada, serena, bela e única" (Costa 1974: 281; carta de 8/74).

Tais declarações são constatações de distorções na forma em que a cidade foi concebida no Plano. Tais distorções são problemas para o urbanista porque fogem ao

modelo proposto no Plano, antes de tudo, e não porque se tenham configurado em problemas urbanos gerados pelas práticas sociais de um sistema social: cumpra-se o Plano, e tudo estará em ordem, tudo será resolvido! Mas o surgimento das cidades-satélites parece não ter sido ocasionado por uma "inversão da ordem natural" (ordem natural = Plano), os espaços não ocupados na área do Plano Piloto e a marginalização espacial do trabalhador não são causados pela "balda retrógrada", a concentração do comércio na W-3 Sul até há pouco tempo não ocorria porque o centro ou "cor" da cidade estava incompleto etc. A configuração atual do espaço urbano de Brasília é o resultado de uma "história", isto é, uma obra de "agentes" sociais e de "sujeitos" coletivos que, com impulsos sucessivos, formam de modo descontínuo as camadas de espaço. As diferenças são instauradas no espaço, isto é, não provém dele mas do que nele se instala, isto porque "o impulso e as pressões dos grandes grupos sociais modelam o espaço de maneira diferencial, mesmo quando se poderia esperar uma homogeneidade" (Lefebvre 1972: 133), tal como queria Lúcio Costa em seu Plano. Os grandes grupos de que fala Lefebvre não são constituídos apenas por classes ou frações de classe, mas também por instituições que não são definidas apenas por seu caráter de classe, tais como órgãos do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, empresas estatais como a NOVACAP, TERRACAP e outros órgãos e empresas semi-estatais. Estes grupos agem de acordo e/ou contra. Assim o Estado e o urbanista impuseram os limites, mas sobre esse esboço os próprios homens de Estado e empresários (comerciantes, por exemplo), deram a forma real da cidade. Outros, como operários e migrantes sem trabalho, não criaram espaço, nesse

exato sentido, mas a eles foi reservado o espaço apropriado, o espaço da marginalidade (cidades satélites, "invasões"). Estas considerações superficiais tem o objetivo de mostrar que o processo de consolidação da cidade de Brasília e sua configuração urbanística real e atual não podem ser explicados pela observância ou não do Plano, conforme pretende o urbanista e, por outro lado, também se realça o caráter mítico do mesmo Plano, invocado para sustentar as críticas à configuração real opondo-se a ela a configuração ideal. Em vista destas considerações podemos concluir que o Plano Piloto, enquanto plano, continua exercendo uma função de "discurso mítico".

Assim, a presença real da cidade e, circunstancialmente, substituída pela sua idéia. A desorganização, às contradições e contrastes urbanos contrapõe-se um modelo ideal constituído por uma comunidade de indivíduos "racionalizados" (ou não-reais). Este modelo é apresentado como resultado da

1 - Note-se um fato interessante: em geral, nas conversas que mantive com moradores de Brasília, havia críticas as mais variadas sobre a cidade tais como "capital do tédio", "as coisas ficam tudo muito longe", "o trânsito é horrível", "os blocos de apartamentos não servem pra gente viver"; mas as mesmas pessoas, em outras instâncias (posições oficiais, por exemplo) orgulham-se de viver na "capital mais moderna do mundo", ou julgam que "o Plano é excelente, moderno", que "a cidade é muito organizada" porque foi feita segundo um plano, que Lúcio Costa e Niemeyer "são os maiores arquitetos e urbanistas do mundo", que "a cidade é muito bonita" ou até "espetacular". Fica muito claro que esta segunda dimensão não faz parte da vida cotidiana real, mas, sim, da dimensão mítica.

Veja-se também o caso das propagandas das empresas sediadas em Brasília. Exemplos:- 1)- "Banco do Brasil S/A - tradição que se moderniza. Tão moderno como Brasília. Tão grande como o Brasil.(...) Com sua sede e todo o seu comando instalados na cidade mais bonita do mundo, contribuindo para o seu progresso. Aos 167 anos de idade, o BB é uma empresa tão jovem e tão moderna quanto a Capital que ele viu nascer" (Jornal de Brasília 20/21 de abril/75 e outros do país). 2)- "FIBRA - Industrial de Madeiras Ltda. Nossos pêsames aos arcaicos conceitos da arquitetura tradicional. (cont)...

aplicação de um urbanismo científico e técnico, mas na verdade leva em seu bojo tendências e sistemas de valores, os quais distinguem os modelos urbanísticos entre si. No caso de Brasília, o modelo parece ser inspirado pela crença no "progresso" na ciência e na técnica, enfim, pelo anseio de "modernidade" (ainda como o conjunto de tentativas e aspirações que visara atingir os modelos "ocidentais" de desenvolvimento e progresso - V. G. Balandier 1974: 247). Em consequência desta idéia de desenvolvimento e progresso, as soluções deviam, de certa forma, anteciper a nova era do país: ou seja, as soluções técnicas e estéticas deviam traduzir essa ruptura histórica. Em função desta idéia, o modelo apresentado pelo plano só pode ser aquele que estabelece o tipo de assentamento urbano ideal, que atende as funções-necessidades básicas do homem-

Brasília com suas linhas arrojadas revolucionou a arquitetura moderna. Com seus ousados criadores conseguiu se destacar como a cidade do futuro. Com o entusiasmo de seus administradores constrói um modelo de desenvolvimento. Com o dinamismo de seus empresários realiza meio século em 15 anos etc...." (Jornal de Brasília 20/21 de abril/75 P.28). 3)- "Góes Cohabita-Construções S/A. Brasília uma obra gigantesca do século. Ao completar seus 15 anos, Brasília deixou de ser o sonho para se projetar no panorama mundial, como a realidade assombrosa, a obra gigantesca do século pulsando forte dentro do Planalto Central, engalardada pelas magníficas construções de linhas mais ousadas e modernas.Etc. ..." (Jornal de Brasília 20/21 de abril/75, p. 21). Todavia são estes mesmos empresários que apelam para a dimensão mítica de Brasília para justificar suas obras (como pode ser visto em cada projeto lançado ou inauguração, seja de obras arquitetônicas, comerciais ou seja de qualquer empreendimento) os que realmente interferem na configuração do espaço urbano, direta ou indiretamente. Aquele tipo de propaganda não impede que pressionem e até consigam alteração (de forma ilegal) nos gabaritos dos prédios (sempre para mais), que ergam conjuntos comerciais nem sempre os mais adequados ao plano em termos arquitetônicos ou em termos de servir a coletividade. Parece que se tornou, então, viável se apelar para o "modelo da cidade ideal moderna" para justificar a realização da cidade-real, a qual pode estar, freqüentemente, na situação de negação daquela.

universal (homem-tipo), deve ser a expressão da razão sujeita à eficácia e a estética. Sua eficácia é dada pela classificação rigorosa das partes, isto é, a ordenação da atividade produtiva, fazendo da cidade um instrumento eficiente de trabalho, e o atendimento ao bem-estar ou modo de viver saudável (edifícios isolados, espaços verdes e abertos, eliminação do ruído e movimento do tráfego que é isolado etc.) e pelo sistema eficiente de circulação. A sua estética deve revelar uma cidade, antes de tudo, imponente, onde é eliminada a preocupação exagerada pelo detalhe, apresentando formas simples e homogêneas e tendo os elementos integrados segundo princípios geométricos. Em suma, o modelo de meio urbano apresentado pelo Plano se opõe à cidade brasileira, seja grande polo Industrial semelhante às grandes cidades industriais do ocidente seja a pequena cidade interiorana. Mas como modelo, e estruturado no nível ideal (utópico) ou mítico, e em parte arbitrário: propõe soluções que não atendem a problemas sócio-econômicos específicos, mas respondem a uma ordem social ideal.

PARTE III

REPRESENTAÇÃO URBANA E MODO DE VIDA URBANO

3.1 - Introdução

A questão central que propusemos para nossa pesquisa de campo pode ser colocada da seguinte maneira: como os usuários (habitantes permanentes ou temporários) percebem ou representam a sua cidade? O objetivo primeiro a ser conseguido por essa questão é detectar um possível "modo de vida urbano" na forma em que ele é definido e percebido por esses usuários.

A suposição teórica geral era a de que um dado sistema de representação do meio urbano estivesse relacionado com o sistema social, isto é, que a diferenciação na representação estivesse em função dos diferentes grupos, classes, ou mesmo sociedades. Isto porque um sistema de idéias nunca é um conjunto de constructos independentes, mas relacionados com as posições de classe (Firth 1965: 20).

A questão levantada referia-se, a um aspecto do subsistema ideológico, se tomarmos a expressão de D.Kaplan e Manners, segundo os quais toda a sociedade pode ser concebida como sendo constituída por diferentes subsistemas: ideologia, estrutura social, tecnoeconomia, personalidade. O subsistema ideológico compreenderia o conjunto de crenças, idéias, valores e o próprio conhecimento, não se confinando a nenhuma instituição particular, embora possa se manifestar com maior veemência através de alguma delas (a religião, por exemplo)(Kaplan e Manners 1972: 89). Assume-se ainda, neste trabalho - conforme já o fizemos na Parte II - que o homem, através de uma ideologia, explica e ordena o universo social e natural, bem como influi de algum modo na manutenção ou mudança das estruturas sociais (Kaplan e Manners 1972: 113), sendo que também a realidade urbana pode ser, em parte, explicada e ordenada por essa mesma ideologia, tanto em sua dimensão social como em sua dimensão física.

Em vista disto, as representações constituídas a

partir de uma experiência urbana são atendidas por nós como pertencentes ao domínio do subsistema ideológico, e por isso relacionadas a um contexto social e histórico dado. Mas, como a própria questão básica levantada deixa entrever, a preocupação não é com um sistema global de representações de uma sociedade (a totalidade do sistema de valores ou sistema cultural)(N. Aguiar 1974: 15), e sim com uma instância particular, ou seja, com o sistema de representação do usuário (urbanista) a respeito de uma situação urbana específica da qual participa. Deve-se deixar claro, portanto, que 1º)- as representações e percepções de uma situação urbana específica são consideradas como pertencentes ao nível ou subsistemas ideológico e que 2º)- não se está buscando apreender todo um "sistema ideológico urbano" de uma sociedade, mas as representações construídas pelo habitante da cidade a partir de uma situação urbana específica.

A preocupação com a representação urbana é considerada possível de ser estudada porque, em certa medida, as pessoas ou grupos urbanos "não vivem na 'cidade' mas na sua definição socialmente construída de cidade" (J.P.Spradley: 21). Esta definição é entendida aqui como sendo "o modo de vida urbano"na forma em que ele é percebido pelos próprios indivíduos.

Como reforço e justificativa desta preocupação levantada no âmbito da Antropologia Social pode-se citar, entre outros, o trabalho de Oscar LEWIS cuja atenção está centrada no modo com que os migrantes observados por ele encaravam a sua vida cotidiana na Cidade do México, sendo que a principal conclusão foi a caracterização de um modo de vida específico a que chamou "cultura da pobreza" (Veja-se "Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty" 1969; "The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican Family" 1961). Assim é possível que a Antropologia, da mesma forma em que procurou descrever e

1 - Mas enfatizamos aqui a necessidade de se considerar "o social" presente no discurso representativo e na gênese dessa representação. Ou seja, apesar da sua relativa autonomia, cada esfera do subsistema ideológico está ligada às condições concretas da vida social e material de uma sociedade. Um discurso representativo não pode ser explicado apenas pela sua lógica interna. Veja-se Parte II

interpretar as cosmologias e sistemas de representação de diversos povos, superando a propensão de enxergar no mito um discurso que manifestava a "estupidez primitiva", ou uma forma elementar de especulação filosófica, poderia se voltar para os sistemas de representação das nossas próprias sociedades, inclusive aquelas inseridas em situações urbanas específicas. Como sugere Tilly (1971), um primeiro passo seria o estudo da representação da própria dimensão física do meio urbano, por exemplo.

Este tipo de problema, a representação urbana, foi sugerido, em parte, pelo próprio L. WIRTH, para quem o urbanismo como modo de vida característico poderia ser estudado em três perspectivas: 1) - como estrutura física (população, tecnologia, ecologia); 2) - como sistema de organização social (estrutura social, instituições e relações sociais típicas); 3) - como um conjunto de atitudes e de idéias de pessoas inseridas numa situação urbana (Wirth 1967: 115).

Esta terceira perspectiva permanece aberta especialmente para as pesquisas da Antropologia Social, pois em geral os trabalhos sociológicos não se preocupam com o "modo de vida urbano" enquanto "definição socialmente construída". WIRTH, de certo modo, permaneceu na análise da dimensão ecológica, buscando captar a organização social decorrente da correlação entre variáveis de densidade populacional e de heterogeneidade social. Ao se empenhar nesta tarefa buscava a definição da cidade como entidade social, mas com a ressalva de que era "necessário evitar a identificação do urbanismo como modo de vida com qualquer influências culturais local e historicamente condicionadas, as quais podem delinear o caráter específico da comunidade mas não determinar os elementos essenciais da cidade" (Wirth 1967: 103). Mas o resultado foi que, paradoxalmente, WIRTH caracterizou a sociedade urbana com algumas categorias culturais próprias da sociedade em que vivia, sendo que sofreu agora restrições por ter sido "americano demais". Assim, por exemplo, segundo A.L. STRAUSS (1961: 257), a sua teoria não pode ser aplicada sem distinção a outros países ou mesmo a todas as cidades do próprio Estados Unidos, bem como a linguagem de seu famoso artigo não é muito diferente das posições ideológicas assumidas pelos cidadãos comuns da época em que foi elaborado, como denotam as ex-

pressões "anonimato", "cosmopolitismo", "impessoalidade", "racionalidade", "despersonalização" e "superficialidade".

Embora a terceira perspectiva apontada por WIRTH seja adotada como sugestão de trabalho, é necessário esclarecer que este desenvolve exatamente com a representação construída pelas pessoas ou grupos de uma sociedade com relação a uma situação urbana particular, sendo, portanto, uma representação "local e historicamente condicionada". Para tanto consideramos que urbanismo, enquanto forma particular de existência, significa a satisfação de necessidades "materiais" e "não-materiais" cujo conteúdo e quantidade são diferentes, por exemplo, das necessidades de um modo de vida não-urbano (Pereira 1973: 59). Para nosso objetivo esse modo de vida interessa na medida em que é constituído por padrões de vida que envolvem elementos "materiais" e "não-materiais" desejados e/ou conseguidos pelas pessoas inseridas numa situação urbana determinada. Para efeito deste trabalho, considera-se que as necessidades materiais não envolvem apenas os objetos que fazem parte de um padrão de consumo mas também aqueles elementos da infraestrutura física urbana, os quais podem variar segundo o tipo e quantidade; as necessidades não-materiais abrangem, por sua vez, as necessidades de educação, de lazer e diversão, religiosas, de relacionamento social com parentes, amigos e outros tipos de pessoas; tais necessidades podem ser complementares mas não determinantes entre si (por exemplo, a necessidade de lazer infantil pode vir junta com a necessidade de parques de diversões ou "playgrounds"; mas a necessidade de lazer e diversão em geral pode não estar ligada a necessidade de construção de equipamentos físicos segundo a forma padrão de uma sociedade dada). Esta "VIDA DA CIDADE", construída por elementos positivamente valorizados, serviria como padrão de avaliação pelos indivíduos, tanto da própria situação (possível de ser avaliada por eles porque este padrão inclui condições de trabalho, configuração de consumo material, as "facilidades" de serviços públicos etc.), como da própria cidade enquanto possuidora dos equipamentos físicos necessários ao atendimento das necessidades diversas.

Quanto à suposição geral, considera-se como provável que os elementos constitutivos desse modo de vida percebido pelos indivíduos varie segundo a posição de classe, bem como con-

tenha outros que sejam comuns a estas diferentes posições. A Antropologia, através de seus métodos de pesquisa (observação participante e intensiva) estaria especialmente capacitada para captar esse modo de vida definido pelas pessoas e grupos que participam de uma situação particular, principalmente se forem tomados como objeto de observação diferentes indivíduos e grupos distribuídos segundo as diversas posições de uma hierarquia social (como era a pretensão inicial de nossa pesquisa).

No levantamento de dados para se estruturar a representação construída pelos usuários considera-se elemento muito importante a percepção da cidade enquanto realidade física, pelo fato dela se constituir no "locus" onde mais se efetiva o modo de vida urbano. A estrutura espontânea ou "planejada" do espaço urbano é tomada, "a priori", como um marco de referência básico a partir do qual se constroem as representações. Portanto não se trata de medir a "legibilidade" da paisagem urbana nos termos de K.LYNCH, ou seja, a qualidade visual dos elementos urbanísticos e arquitetônicos de se imporem como marcos de orientação e de identificação da estrutura física urbana (Lynch 1960: 2 - 9), mas a verificação dos elementos materiais que possibilitam, ou não, a atualização daquele modo de vida na forma em que é concebido pelos usuários.

Considerando-se que uma das maneiras de captar a representação socialmente construída a respeito de algum objeto é através das opiniões e afirmações dos indivíduos manifestadas com o auxílio de categorias compartilhadas por esses indivíduos, resolveu-se coletar o discurso dos usuários de uma situação urbana específica e pertencentes a posições sociais distintas, mas ~~era~~ vista das dificuldades materiais de tempo e de recursos financeiros, decidiu-se concentrar num único tipo localizado de informantes, fato que, inclusive, poderia significar a seleção de uma situação de estudo mais adequada aos métodos de trabalho de campo tradicionais da Antropologia. O discurso coletado deveria abranger a experiência urbana dos usuários e a sua apreciação das suas condições de vida, das pessoas e dos grupos com que interagissem, além de sua apreciação a respeito das características físicas do meio urbano (plano urbanístico e outros elementos materiais). Este discurso coletado, de preferência, deveria conter as categorias que o próprio informante jul-

gasse relevante. Através da representação construída pelo usuário e presente no seu discurso, pretendia-se chegar ao que ele próprio define como modo de vida urbano.

3.2 - A pesquisa de campo: área e técnica de pesquisa

Já explicitamos antes porque decidimos realizar a pesquisa em Brasília, Distrito Federal. Agora resta esclarecer o processo que levou a determinação de um grupo localizado para a pesquisa de campo.

Em primeiro lugar, dentro de uma perspectiva antropológica de trabalho de campo, não havia interesse em tomar uma rígida amostra probabilística, mas pretendia-se escolher informantes que estivessem distribuídos pelas diversas posições existentes numa sociedade de classes e que também residissem em locais distintos do espaço urbano brasiliense. Todavia, para que fosse realizada uma observação que mais se aproximasse da "observação participante" era necessário um tempo de trabalho bastante grande, por menor que fosse o universo de informantes selecionados, para a realização de entrevistas e "rápida" observação adicional deste informante em diversas situações. Ora, a inesperienza nesse tipo de trabalho de campo exigia uma fase de aguçamento da capacidade de observação de elementos pertencentes a mesma sociedade do observador (às vezes, a identidade de atitudes, de idéias, de necessidades entre observados e observador, embota a capacidade de coleta de elementos que são importantes para a problemática em questão, mas que se apresentam como irrelevantes aos olhos do observador). No caso em questão, por diversas razões, o tempo e os consequentes recursos necessários eram reduzidos e dificultavam este procedimento. Além disso, os poucos e heterogêneos informantes que fossem selecionados constituiriam uma amostra que poderia se revelar extremamente fragmentada e pouco representativa de um universo social.

Em vista destes problemas decidiu-se escolher e determinar um campo de trabalho que permitisse uma observação segundo as técnicas antropológicas tradicionais: um ou dois pesquisadores realizando a consagrada observação participante, definida inicialmente por B.MALINOWSKI em "Argonauts of Western Pacific" e desenvolvido como um procedimento característico da Antropolo-

gia em seus trabalhos de campo.

A observação do Plano mostrava que tendia a existir uma concentração de pessoas que ocupam posições semelhantes na estrutura social em superquadras e áreas específicas. A faixa das quadras 400, situadas defronte da Universidade de Brasília parecia abrigar uma população mais ou menos homogênea, em sua maioria pequenos funcionários públicos. Depois de um levantamento preliminar acabamos por nos concentrar nas superquadras 411 e 412, onde apenas 9,6% de 374 chefes de família não eram funcionários públicos; 74% de 422 mães se classificavam como donas-de-casa e 19% eram funcionárias públicas. Quanto ao ensino 485 dos homens e 59% das mulheres tinham apenas o primário. A renda das unidades familiares ficava em menos de C\$ 1.000,00 para 46% delas e menos de C\$ 3.000,00 para 42% das mesmas. Além disso, a grande maioria procedia do Rio de Janeiro, seu local de trabalho (podiam morar nos arredores). Quanto ao aspecto geográfico, elas estavam isoladas, situadas num ponto onde a Avenida L-2 Norte se interrompia, sem nenhuma superquadra construída e ocupada à sua volta (com excessão da 409/410).

Após esta primeira fase de contato com a área onde se localizavam as pessoas que deveriam ser observadas e que forneceriam a matéria-prima básica para o tema proposto da pesquisa, julgou-se conveniente observar melhor a rotina dos indivíduos e, se possível, inserir-se como um elemento a mais no seu sistema de relações a nível local.

Foi então que tivemos uma sensação semelhante àquela de uma das informantes: quando chegou a Brasília parecia que não chegara em nenhum lugar, ou pelo menos que chegara a um local que não era o imaginado. O problema nosso não era o local, mas o grupo: os indivíduos a serem observados pertenciam à mesma sociedade do observador e pareciam não apresentar nada que valesse apenas ser observado. Não era percebida nenhuma "rede de indivíduos se relacionando" e oferecendo uma brecha onde fosse possível se inserir. Em primeiro lugar faltava o "culture shock" que tenha capacidade de aguçar a curiosidade do observador com relação ao que o cerca e que normalmente é colocado como característica do trabalho de campo tradicional. Parecia não haver sentido coletar tudo o que se via à volta com o objetivo de

"transformar o familiar em exótico" quando se percebia que a problemática antropológica - geralmente restrita às sociedades menos desenvolvidas, dominadas ou primitivas, e que abrange desde família, rede de parentesco até irracionalidade/razionalidade mágica e mítica - podia ser encontrada nas sociedades urbano-industriais desenvolvidas. Tornava-se claro que todo pesquisador do social deve despojar-se de preconceitos e pontos de vista particulares enquanto membros de uma sociedade ou de um grupo social, coisa que apenas as técnicas de pesquisa não possibilitam. Nesse sentido era importante "estranhar" um aspecto da realidade social para se descobrir o verdadeiro conteúdo encoberto pela familiaridade, mas apenas esse despojamento e esse interesse em se deixar impregnar pela realidade social a ser observada nada pareciam revelar de relevante para o trabalho.

Além da ausência de algo semelhante a que pudesse ser chamado de "culture shock", começou-se logo a sentir a grande dificuldade em se desenvolver laços com os informantes que, supostamente, fossem mais íntimos do que o contato normal que se tem com as pessoas do meio urbano. É possível conversar, obter opiniões, mas se torna difícil tentar aprofundar as questões ou penetrar nas esferas de relações mais próximas de cada pessoa. O período inicial da pesquisa, era nosso entender, devia se caracterizar pela passividade: penetração lenta no campo das relações interpessoais, assumindo algum papel nesse campo, para em seguida coletar o discurso a respeito do tema que interessava.

1 - Da Matta sugere que ser etnólogo significa "transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico". O segundo caso corresponde "ao momento presente quando a disciplina se volta para a nossa própria sociedade, num movimento semelhante a um auto-exorcismo". Neste caso, "o problema é, então, o de tirar a capa do membro de uma classe e de um grupo social específico para poder, como etnólogo, estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os 'porquês') o exótico no que está petrificado dentro de nos pela reificação e pelos mecanismos de legitimação (Da Matta 1974: 6 - 7).

Isto se mostrou impossível: primeiro porque ser "estranho" é bastante comum no meio urbano, parecendo existir esferas em torno de cada indivíduo, maiores ou menores, onde não penetram mesmo os indivíduos que convivem cotidianamente no trabalho ou em outras situações; segundo, porque o universo a ser observado não se constituía num agrupamento onde as pessoas estivessem integradas num esquema de relações a nível local. Talvez numa outra experiência que possibilitasse um tempo suficiente para uma lenta e gradual inserção pudesse permitir a superação deste problema que, à primeira vista, não existia no meio urbano.

A dificuldade, portanto, de relacionamento mais aprofundado com as pessoas aconselhava o desenvolvimento de encontros mais formais, o que significava a concentração na realização de entrevistas que possibilitassem a coleta dos discursos a respeito de Brasília, conforme fora previsto na elaboração do projeto de pesquisa.

Havendo, dificuldade para a aceitação gradual por parte das pessoas que compunham o universo selecionado para a pesquisa, a realização de encontros mais formais em geral exigia a apresentação imediata e convincente do trabalho que estava sendo realizado. Isto se repetia em cada encontro conseguido.

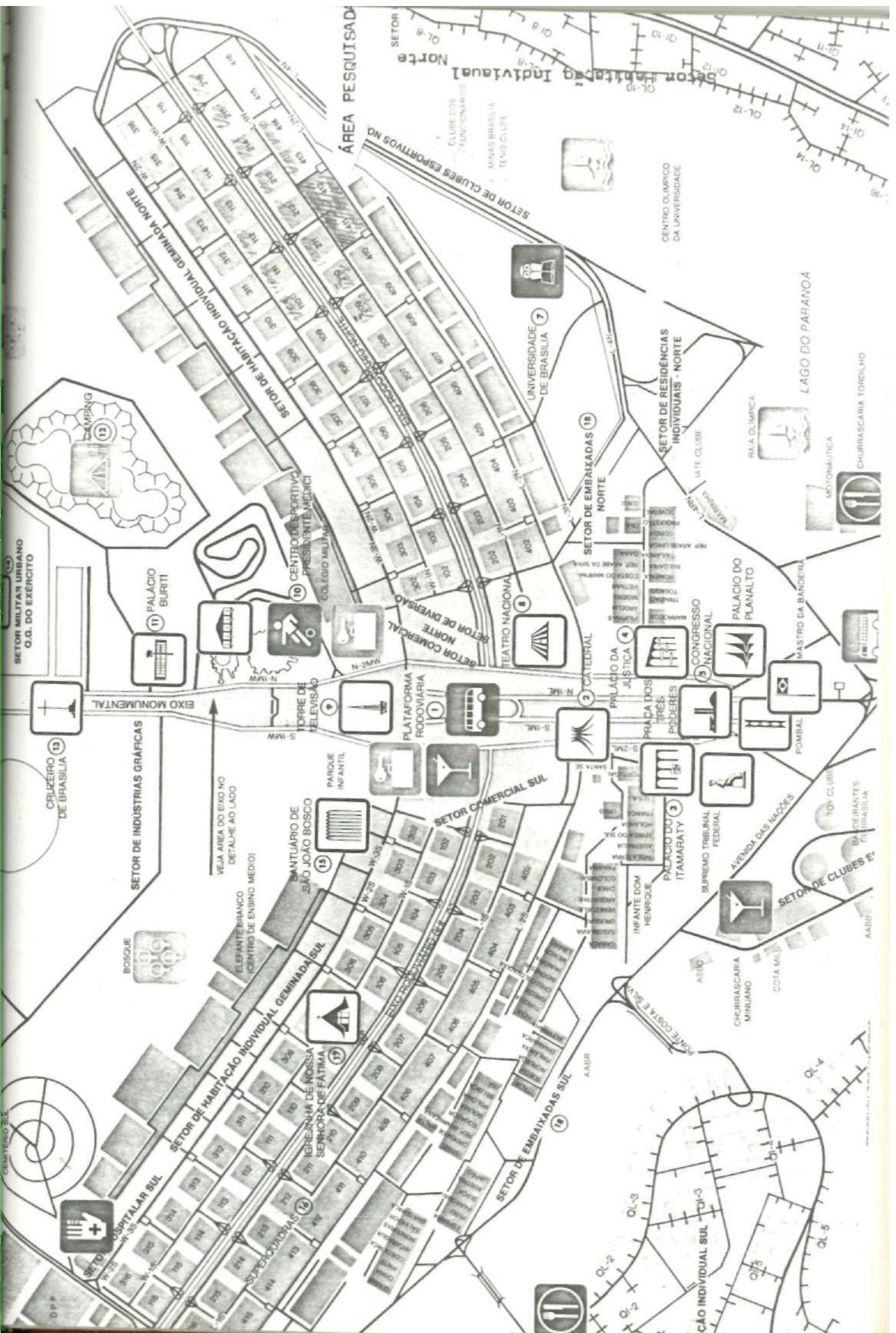
Havia também um problema logístico a ser resolvido: era necessário localizar as unidades familiares a partir das fichas elaboradas com base nos dados fornecidos pelos alunos na Escola Classe e verificar que pessoa estaria disponível em que dia e hora. Aqui surgiu um problema: toda pesquisa poderia ser realizada apenas com quase a totalidade das mulheres (esposas) das duas superquadras. Mas julgávamos que deveríamos equilibrar o número de informantes entre homens e mulheres. Nesta Caso, os informantes, quase sempre, se dispunham a conversar apenas nos fins de semana. Assim era necessário ir distribuindo as entrevistas pelos dias da semana na medida do possível, reservando um tempo bastante longo, sempre maior do que as entrevistas poderiam durar.

No projeto da pesquisa havia sido estabelecido um roteiro das entrevistas que, na medida do possível, era seguido (ver anexo). Embora já tivéssemos trabalho em várias pesquisas sócio-econômicas tipo "survey", este novo tipo de entrevista aberta exigia muito mais cuidado por parte do observador pois

não era fácil deixar de se envolver por uma troca de opiniões ou então evitar assumir ou usar expressões que influenciassem o próprio conteúdo dos discursos do informante. O trabalho de campo, nesse sentido, se mostrava como sendo um verdadeiro aprendizado.

As técnicas usadas no trabalho de campo, portanto, foram as seguintes: a) - descrição da área e senso do universo humano a ser pesquisado; b) - realização de entrevistas abertas, ora mais, ora menos intensivas, conforme as circunstâncias; c) - gravação dos depoimentos em fita magnética ou anotações das entrevistas. Quanto à observação participante, que pretendia ser a técnica geral através da qual chegaríamos a tomada de depoimentos pormenorizados dos informantes, ficou naquilo que poderia ser chamado de "nível mais baixo de inserção". Neste tipo de trabalho de campo, o pesquisador e seu próprio instrumento de trabalho, daí a necessidade de desenvolver a capacidade de observação identificando as próprias falhas no decorrer da pesquisa. Mas isto nem sempre fica claro para quem realiza seu primeiro trabalho de campo, principalmente quando o tempo é reduzido não permitindo um processo de aprendizado. Esta modalidade de trabalho se mostrou difícil, como vimos acima, porque num período inicial da pesquisa surge o problema da impossibilidade de participação porque o pesquisador desconhece o sistema a ser observado e os membros deste sistema também o desconhecem. Além disso há o problema concreto do que observar, do que anotar, por mais claramente delimitado que tenha sido o objeto da pesquisa antes da sua realização. Em vista destas circunstâncias, portanto, ficamos num primeiro nível da inserção exigida pela observação participante, isto é, sem participar realmente das relações interpessoais, mas assumindo uma atitude de simpatia ou de sensibilidade com relação às pessoas observadas e entrevistadas, num esforço de apreensão de suas opiniões e até de seus sentimentos que pudessem traduzir a sua explicação de uma situação urbana específica.

Foram realizadas 37 visitas positivas, isto é, que resultaram em algum tipo de coleta de opiniões, estando envolvidas nelas um total de 59 informantes. No entanto, desse total de 59 informantes, não são considerados para efeito da análise às informações fornecidas por três freiras que trabalham na



área.

Não estão incluídas, também, as informações dadas por umas 15 pessoas com as quais tivemos contato no início do trabalho ou no decorrer dele, mas que não foram devidamente anotadas em tempo. Foram realizadas ainda outras 17 visitas mas que não resultaram em entrevistas ou conversas produtivas, por diversos motivos, mas que, num prolongamento eventual da pesquisa, poderiam ser efetivadas.

Os informantes entrevistados podem ser caracterizados segundo a procedência, tempo de residência em Brasília, ocupação, conforme os quadros abaixo.

INFORMANTES SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

RIODEJANEIRO.....	60%
MINAS-GOÍÁS.....	16%
PARÁ-AMAZONAS.....	11%
R.G.NORTE-ALAGOAS.....	9%
R.G.DO SUL.....	4%

No caso daqueles computados como procedentes do Rio de Janeiro deve-se esclarecer que todos trabalhavam na "cidade do Rio de Janeiro" antes de serem transferidos para Brasília. A maioria destes informantes nascera em outros locais do Brasil e residia em subúrbios e cidades vizinhas. No caso de ser verificada a procedência de todas as unidades familiares das duas superquadras é provável que as procedentes da "cidade do Rio de Janeiro" poderiam atingir a cifra de 70%.

PERMANÊNCIA EM BRASÍLIA - EM ANOS

até 5 anos.....	84%
até 10 anos.....	9%
até 15 anos	7%

Na faixa dos residentes em Brasília há 5 anos ou menos, há grande concentração em torno de 4 e 5 anos. O tempo de permanência em Brasília talvez pudesse afetar as diferenças de opinião com respeito à cidade. Mas no caso a amostra apresenta uma certa homogeneidade, e isto deve ser considerado quando se pretender fazer generalizações.

OCUPAÇÃO DOS INFORMANTES

Funcionário público.....	40%
"dolar".....	27%
"não trabalham".....	27%
aposentados.....	4%
autônomos.....	2%

Na categoria "funcionário público" estão incluídos todos os que trabalham em algum órgão ou instituição pública ou do governo (militar, professor etc.), embora a maioria seja "funcionário público de órgãos administrativos da República. A categoria "do lar" engloba as esposas que não exercem atividades remuneradas fora da unidade familiar, enquanto que à categoria dos que "não trabalham" inclui os jovens que estão numa faixa de 15 a 21 anos, os quais estudam e/ou não exercem nenhuma atividade remunerada, vivendo na dependência dos pais. Como já foi dito antes, para que uma unidade familiar resida nessa área e necessário que algum membro seu seja funcionário público. Por isso consideramos estas duas categorias como dependentes ou determinadas pela primeira: os indivíduos que as compõe estão perfeitamente integrados na problemática da transferência do funcionalismo público para Brasília. Os informantes "aposentados" são apenas uma senhora paraplégica aposentada por força da doença e um senhor idoso que não era funcionário público e que mora no apartamento de um filho. Quanto ao "autônomo", refere-se a um senhor casado com uma funcionária pública que já trabalhava no Rio no ramo de venda de máquinas diversas (ligado a uma firma sediada na W-3 Sul).

Na categoria de funcionários públicos, 69% dos entrevistados eram homens e 31% mulheres. Todavia no total geral dos entrevistados apenas 44% eram do sexo masculino o que se deve a maciça feminina na categoria "do lar".

Quanto a instrução, podemos ressaltar o fato de que apenas 2 indivíduos da amostra tinham curso universitário (um advogado e um economista), o que equivale a 3,5% dos entrevistados. Mas havia mais um casal (ele administração e ela pedagogia) e uma mulher (economia) que estavam cursando a Universidade (5,3%). Todos estes três indivíduos terminaram o secundário e

iniciaram o curso superior depois de transferidos para Brasília, em face da necessidade que os dois casais sentiram de que as esposas trabalhassem para poderem melhorar o nível de vida. Nas duas superquadras residem estudantes da Universidade de Brasília, em apartamentos alugados ou como membros de alguma unidade familiar. Mas nenhum deles caiu em nossa amostra, o que talvez acontecesse caso fosse prolongado o tempo de pesquisa. Além disso, nosso interesse primordial era pelos funcionários públicos. Por outro lado 39% da amostra tinha o primário (não necessariamente completo), 31% não tinha mais que o antigo ginásio e 26,5% estudará até o nível do colegial/científico. Em poucos casos o nível de escolaridade é esclarecido com precisão: muitas vezes se explica, quando feita a pergunta, porque o primário ou o ginásio não foi concluído. Em geral prefere-se indicar vagamente o nível de estudo atingido.

3.3 - A representação da cidade e do modo de vida urbano

Passamos agora a apresentar a representação construída pelos informantes a respeito do modo de vida urbano e "cidade". Ou seja, o conceito de "modo de vida urbano" construído pelo urbanista - o qual se procurou apresentar na parte anterior seria agora tratado segundo a "teoria" dos próprios informantes.

A tarefa que segue pretendida como núcleo essencial de todo este trabalho, busca sua razão de ser no caráter "singular do fato social que o torna simultaneamente "coisa" e "representação". Este caráter "compele ao cientista a passar de uma apreensão externa, objetiva, e uma apreensão subjetiva através da qual incorpora-se a mesma realidade do ângulo em que se encontra o agente individual capaz de vivê-la em seu cotidiano" (Miceli 1974: XXIII)¹.

1 - Segundo Lévi-Strauss este seria o caminho para a apreensão total do fato social: o fato social deveria ser, em primeiro lugar, analisado "de fora", como uma coisa; mas, por outro lado, deveria também ser analisado como uma coisa em quanto parte integrante da própria apreensão subjetiva (consciente ou inconsciente), o que poderia ser feito se o pesquisador vivesse o fato como indígena, e não apenas observasse como etnógrafo. (Lévi-Strauss, "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss", in *Sociologie et Anthropologies*. Patis; P.U.F. 1968: XXVIII).

O universo pesquisado para a execução desta parte do trabalho é uma parcela da população brasiliense que possui certa homogeneidade em sua composição quanto a posição social (definida em termos de ocupação) bem como possui uma experiência urbana anterior comum, em sua maioria. Além disso deve-se chamar mais uma vez a atenção para o fato de residirem no Plano Piloto de Brasília e, especificamente, nas superquadras 411 e 412 da Asa Norte. Estas observações iniciais são repetidas porque, embora os informantes não façam parte de um grupo social organizado, sentiu-se, no decorrer da pesquisa, que suas representações se superpunham em muitos pontos, talvez em razão desses aspectos comuns partilhados por todos eles. A conversa ou entrevista "aberta" parece ter propiciado que os informantes elaborassem associações e conceitos a partir destas suas próprias condições de existência. "A priori" havia se presumido que a transferência ou mudança para a cidade de Brasília se apresentaria como criadora de uma situação problemática e negadora das condições que comporiam um modo de vida urbano ideal, fato que propiciaria a explicitação de seus conceitos ou categorias. E, de fato, isto tendeu a acontecer em quase todos os casos.

No processo de desvendamento da representação sobre o modo de vida urbano, examinaremos em primeiro lugar as explicações dos informantes quanto a decisão tomada com relação a aceitação da transferência para Brasília.

a) - As motivações da mudança para Brasília

A percepção que os informantes tem de sua situação com relação a transferência é bastante clara: todos colocam como motivo básico para a aceitação da transferência o problema do trabalho. A transferência é vista como obrigatória no sentido de que a decisão do órgão a que pertencem devia ser acatada em vista do risco de "perder um emprego certo", condição básica para atender a necessidade de "sustentar a família", e se deparar com o problema de encontrar novo trabalho em face da "idade mais avançada", podendo perder as regalias adquiridas com o tempo de serviço.

6-7. : Bom, aceitei a transferência quase que por obrigação. O único meio de trabalho que eu tinha era o ministério. Se eu não viesse não sabia o que aconte-

ceria comigo, e eu tenho oito bocas para sustentar. 10-13.: Eu não podia escolher cidade. E poderia escolher também. Tenho conversado com a patroa: qualquer cidade pra mim é cidade, desde que teja com saúde ganhando o dinheiro suficiente que dê pra mantê eles. Assim tudo passa, tudo está tranqüilo.

16-22.: ...se por acaso eu não aceitasse a minha vinda para Brasília, seria colocado na rua... É aquele problema: estou com 40 anos de idade. JÁ estou um pouco "passado" pra procurar aventuras e criar vida nova.

Apesar da transferência não ser uma solução desejada ela é aceita em função desta necessidade fundamental que é o trabalho. Resolvido este primeiro problema, apresentam-se outros elementos complementares, tais como moradia, melhores condições de trabalho ou melhoria de vida de um modo geral. Assim, em primeiro lugar, a transferência implica na possibilidade de moradia melhor própria ou barata.

25-34.: Lá onde a gente morava a casa era pequena, nunca deu pra todo mundo. Então ele pensou morar num apartamento grande pra poder dar algum conforto aos filhos, né. Foi mais por isso que ele veio pra cá. Se não fosse esse motivo lá tem os parentes e talvez não viesse.

15-16.: Aquela esperança que todo mundo tem de uma melhora de vida... Nós poderíamos ter um apartamento, uma residência, o que era muito difícil lá em Belém.

10-13.: Tem muitos fatores (para aceitar a transferência). A facilidade de moradia, um pouco mais de facilidade no setor de trabalho e... vamos tentar a vida lá.

Os demais elementos que compõe esta melhoria de vida esperada não foram explicitados com clareza quando descrevem a tomada de decisão para vir a Brasília, mas aparecem principalmente quando fazem uma apreciação da experiência de vida na nova situação. São eles: possibilidade de melhores salários, facilidade de acesso ao trabalho (transporte), possibilidade de estudo para os filhos.

A moradia se revela como uma aspiração básica para os informantes. A razão disto talvez possa ser inferida a partir do fato de ser a propriedade da habitação um critério para a definição da posição social dentro do sistema representativo hierárquico da sociedade. A maioria dos informantes vivia em casas alugadas ou em precárias e pequenas casas dos subúrbios, onde nem mesmo os membros da família podiam se alojar adequadamente.

Brasília se apresenta, na maioria dos casos, como uma possibilidade real de obter uma casa própria ou de ter uma boa residência, mas muito barata (apartamentos funcionais) e próximo ao trabalho. A casa própria ou barata libertaria da necessidade de se pagar aluguel e traduziria em parte a desejada "melhora de vida". Como prova disto, há sempre a inclusão da moradia quando o informante explica o que entende por melhora de vida" bem quando manifesta a esperança de que o Ministério facilite a compra do apartamento funcional onde mora algum dia.

Entre os demais elementos se destaca pela insistência com que aparece, o transporte o sempre associado, as condições melhores de trabalho. Mesmo que a transferência não significasse um sensível aumento da renda monetária ela poderia resultar em alguns benefícios como a moradia e facilidade de transporte. Muitas repartições prometiam, ou ainda fornecem, transporte especial para o trabalho, bem como e muito fácil o acesso aos ônibus do Plano Piloto em direção a Esplanada dos Ministérios, ou suas proximidades, onde a maioria trabalha. O transporte assume tal importância que o informante dizendo que se tivesse que morar no Plano e trabalhar em Taguatinga preferiria voltar ao Rio.

6-7.: Se for trabalhar em Taguatinga, embora hoje o Ministério de condução, não sei se isso será permanente. Aí é que está o problema. Então eu me deslocar do Plano Piloto pra Taguatinga numa hora de aperto eu vou voltar aquele mesmo problema que eu tinha no Rio, porque eu morava em Niterói e trabalhava em Botafogo, no Ministério. Uma parada dura, não é! Eu me sinto hoje bastante aliviado da vida agitada que eu levava no Rio por isso, voltar ao mesmo aqui em Brasília, então eu prefiria voltar ao Rio.

É provável, então, que em igualdade de condições de trabalho de moradia e de salário os informantes preferissem continuar residindo na cidade do Rio de Janeiro e suas proximidades em face de tudo que o meio urbano e o modo de vida nesta situação lhes poderia oferecer, conforme podemos ver a seguir.

Analisando a motivação da aceitação da transferência, pode-se dizer que ela não decorre de uma situação excepcional, ou seja, visto como sendo extremamente crítica: há uma situação que não é de todo satisfatória e há uma perspectiva de melhora com relação a algumas aspirações básicas; trabalho, moradia, transporte. O que justifica a aceitação da transferência

é a "melhoria de vida". Esta melhoria implica, em primeiro lugar na possibilidade de trabalho. Outros atrativos podem ser importantes, mas somente depois de resolvido o problema do trabalho: qualquer cidade é cidade desde que se trabalhe e se ganhe o suficiente para atender as necessidades principais. Assim, na medida do possível, este trabalho deve implicar em renda melhor e, depois, em condições favoráveis de trabalho (transporte) e de moradia. No caso dos informantes, trabalho, aumento de renda, transporte e moradia (própria ou barata) são garantidos pela organização a que pertencem. Somente isto que compensa todas as outras vantagens oferecidas pelo meio urbano do Rio de Janeiro.

Este tipo de colocação se explica pelo fato dos informantes serem indivíduos que, no processo de sua inserção na sociedade urbana, acabaram sendo funcionários públicos residentes num grande centro urbano brasileiro - Rio de Janeiro - assimilando as necessidades derivadas da expansão do capitalismo industrial (Pereira 1969: 66). Percebem que estas necessidades serão atendidas através do aumento do nível de consumo, o que implicaria na sua almejada "melhoria de vida". A situação era que estavam (idade, nível de instrução, falta de especialização) impedia que se lançassem em busca de melhores oportunidades no setor do mercado de trabalho da economia urbana competitiva. No momento em que a repartição pública lhes acena com a possibilidade de renda um pouco maior e outras vantagens como moradia própria ou barata (e melhor), além de transporte facilitado para ir e voltar do trabalho, só há uma saída: aceitar as exigências da organização a que pertencem. E a forma para buscar satisfazer parte das necessidades básicas percebidas.

Com relação ao tema do nosso trabalho e muito relevante o fato de não surgir, espontaneamente, nenhuma referência explícita às qualidades urbanísticas da nova capital. Eram conhecidas mas parece que não são tomadas como reforço para a aceitação da transferência. As referências elogiosas à beleza e monumentalidade, a modernidade e "eficiência" do Plano aparecerão em outro, contexto, como se tais elementos estivessem num nível à parte, sem nada haver com os problemas imediatos como o trabalho e moradia. Aquele aspecto urbanístico que chamamos de mítico na análise da Parte II, ou seja, o plano enquanto plano urbanístico que pretendia ser um padrão normativo de um meio físico

construído para abrigar um modo de vida urbano ideal, parece não se constituir numa força atrativa relevante para os informantes.

b) - A experiência de vida em Brasília e o conceito de cidade e de modo de vida urbano.

Em seguida foi colocado o problema da vida em Brasília após a efetivação da transferência. Pretendia-se com isto captar a representação construída a partir da experiência concreta do novo meio. Em geral os padrões tomados pelos informantes estão, localizados na situação urbana anterior. Esses padrões de comparação podem ser resultado de uma experiência concreta e real ou então ser idealizados (por exemplo, um indivíduo que nunca, ou quase nunca tivesse tido condições de freqüentar a praia ou rodas de samba os coloca agora como coisas positivamente valorizadas que não pode mais "fazer"), mas não distinguidos pelo informante e por isso aceitos na forma em que são dados por ele pelo fato de constituírem um modelo de cidade e de modo de vida urbano internalizado.

Em primeiro lugar, os informantes incluem como elemento constitutivo da vida na cidade uma rede de relações sociais básicas. Esta rede inclui parentes e amigos, vizinhos ou não. Assim, uma cidade, principalmente quando se toma uma cidade grande como o Rio de Janeiro como referência, deve permitir uma variedade de relações sociais de diversos tipos, a nível de pessoal.

Em poto de destaque estão colocadas as relações com os parentes. Os "parentes" ou "gente da família" para um indivíduo abrangem, de preferência aquelas pessoas mais próximas a

*

ele em termos de relação sanguínea: pais, irmãos, ou então pais, irmãos e filhos (13-26.17.; 24-38.39.; 20-31; 16-23.; 17-26.). Mas eventualmente o indivíduo pode referir-se, de preferência, aos parentes da esposa (16-22.). De um modo geral, havia uma tendência entre os informantes de reduzirem as relações efetivas de parentesco para um círculo menos amplo, os quais não precisam, necessariamente, ser identificados pelo princípio de consanguinidade. Há também uma expectativa de que as mulheres (esposas) tenham maior necessidade de relacionamento com seus parentes ou com os do seu marido (10-13.: nenhuma delas está satisfeita

porque os parentes estão longe). Era comum ouvir as próprias mulheres que se classificavam como "donas-de-casa" (não exercem nenhuma atividade fora do lar) justificarem o seu descontentamento com "Brasília" devido a falta dos parentes (8-10.; 16-23.; 20-31.; 29-47.; 20-31) afirmando a sua importância para se poder viver em Brasília (24-39.; 20-31). Por sua vez os homens, quando se considera a entrevista em sua totalidade, enfatizam mais outros tipos de relações (de amizade, de colegas de trabalho), referindo-se poucas vezes a falta de parentes (6-7.; 10-13.; 14-18.; 17-26.; 24-38). De um modo geral a relação com parentes é vista como necessária e importante, a qual determina um "círculo de confiança", base de uma estratégia de vida e que dá condições para a satisfação de necessidades diversas, desde as afetivas até as de lazer. Para alguns casos, a existência de parentes em Brasília funcionou como reforço para a aceitação da transferência (20-31.; 16-22.23.; 17-26.; 24-33.39.), ou então estas relações foram acionadas como um dos mecanismos disponíveis para se conseguir a transferência desejada (13-16.17.) ou para se conseguir trabalho (12-15.). Por outro lado, a falta de parentes é sempre dada como um dos motivos de insatisfação e como justificativa para o desejo de retorno ao Rio de Janeiro, já que a maioria dos informantes provém de lá, ou para alguma cidade do interior. Mas a "cidade" deve comportar também outros tipos de relação primária, muito valorizadas pelos informantes e que fazem parte da rede de relações necessárias. Com raras exceções, os informantes costumam dizer que não se relacionam com os colegas de trabalho, já que se isolam em seus apartamentos; "não conheço os vizinhos", "o povo de Brasília é fechado", "não tem mais os amigos de antes", "falta calor humano", "aqui se evita até o cumprimento", "a gente vive em solidão", "em minha casa sempre apareciam os amigos e parentes lá no Rio, aqui não", etc. A reprodução das entrevistas mostraria a constância de experiências como estas.

No nosso trabalho de campo não teve por objetivo levantar as redes de relacionamento dos indivíduos observados. Por isso apenas realçamos que os informantes incluem na sua representação a necessidade de uma riqueza de laços pessoais, os quais incluem relações com alguns parentes, e também com amigos e companheiros, com o objetivo de atender as mais variadas finalidades, principalmente as afetivas e as de lazer.

Neste caso não comprovamos a existência objetiva das relações sociais mas a percepção subjetiva de tais relações, fato que nos faz incluí-las no modelo cultural de modo de vida urbano construído pelos informantes. É possível que a percepção da necessidade de tais relações tenha sido aguçada pela transferência para Brasília porque houve uma quebra da rede de relações centralizadas em cada informante. Esta rede tenderia a não ser reconstituída com facilidade, daí a consciência mais clara de sua necessidade. Em alguns casos, excepcionais para a amostra, ocorre uma satisfação maior a vida em Brasília exatamente com aqueles que mantêm um relacionamento mais intenso com parentes que ocupam posições mais elevadas na administração federal (por exemplo, caso 13-16.17. que mantinham constante relacionamento com parentes residentes na Asa Sul).

Aqui não podemos deixar de chamar a atenção para a coincidência desta colocação dos informantes com algumas contribuições da antropologia e etnografia urbana. Assim, por exemplo, Gans (1962), Lewis (1965), Leeds (1964), Kemper (1973, 1974), Whiteford (1974) e outros constataram uma grande riqueza de laços pessoais e de grupos primários, mesmo no interior das maiores cidades de sociedades capitalistas modernas. Por isso se afirma que "as variáveis de número, densidade e heterogeneidade... não são determinantes fundamentais da vida social ou da personalidade", já que "a vida social não é um fenômeno de massa. Ela ocorre para a maioria em pequenos grupos, dentro da família, dentro de grupos domésticos, dentro das vizinhanças, da igreja, de grupos formais e informais" (Lewis 1965: 497). As cidades latino-americanas, principalmente, teriam como característica importante a presença da organização a nível de grupos primários a ponto de terem êxito duvidoso as tentativas de estruturação urbana com base em agrupamentos secundários (Morse 1962).

Os informantes, mais uma vez, não fazem uma apreciação de Brasília em sua manifestação física. Assim, a "cidade" de Brasília não comporta uma rede de relacionamento. Em primeiro lugar, esta apreciação pode ser entendida com base no fato dos informantes estarem inseridos numa situação estranha, ou seja, numa situação "não estruturada" em termos de um modelo cultural conhecido e internalizado de cidade de modo de vida, o resultado poderia ser a representação através de uma imagem estereotipi-

pada como a "falta de calor humano", traduzida por um informante do seguinte modo: em Brasília, se uma pessoa passasse mal na rua, ninguém atenderia (33-51.52.53.54). Além disso há a residência forçada dos funcionários, às vezes todos de uma mesma repartição, numa mesma área: a forte orientação dos indivíduos para a organização pública em que trabalham levaria a diferenciação das "relações dos colegas de trabalho no trabalho" das outras relações sociais que são parte necessária do seu modelo de vida urbana. Dificultada a reconstituição desta rede quebrada pela transferência, despertava entre os informantes a consciência mais clara da necessidade deste conjunto de relações que a situação anterior oferecia.

Mas se viver na "cidade" e se comunicar com pessoas, e também se comunicar com coisas. Para tanto a cidade deve permitir múltiplas escolhas para diversão e consumo.

4-5.: (No Rio) saindo já se diverte. Saindo pra trabalhar, já na condução você tem aquele movimento todo e se distrai mais. Agora em Brasília não.
 23-36.37.: (37) Raramente encontro colegas que gostem de Brasília e o motivo principal é a diversão... Conheço Brasília toda. Não tem mais nada de novo pra ver. Em outro local, por exemplo Rio e São Paulo, você tem sempre uma coisa nova pra ver, pra conhecer.
 3-3.: Você não encontra o que se encontra nas grandes cidades onde você pode comprar o que você quiser...
 35-56.: Em Brasília não tem nada pra se ver... Aqui não se encontra tudo o que se deseja, ao contrário do Rio.

As colocações se repetem neste sentido. Para os informantes, diversão e consumo são elementos importantes do modo de vida urbano. Ambos implicam em variedade de coisas para se ver, comprar e fazer. Em seu entender, isto só pode ser satisfeito nas grandes cidades.

Aqui cabe uma observação. Segundo o próprio plano previa, Brasília tem muito mais equipamento de lazer do que qualquer outra cidade brasileira. Na área pesquisada estavam sendo implantados play-grounds, caixas de areia, quadras para diversos esportes, bancos e árvores. J.PASTORE (1969: 66) já constatara, todavia, que nas áreas que possuíam maiores facilidades de lazer (clubes, quadras de esporte, bares, teatro etc.) existia maior insatisfação com relação a diversão. Mas os informantes expressam sua insatisfação não em termos de falta de equipamento, ou, se assim o fazem, estão se referindo a uma forma internali-

zada de diversão no meio urbano. O pequeno funcionário tem consciência de que não tem condições de freqüentar boates, teatros, shows, bares, cinemas. Por outro lado, não tem mais o seu círculo de parentes e amigos que permitia a simples troca de visitas, festas familiares, ou junto com os quais "saia", isto é, buscava diversões acessíveis (a "birita" no bar próximo, bailes, praia, samba). Além disso, a "cidade" não oferece mais uma grande variedade de "distrações". Portanto, o que pesa nessa apreciação não são tanto os equipamentos sofisticados mas principalmente o tipo e a forma de diversão preferida, agora impossibilitada. Em suma, na representação do informante a categoria diversão (bem como a de consumo) faz parte do seu conceito de cidade e/ou modo de vida urbano: a idéia de cidade possui uma dimensão lúdica.

Quanto ao consumo, os informantes o colocam como elemento importante da vida na cidade. Se não houver condições para se adquirir tudo o que se deseja, deve pelo menos, haver uma grande diversidade de coisas possíveis de serem consumidas. Evidentemente, nem numa situação urbana valorizada pelos informantes como o Rio de Janeiro eles poderiam adquirir tudo o que desejassem. O importante é que, segundo eles, o meio urbano deve oferecer possibilidades diversificadas para o consumo de bens.

Agora nos cabe apresentar uma série de categorias explicitadas pelos informantes e que caracterizam, em seu entender, o meio urbano ideal permitindo a satisfação das necessidades de relacionamento, de diversão e consumo. Chamamos a estas categorias de "ecológicas" porque se referem ao "meio" urbano propriamente dito, diferenciando-se daquelas que acabamos de relacionar e que dizem respeito a "vida urbana".

Os informantes sempre falam em categorias opostas, uma caracterizando um meio urbano ideal e outras definindo um meio urbano, ou pelo menos não ideal.

6-7.: Em meu modo de pensar, acho que no modo em **que** ela está traçada, talvez porque a gente desde pequeno é acostumado com um ritmo ou um método diferente de cidade, parece que Brasília jamais terá assim um aspecto de cidade. Esse tipo de quadras, sem ruamento, sei lá, eu **acho** um **tipo** de cidade assim fora de jeito, a arquitetura e meio diferente. Eu não acho ela com aparência de cidade, não. Uma comparação que eu sempre digo e que acho ela uma fazenda melhorada.

1-1.: É um tipo assim de interior mesmo, né, no sentido de morar é o mesmo ambiente quase. Tem as vantagens no ponto de vista do estudo e do trabalho.

8-10.: Lá (no Rio) eu morava num subúrbio, sabe? Mas eu ainda prefiro morar no subúrbio do Rio do que morar aqui em Brasília...aqui é cidade tão parada, tão sem movimento. Acho aqui uma cidade funcional, quer dizer, não tem ambiente pra dona de casa...Agora no Rio há muito mais amontoado de gente e isto faz a gente esquecer as coisas. Quer dizer, a gente pode viver mão, não é?

19-29.: Lá (em Taguatinga) é o seguinte: a cidade é mais "fechada", muita população, mais comércio, isto facilita muito. Acho mais bacana. Nós moramos lá oito meis e se agrademo bastante. Entonce lá eu acho melhor, se fosse possível uma casa lá.

15-21.: Tudo foi pensado e planejado. Agora, há pessoas que moram aqui e não gostam porque acham que tudo está planejado demais e que tem tirado aquela espontaneidade para a bagunça do povo.

Os informantes de um modo geral sempre opõem em seu discurso categorias semelhantes e podem ser resumidas no quadro abaixo:

agitação	calma, quietude
movimento	parado
proximidade	distância
"fechado"(espaço)	muito espaço, amplidão
muita gente	pouca gente
variedade	monotonia
"bagunça"	organizado, planejado
"esquina"	solidão
(ponto de encontro)	
(CIDADE)	INTERIOR

Estas categorias adquirem significado apenas no momento em que se opõem na linguagem de cada informante e, além disso, todas elas são complementares quando se considera cada coluna isoladamente. Salta aqui a atenção a semelhança entre estas e as três categorias básicas que caracterizam a cidade segundo a teoria de Wirth (1967) e a partir das quais são deduzidas as demais: tamanho, densidade e heterogeneidade. Não queremos dizer com isto que há uma identidade entre a teoria withiana e a representação do usuário, embora pudesse ser sugerida uma comparação crítica entre as duas teorias (a do sociólogo e a do usuário). Utilizamos os mesmos termos para sintetizar as categorias do usuário que definem a cidade: densidade ("amontoa-

do de gente", "fechado", agitação, "bagunça"); tamanho (muita gente) e heterogeneidade (variedade de pessoas e coisas). Assim, toda a série da coluna esquerda definiria a "cidade" conforme entendem os informantes. Por sua vez a série de categorias oposta, que caracteriza a cidade de Brasília, constitui uma categoria mais ampla: a de interior. Daí a expressão de um informante: "Brasília é uma fazenda melhorada". Desse modo, pode-se concluir que Brasília não é "cidade" ou, melhor dizendo, e a não+cidade, uma aglomeração urbana que não se enquadra no modelo de cidade dos informantes e a ele se opõe, do mesmo modo que interior se opõe a cidade.

A categoria: organização, ou planejamento, curiosamente é incluída na série das categorias que definem Brasília e "interior". A rigor isto não seria possível já que organização ou planejamento estão normalmente associados a idéia de sociedade moderna e urbana. Assim, ocorre, todavia, porque os informantes vêem esta categoria como causadora desta não cidade (ver 25-40; 3-4.: Noutros lugares as formas também podem ser as mesmas. Mas são variadas. Aqui é a fixação...Não varia forma de nada. Não varia pessoas, não varia cores, não varia prédio, não varia nada...nós estamos a procura de variedades e não achamos. ...Aceito porque é Brasília, é plano traçado. Mas Belo Horizonte é plano traçado, Goiânia é cidade traçada e lá tem vida, lá tem contato). Em certo sentido, portanto, a organização e planejamento não estariam associados a cidade e ao modo de vida urbano modernos, mas a estruturação de um meio urbano que não corresponde ao desejado pelos informantes.

Todavia, apesar da homogeneidade do meio urbano de Brasília percebida pelos informantes aparece também, com grande insistência a percepção da relação entre a diferenciação social e a localização distinta das classes sociais. A situação objetiva de tal fato já foi descrita na Parte I e ventilada na Parte II. A localização da residência, pré-determinada pelas instituições que promovem a transferência segundo a categoria dos indivíduos, parece tornar mais clara a consciência das desigualdade social do espaço urbano. Se não podemos falar de "estigma" propriamente dito, podemos caracterizar a apreciação dos informantes a respeito das superquadras onde residem como mani-

festação de um processo de constituição de um "estigma residencial" que talvez venha a ser interrompido pelo desenvolvimento urbanístico da Asa Norte. Para os informantes, morar na 411/412 implica num "estigma" já que tem consciência de que esse fato pode ser considerado desabonador ao nível de suas relações com outros habitantes do Plano Piloto (Goffman 1963 - STIGMA. N.J.: Prentice Hall). A identidade social de cada informante (categoria mais atributos) pode ser apreendida por outras pessoas residentes em Brasília: o local de moradia implicaria numa relação direta com certos atributos que determinam a categoria a que pertence a pessoa, ou seja, uma categoria de "gente mais pobre", de penos funcionários, de pessoas que ocupam uma posição mais baixa na estrutura social.

2-2.: Dizem o pessoal que quem mora na Asa Norte é porque é mais pobre, né. Então eu fico destacando o seguinte: o pessoal lá da Asa Sul fica dizendo "ah! Não vou pra Asa Norte porque so tem nível baixo". Mas aqui vai ficar melhor que na Asa Sul porque muitas coisas que não fizeram lá vão fazer aqui.

17-26.: Quando saí da 306 Norte é porque lá é residência de militar. Tivemos que sair porque meu pai era civil. Acho horrível essa divisão social.

5-6.: Quando nós chegamos aqui, morar na Asa Norte parecia ate humilhação, sabe:

11-14.: Não me agrado muito da Asa Sul, lá eu acho

que ficaria desambientada. Aqui é mais classe média, ne, mais pra baixa do que pra alta.

Alguns manifestam, em vista disto, uma expectativa de mudança para a Asa Sul, alegando motivos de que lá tem "mais comércio", é mais "urbanizado". Outros justificam a preferência pela Asa Norte porque aqui "vai ficar melhor" e estariam mais "ambientadas" entre pessoas de sua classe.

O que nos chama a atenção neste fato, todavia, é a percepção de uma sociedade hierarquizada, cujos diferentes estratos ou classes podem estar distribuídos por áreas diferentes. No caso de Brasília, esta percepção é reforçada tanto pelo Plano urbanístico rígido como pela hierarquização clara do funcionalismo dos órgãos públicos. Apesar da pretendida igualdade do Plano Piloto, os usuários percebem com nitidez a diferenciação espacial em termos sociais. Novamente se constata que "o mapa da cidade passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram" (Velho 1973: 80).

Finalmente, com relação a experiência de vida em Brasília, devemos acrescentar uma série de categorias aparentemente contraditórias com as que já vimos. Seriam as categorias positivamente valorizadas. Em primeiro lugar, como já mostramos no item sobre as motivações da transferência, Brasília é associada com as boas condições de trabalho, de moradia e de transporte. Em segundo lugar, aparecem de novo algumas categorias "ecológicas": clima agradável, em oposição ao "calorão danado" e "poluição"; tranqüilidade, em oposição a "correria".

7-9.: A tranqüilidade aqui é melhor, tanto que você vê famílias inteiras estudando, o que não tem no Rio. No Rio a gente depende de transportar pra tudo. Depois o clima, aquele calorão danado.

É necessário esclarecer que as afirmações dos informantes, como a citada, dão a entender que calma e tranqüilidade estão associadas as boas condições de trabalho, ao acesso fácil ao trabalho e a escola (dentro da superquadra ou próximo). Tais condições diminuem a "correria", o que faz outro explicar que aqui tem "tempo pra muitas coisas que lá no Rio eu não tinha". O estudo se torna possível para os adultos e para os filhos. Não existe uma contradição, portanto. A categoria tranqüilidade ou calma não se opõe a de movimento (vida, agitação), mas diz respeito a uma "qualidade de vida" urbana superior que não exclui a possibilidade de repouso e de descanso, o que está associado a transporte eficiente, condições de trabalho e moradia melhores, falta de poluição, escola para os filhos. Na verdade não excluímos a possibilidade de alguma influência do novo contexto urbano: afinal, qualquer cidade feita pelos homens também "educa", e o resultado de uma cidade como o Rio não pode ser o mesmo de uma cidade ortogonal como o Plano Piloto. Mas o determinante destas novas colocações dos informantes talvez esteja na pequena "melhoria de vida" que afirmam ter tido, o que elevou o nível de aspirações, na forma em que são expressas por estas categorias.

Passamos agora para a síntese do modelo de cidade e de modo de vida urbano contido na representação dos informantes, a qual realizaremos em oposição ao modelo proposto pelo planejador, colocado na Parte II.

CONCLUSÃO GERAL

Ao final deste exercício acreditamos que o trabalho de campo, os dados coletados e a análise indicam a necessidade de aprofundamento de muitos aspectos e de exploração de outros temas relacionados a representação urbana com relação ao caso de Brasília. A única certeza é a de que este trabalho constitui um ensaio a nível exploratório da representação urbana. Assim, por exemplo, um número maior de grupos pesquisados, distribuídos pelas diversas posições da estrutura social e áreas do espaço urbano poderia revelar muitos aspectos novos do tema, bem como esclarecer ou negar muitas das conclusões feitas aqui.

Tendo em mente isto, apresentamos agora a síntese da análise e a sistematização das conclusões já sugeridas no desenvolvimento do trabalho.

Assim, em primeiro lugar, determinamos que nossa preocupação estaria voltada para a representação construída pelas pessoas (planejador e usuário) ou grupo (pequenos funcionários) de uma sociedade particular (Brasil) com relação a uma situação urbana específica (Brasília - Plano Piloto). Nesse sentido, nossa colocação é contrária ao posicionamento de L. Wirth, segundo o qual é necessário evitar identificar o urbanismo como modo de vida com quaisquer influências culturais local e historicamente condicionadas que podem delinear o caráter específico da comunidade mas não determinar os elementos essenciais da cidade (Wirth 1967 :103).

Em segundo lugar, não nos interessaram diretamente as condições objetivas do meio urbano (estrutura física e social), embora elas pudessem ser levantadas para se entender determinadas categorias presentes na representação do informante e do planejador. Esta correlação surgia naturalmente porque considerávamos o urbanismo, enquanto forma particular de existência - no caso, o modo de vida urbano percebido pelos informantes - composto por um conjunto de necessidades materiais e não-materiais cujo conteúdo e quantidade são determinadas por uma sociedade capitalista urbana em desenvolvimento.

Em terceiro lugar, acreditamos que a Antropologia, através de seu método de trabalho de campo característico, estaria capacitada para captar esse modo de vida urbano definido por um conjunto de pessoas (usuários) pertencentes a uma classe social determinada e localizada espacialmente. Este modo de vida urbano específico poderia existir em função da suposição teórica geral inicial que determinava a diferença em seus elementos constitutivos segundo a posição de classe dos indivíduos pesquisados.

a) Os modelos de "cidade" e de modo de vida urbano.

A análise desenvolvida na Parte II e III revela dois modelos distintos de modo de vida urbano e de cidade, embora ambos se fundamentem em aspirações determinadas por uma situação concreta da sociedade brasileira: as condições socioeconômicas que determinaram a criação de Brasília e a elaboração do seu Plano e a experiência urbana dos indivíduos vivida dentro desta sociedade.

O primeiro modelo, que classificamos de mítico e utópico, é lançado para além do tempo e do espaço, pretendendo estruturar uma cidade ideal, mas em função dos meios e necessidades do presente. É o modelo do planejador que também está investido - por causa de seu caráter mítico de uma força retroativa estruturante, já que legitima ou influencia uma ação urbanística.

O segundo, o modelo do usuário, traduz uma imagem da cidade tal como está presente ao nível de sua vida cotidiana, e em função de uma experiência urbana que permite a assimilação progressiva desta imagem gerada pelo próprio sistema social a que pertence o usuário.

Em vista disto não cremos que se possa realizar uma análise comparativa de termo a termo: os dois modelos se opõem em sua totalidade. Tanto seus conteúdos como seus objetivos são diversos. O informante (usuário) e o planejador não trabalham com as mesmas categorias, daí o conteúdo diverso. Enquanto um se refere a uma situação ideal, o outro parte da experiência de situações concretas.

Na Parte II descrevemos as amplas categorias utilizadas pelo urbanista e planejador denominadas de monumentalidade, desenvolvimentismo e socialismo urbano.

Como vimos, a concepção de monumentalidade implicava em algumas soluções urbanísticas e arquitetônicas, codificadas na cultura ocidental, que manifestassem a presença do Poder e do Estado tais como altura, profundidade e amplidão de espaço, elementos que vão além de seus limites materiais (Lefebvre 1972:46).

A categoria desenvolvimentismo determina que as soluções sejam eminentemente técnicas, racionais e científicas, atendendo a necessidade de eficácia exigida pela atividade produtiva que se moderniza. Nesse esquema se encaixa o homem-universal (homem-tipo), concebido como sendo aquele produzido nas sociedades desenvolvidas modernas, cujas necessidades básicas são morar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito. Daí a proposição de um meio urbano funcional, eficiente, saudável e tranqüilo.

A categoria socialismo urbano entendia que, independente da posição das pessoas na estrutura social, todos tem direito aos benefícios oferecidos pela infraestrutura física do meio urbano: daí a conveniência de um meio físico e social aparentemente homogêneo e igualitário, bem como as "unidades de vizinhança" que pretendia estabelecer a convivência, ao nível da moradia, entre as pessoas pertencentes as diversas classes sociais.

A cidade, para o planejador e urbanista, portanto, deve ser um espaço rigorosamente ordenado, esteticamente homogêneo. Tudo devem ser previsto, determinado estruturado em termos físicos segundo as necessidades da atividade produtiva ou, conforme o urbanista, segundo as necessidades fundamentais do homem-universal. Esta cidade comporta a concepção de um modo de vida ordenado onde todas as pessoas satisfazem as mesmas necessidades materiais e não-materiais da mesma maneira. Esta é a cidade e o modo de vida existentes no "Plano", independentemente do que se tenha efetivamente realizado.

O caráter mítico deste "Plano" se revela quando, por exemplo, se considera a dimensão espacial do social, conforme os termos de Lévi-Strauss (ver antes a p.31). Na proposta do urbanista as dimensões sociais e espaciais se superpõem em sua homogeneidade. A dicotomia Asa Norte/Asa Sul seria apenas estética e funcional, da mesma forma que a oposição das faixas de superquadras e avenidas em termos de leste/oeste. A esta homogeneidade urbanística corresponderia uma homogeneidade social, no sentido de que todos os estratos sociais estariam uniformemente distribuídos, configurando um espaço social também homogêneo. Na realidade, o processo de consolidação da cidade estruturou uma dicotomia social (descrição na Parte I) entre termos que, além de não serem homogêneos são desiguais, principalmente na percepção dos informantes (Parte III). Poderíamos dizer, então, que a concepção ideológica de um espaço homogêneo e equilibrado em sua dimensão social e espacial, ou seja, de um espaço onde seus termos opostos são idênticos em suas dimensões social e estética, resulta numa ênfase ou reforço da diferenciação social que se impõe sobre estes termos estética e funcionalmente homogêneos (sul/norte; leste/oeste).

Ainda para frisar o caráter mítico do "Plano" fazemos mais uma observação: a análise do discurso do urbanista, a representação do usuário e a constatação do que ocorria na cidade no tempo em que se desenrolava a pesquisa, demonstram que existe uma contradição efetiva entre os princípios presentes no "Plano" - considerados e aceitos pelos administradores e usuários como os únicos compatíveis com a sociedade moderna - e a ação de consolidação urbanística do Plano Piloto. Como poderia parecer, o governo do Distrito Federal não dirige com exclusividade o desenvolvimento da ação urbanística. A ausência relativa da iniciativa do governo pode ser constatada através do uso do solo que vem se desenvolvendo: apesar de um "Plano" o governo não orienta o processo de ocupação mas acompanha as tendências mais fortes da iniciativa privada (exemplo: primeiro a concentração comercial na Av.W-3 Sul e depois a expansão desta atividade exigindo mais espaço na Av.W-3 Norte, processo acompanhado pelas obras pú-

blicas). Pode-se dizer que a base reivindicatória do Plano Piloto é constituída pelos comerciantes e empresários em geral e pelo alto funcionalismo público. Os trabalhadores das cidades satélites e os pequenos funcionários públicos estão a margem da vida política urbana: o universo de informantes pesquisados não possuem nenhum canal - institucional ou não - que possibilite a afirmação de seus padrões de comportamento e de seus valores e aspirações, devendo submeter-se ao que lhes é imposto pela cultura dominante (manipulada pelos que tem o poder) em termos de expansão e melhoramento dos serviços urbanos. À medida que os problemas se evidenciam e os setores reivindicam soluções, a "obra pública" se torna o tipo de ação que busca uma solução imediata, esquecendo-se que a investigação e a pesquisa poderiam revelar alternativas mais eficientes e menos dispenciosas, entre outras coisas. Se a rua está congestionada, a solução é o seu alargamento, sua duplicação ou a construção de viadutos, mesmo ao custo da destruição de locais que se sedimentavam como pontos de encontro (fonte luminosa). Interessa a obra monumental e a eficiência imediata. As "obras" tornam-se clichês, inclusive assimilados pela população através da propaganda (ver propaganda do GDF, da NOVACAP), diminuindo assim a diferença entre a opinião do habitante e a do técnico. Mas o relevante neste processo, para nós, é que qualquer obra a ser realizada é justificada pelo técnico e legitimada pelo governante porque está de acordo com o "espírito" do "Plano", conforme já mostramos na Parte II. As dimensões divulgadas e valorizadas das categorias monumentalidade e desenvolvimentismo, principalmente, justificam o procedimento "racionalista e progressista" do técnico e do administrador, tornando-o aceitável e o único possível. Nesse sentido há sempre a presença mítica do "Plano" inspirando e legitimando a ação urbanística, enquanto as forças reais que a determinam estão ao nível da estrutura social ou das relações sociais.

A categoria de usuário pesquisada está relacionada com um modo característico de vida urbana, revelado através da apreciação da nova situação em que foi inserido.

Esta apreciação revelou que esta categoria de usuários é composta por elementos que desejam viver "na cidade". Esta vida na "cidade" se fundamenta em dois valores básicos: trabalho e moradia. Antes de mais nada, "cidade" é aquela concentração humana que possibilita o trabalho, seguindo-se o atendimento a necessidade de moradia, complementada pela de transporte, colocado como elemento de ligação indispensável entre aqueles dois polos no meio urbano. Os informantes pesquisados tiveram a satisfação destas necessidades assegurada pelo processo de transferência. Teoricamente, na medida em que tem trabalho, moradia e transporte os indivíduos estariam integrados a vida urbana, já que o local de moradia e o local de trabalho implicam numa rede de relações. Mas o modo de vida urbano desejado pelos informantes abrange muito mais que isto, contendo elementos diversos internalizados no decorrer da experiência urbana, e estruturados na forma de valores e símbolos. Estes elementos da representação do usuário, chamados de categorias em nossa análise, podem ser agrupados em categorias "sociais" e "ecológicas".

As categorias "sociais" envolvem o relacionamento homem-homem, homem-serviços, homem-coisas. São elas: o trabalho, o relacionamento social diversificado, a diversão e o consumo. Assim sendo, a vida na cidade, além do trabalho, deve conter uma série de outros elementos.

O relacionamento a nível de grupo primário (parentes e amigos) foi bastante valorizado pelos informantes e tomados como elementos importantes do modo de vida urbano, interpretado por nós como um contrapeso indispensável às relações dos informantes dentro dos grupos secundários de que participam no meio urbano. Na nova situação urbana eles se revelam tanto mais necessários quanto maior for a dificuldade encontrada na reconstrução de um novo esquema de relações primárias.

A diversão, por sua vez, parece utilizar estas relações primárias para sua efetivação, bem como necessitar de uma heterogeneidade implícita ao meio urbano, tanto de "coisas" como de pessoas e acontecimentos.

A diversão está associado ao consumo, conforme sugerimos antes, pelo fato de também implicar em diversidade tanto de bens e serviços como de oportunidades de aquisição.

Estas categorias sociais, por sua vez, são efetivadas desde que sejam complementadas pelas categorias que chamamos de "ecológicas", sintetizadas em densidade, tamanho e heterogeneidade. Assim, a "cidade" deve ter densidade, o que implica, em movimento, agitação, densidade de pessoas, densidade de edifícios e de coisas. Quanto ao tamanho, deve ser grande em termos físicos e populacionais. A heterogeneidade, por sua vez, compreende a variedade de pessoas, de formas arquitetônicas, a diversidade de "coisas" que atendam as necessidades expressas pelas categorias de diversão e consumo, por exemplo.

Para o usuário, Brasília não dispõe de nenhuma destas categorias. Se no Rio a maioria dos informantes dizia ter uma abundância relativa de relações, quebradas com a transferência, em Brasília isto se agrava pela impossibilidade de dissociação entre a vida "privada" e a vida "pública", no sentido que diferentes áreas da cidade abrigam conjuntos mais homogêneos em termos sociais (no caso pequenos funcionários públicos de determinadas repartições), dificultando a criação de uma rede de relações que não seja apenas com colegas de trabalho.

A organização demasiada dada pelo Plano ortogonal e rígido, elimina as exigências de existência urbana: elimina a "bagunça", a variedade de formas e a liberdade criativa, elementos valorizados pelos informantes.

Os espaços abertos e amplos também não correspondem a cultura dos informantes que entendem como necessária a densidade de coisas e de pessoas.

A estrutura urbana, enquanto solução tecnicista, é, antes de tudo, uma estrutura de circulação que resulta na divisão em setores funcionais, onde o homem também é dividido para morar, trabalhar e se divertir.

E por último o usuário percebe um espaço claramente estratificado e diferenciado socialmente, ao contrário do que prevê o "Plano" e das apreciações nele inspiradas.

Os usuários, portanto, possuem um modelo de "cidade", onde se desenvolve um "modo de vida urbano" constituídos por elementos positivamente valorizados, e internalizados a partir de uma experiência urbana específica. A situação urbana de Brasília em que foram inseridos não atende, em sua totalidade, a esse modelo, fato que explicaria o "descontentamento" manifestado com relação a ela ao nível da vida cotidiana.

Finalmente, contrapõem-se, dois modelos de cidade e de modo de vida urbano: o primeiro se instala num nível mítico - modelo contido no "Plano"; o segundo se refere a experiência de vida urbana concreta cotidiana - o modelo do usuário. O usuário pode, eventualmente, fazer a apreciação da cidade de Brasília utilizando as categorias, ou as dimensões destas categorias, contidas no primeiro modelo, mas sempre estará opondo os dois modelos em sua representação.

Sem nos determos em outras considerações, estas são as principais e modestas conclusões com relação a temática central do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUZELLE, Robert
 1972 (1971) - CHAVES DO URBANISMO, Rio de Janeiro; Edit. Civilização Brasileira S.A.
- BACKÈS-CLEMENT, Catherine
 1974 - "O Mito e suas Leituras" In ANTROPOLOGIA CIÊNCIA DAS SOCIEDADES PRIMITIVAS? Lisboa: Edições 70.
- BALANDIER, Georges
 1974 - ANTHROPO-LOGIQUES, Paris; Presses Universitaires de France
- BASTOS, Maria Inês de S.R. e GONZALEZ, Elbio N.
 1973 -MIGRAÇÃO PARA BRASÍLIA (Convênio FuB-SSSDF) mimeogr.
- BOURDIEU, Pierre
 1974 -A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS, S. Paulo; - Edit. Perspectiva.
- CASTELLS, Manuel
 1973 - " LA URBANIZACIÓN DEPENDIENTE EN AMERICA LATINA" in Castells (ed.) Imperialismo y Urbanización en America Latina. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A. 1973.
- CASTRO, Antonio Barros de
 1972 (1969) - 7 ENSAIOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense.
- COHEN, Abner
 1974 - URBAN ETHNICITY. LONDON: Tavistock Publications.
- COSTA, Lúcio
 1971 (1957) - Relatório do Plano Piloto de Brasília in ... E. Silva, HISTÓRIA DE BRASÍLIA. Brasília: Coordenada... Editora de Brasília pp. 122-139.
 1962 -LÚCIO COSTA: SOBRE ARQUITETURA -1º Vol.Porto Alegre.Centro dos Estudantes Universitários - de Arquitetura.
 1974 - I SEMINÁRIO DE ESTUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASÍLIA - SENADO FEDERAL - 5 a 21 de agosto de 1974.
- CODEPLAN (SEG/DF)
 1974 -INDICADORES CONJUNTURAIS - Vol.2, Nº 2, Junho de 74.
- DA MATTA, Roberto
 1974 -O OFÍCIO DE ETNÓLOGO, OU COMO TEBR'ANTHROPOLOGICAL BLUES' (Apresentado no Simpósio sobre trabalho de Campo, na UnB, em novembro de 1973). Publicação: Museu Nacional, UFRJ - Comunicação nº I.
- DURKHEIM, E. e MAUSS, M.
 1969 (1903) - PRIMITIVE CLASSIFICATION (De quelques Formes Primitives de Classification"). The University of Chicago Press.
- EAMES, E. e GOODE, J.G.
 1973 -URBAN POVERTY IN A CROSS - CULTURAL CONTEXT.- New York: The Free Press

- ESTERCI, Neide
 1972 - O MITO DA DEMOCRACIA NO PAÍS DAS BANDEIRAS
 (Análise Simbólica dos Discursos sobre Migração e Colonização do Estado Novo). Tese de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ.
- EVANS, Pritchard
 1940 - THE NUER, Oxford: Clarendon Press
- FOSTER, G.M. e KEMPER, R.V. (eds.)
 1974 - ANTHROPOLOGISTS INCITIES. Boston: Little, -
 Brown And Co.
- FRIEDMANN, Georges
 1968 - SETE ESTUDOS SOBRE O HOMEM E A TÉCNICA. S.Paulo: Difusão Européia do Livro.
- GANS, Herbert J.
 1962 - THE URBAN VILLAGERS (Group and Class in the Life of Italian-Americana). New York: The Free Press of Glencoe
- GEIGER
 1965 - EVOLUÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA-MEC/INEP
- HALBWACHS, Maurice (Sorbonne)
 1950 - LA MÉMOIRE COLLECTIVE (ouvrage posthume publié par Mme. Jeanne Alexandre, née Haçbwachs) Presses Universitaires de France, Paris.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de
 1963 -(1936) - RAIZES DO BRASIL, Brasilia: Editora -
 Universidade de Brasília.
- IANNI, Otávio
 1971 - ESTADO E PLANEJAMENTO NO BRASIL (1930-1970), RJ: Civilização Brasileira.
- IBGE
 1973 - SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL
 1972 - Brasília (mimeografia)
- JANVEJA, Shyan Sunder
 1966 - INVESTIGAÇÃO DOS TRABALHOS DE LE CORBUSTER, LÚCIO COSTA E OSCAR NIEMEYER (tese: Mestre em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB)
- JORNAL DE BRASÍLIA
 18 de novembro de 1975
 24 de julho de 1974
- KAPLAN, DAVID an R. MANNERS
 1972 - CULTURE THEORY, N.J.: Prentice-Hall, Inc.
- KELLER, Zuzanne
 1968 - THE URBAN NEIGHBORHOOD; A Sociological Perpective New York: Random House Inc.
- KEMPER, Robert V.
 1973 - "Factores Sociales en la migración: el caso de los tzintzuntzenõs en la ciudad de México" América - Indígena, VOL. XXXIII, N° 4, pp 1095-1118
- KEMPER, Robert V.
 1974 - TZINTZUNTZENÕS IN MEXICO CITY: THE ANTHROPOLOGIST AMONG PEASANT MIGRANTS in "Anthropologists en Cities", Edited by GM Foster an RV Kemper Little, Brown E CO.pp. 63-91
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino
 1975 - PORQUE CONSTRUI BRASÍLIA, R. Janeiro: Bloch Editores
- LAFER, Celso
 1973 - O PLANEJAMENTO NO BRASIL - Observações sobre o Plano de Metas. In Betty N. Lafer (ed.) - Planejamento no BRASIL - S. Paulo: Ed. Perspectiva, Coleção Debates, 29-50.

- LEEDS; Anthony
 1964 - "Brazilian Covers and Soacial Structure in a ca-
 se history and model" - in AMERICAN ANTHROPOLO-
 GIST 66 1321-1346.
- LE CORBUSIER
 1971 -(1946) - PLANEJAMENTO URBANO (Maniere de Penser
 L' Urbanisme). SP.: Editora Perspectiva
- LEFEBVRE, Henri
 1972 -(1970) - LA REVOLUCION URBANA. Madrid Aliança
 SA
- LÉVI-STRAUSS, Claude
 1970 - ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL, Rio de Janeiro: Edições
 Tempo Brasileiro Ltda.
- LEWIS, Oscar
 1965 - "Further Observations on the Folk Urban Conti-
 num and Urbanization with special reference -
 to Mexico City" - pp. 491-503 in THE STUDY OF -
 URBANIZATION, P.H. Hauser e L. Schnore (eds.)-
 New York: Wiley.
- MICELI, Sérgio
 1974 -"Introdução: A força do sentido". in Bourdieu,
 A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS
- MORSE, Richard M.
 1962 -"Cidades Latino-Americanas: Aspecto da função
 e estrutura", in AMÉRICA LATINA, Ano V, pp.
 35-60. RJ
 1971 "Planning, History, Politics" in J. Miller and
 R.A. Gakenheimer (eds.J, LATIN AMERICAN URBAN
 POLICIES AND THE SOCIAL SCIENCES. California:-
 Sage Publications
- MUMFORD, Lewis
 1961 (1938) - A CULTURA DAS CIDADES. Belo Horizonte:
 Editora Itatiaia Ltda.
- NIEMEYER, Oscar
 1961 -MINHA EXPERIÊNCIA EM BRASILIA. Editorial Vitó-
 ria Ltda
- OLIVEIRA, R. C.
 1968 - URBANIZAÇÃO E TRIBALISMO - A integração dos ín-
 dios Terena numa sociedade de classes. RJ.:
 Zahar Editores.
- PARK, Robert E.
 1967-(1916) - "A Cidade: Sugestões para a investi-
 gação do Comportamento Humano no Meio Urbano",
 in Velho, O.G. (ed.) O FENÔMENO URBANO. R.J. -
 + Zahar Editores
- PAVIANI, Aldo e FERREIRA, Ignez Costa
 1974- "Cidades Satélites: Organização do Espaço Urba-
 no no Distrito Federal", in 1º SEMINÁRIO DE ES-
 TUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASILIA SENA-
 DO FEDERAL, agosto 74
- PEREIRA, Luiz
 1969 -URBANIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO. R. J.: Zahar
 Edit.
- PINHEIRO, Israel
 1957 -Discurso na Primeira Semana Nacional Mudancista, em
 São Paulo, 9-16 de março, in Revista Brasília.
 OF; NOVACAP
- QUIJANO, Aníbal
 1973 (1971) - "La Formación de un univero marginal
 en las ciudades de America Latina".
 (org.), IMPERIALISMO Y URBANIZACIÓN EN AMERICA
 LATINA.. Barcelona: Editorial Gustavo Gilisa

- RADOLIFFE-BROWN
 1940 - "Introduction", in Fortes e Evans-Pritchard
 (eds.) AFRICAN POLITICAL SYSTEMS. London:
 Oxford Univ.Press
 1952 - STRUCTURE AND FUNCTION IN PRIMITIVE SOCIETY.
 London: Glencoe.
- SINGER, Paul
 1972 - O MILAGRE BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.
 SP: Caderno 6 - CEBRAP
- SPRADLEY, James P.
 1972 - "Adaptive Strategies of Urban Nomads: The
 Ethoscience of Tramp Culture", in Weaver and
 White (ed.)
- TILLY, Charles
 1971 - "Anthropology on the Town, in Larry Uourne (e.)
 INTERNAL STRUCTURE OF THE CITY, Oxford U.Press
- TOSCANO, Gabriela
 1973 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO EM GO
 GOIÁS. Tese de Mestrado em Sociologia, Univer-
 sidade de Brasília.
- TURNER, V.
 1969 - THE RITUAL PROCESS. London: Routledge & Kegan
 Paul
- VELHO, Gilberto
 1971 - "Estigma e comportamento Desviante em Copaca-
 bana" in AMERICA LATINA, Ano 14, N° 1 e 2.
 1973 - A UTOPIA URBANA R.J.: Zahar Editores
- VELHO, Octávio (org.)
 1967 - O FENÔMENO URBANO. R.J.: Zahar Editores
- WHITEFORD, Micheal B.
 1974 - "Barrio Tulcán: Fieldwork in a Colombian City",
 pp.41-62 in Foster and Kemper (ed.s), ANTHRO-
 POLOGISTS IN CITIES. Little, Brown and Co.,
 Boston.
- WEAVER, Thomas and WHITE, Douglas (eds.)
 1972 - THE ANTHROPOLOGY OF URBAN ENVIRONMENTS. The
 SAA Monogrphs Series, N° 11. Whashington,D.C.
- WIRTH, Louis
 1967 - "Urbanismo como Modo de Vida" (1938), pp.97-122
 in Velho, Octávio (ed.) O FENÊMENO URBANO.
 R.J.: Zahar Editores
- WOLF, Eric
 1966 (1973) - "Kinship, Friendship and Patron-Client
 in Complex Societies", in M.Banton(ed.) THE
 SOCIAL ANTHROPOLOGY OF COMPLEX SOCIETIES.
 London: A.S.A. and Tavistock Publications